

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 645
8 de Maio de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa



MAIO



A classe operária, os trabalhadores portugueses responderam em massa ao apelo da CGTP-IN. No ano em que se comemora um século de luta após o massacre de Chicago, os trabalhadores do Portugal de Norte a Sul do País, a sua determinação na defesa da unidade, da liberdade, da democracia e da paz. A viva presença da juventude deu voz a uma certeza comemorada: cem anos de luta pelo futuro!



Abril e Maio — uma mensagem e um mandato

Portugal de Abril viveu de novo um dos dias maiores do movimento operário internacional. Muitas centenas de milhares de portugueses de todas as regiões do País, de idades e condições sociais as mais diversas, comemoraram nas ruas o Dia Internacional dos Trabalhadores, este ano assinalando o Centenário dos massacres de Chicago.

As grandiosas concentrações e desfiles, com natural destaque para os de Lisboa e Porto, patentearam de novo uma característica peculiar das celebrações do 1.º de Maio em Portugal adquirida no fogo da Revolução de Abril de 74 — o seu profundo conteúdo popular.

Com o incondicional cunho internacionalista de classe de uma data histórica escrita com sangue no memorial de luta dos trabalhadores, o 1.º de Maio passou a constituir em Portugal, com a sua entranhada inserção nos problemas e reivindicações actuais da classe operária, uma portentosa afirmação de unidade popular e democrática no sentido mais vasto.

Celebrar o 1.º de Maio, mais uma vez e com uma tal força de massas afirmada nas ruas, a uma semana apenas dessa outra memorável data gravada a ouro na História dos nossos dias — o 25 de Abril — que mobilizou quase todo o País nas comemorações do Dia da Liberdade, não é uma coincidência fortuita do calendário.

De facto, Abril e Maio são, na Revolução portuguesa, duas componentes inseparáveis que corporizam, na sua poderosa expressão de massas, a fecunda aliança que radicou os cravos de Abril no coração do nosso povo.

Acontecimentos indissociáveis da revolução libertadora de 1974, o 25 de Abril e o 1.º de Maio neste ano de 86 exprimem uma mensagem e um mandato:

Mensagem de uma epopeia de luta ainda recente que alguns tentam denegrir e varrer da lembrança dos portugueses, em particular dos jovens, e que importa manter bem viva e actual na memória das gerações vindouras;

Mandato para que, unidos em torno das questões cruciais da hora presente, saibamos defender os grandes ideais e conquistas da nossa democracia e erguer uma barreira intransponível ao assalto das forças restauracionistas que querem restabelecer o velho poder político e de classe apeado em 25 de Abril de 74 pelo heróico Movimento dos Capitães.

O 25 de Abril e o 1.º de Maio que acabamos de celebrar consagram na sua vigorosa expressão de massas as importantes vitórias democráticas alcançadas no decurso de 85 e nos primeiros meses de 86.

Acabámos de viver uma fase de rudes batalhas políticas ainda inacabadas que se saldaram para já com grandes derrotas da reacção.

Foi uma fase de intensa movimentação, repleta de factores contraditórios, de divergências profundas, de desencontros, mas precisamente neste tormentoso caminho despertaram as consciências, o fundamental sobrepôs-se ao secundário, foi possível encontrar motivos de convergência, de acção comum, mesmo de unidade.

Nesta rota complexa foi possível defender Abril, re-lançar alicerces para um novo relacionamento político

entre as forças democráticas, criar condições basilares para um novo estádio da democracia portuguesa que rasgue o caminho às inadiáveis soluções de agudos problemas nacionais, à necessária elevação das condições de vida do povo, ao acatamento da nossa independência nacional.

No momento actual é imperioso revitalizar todo esse acervo positivo das decisivas batalhas políticas que acabámos de travar sem o que as vitórias podem transformar-se em derrotas de difícil recuperação.

Na hora actual, se é verdade que uma perigosa ameaça contra-revolucionária foi vencida, é também de importância vital reconhecer que muitos dos perigos reais subsistem; que é indispensável encarar e atacar de frente as novas tarefas que se colocam ao movimento popular e democrático e que um esforço comum deve desenvolver-se para superar divergências secundárias entre os democratas para vitalizar motivos e formas de convergência e unidade e carrear ideais e fundamentos de uma alternativa democrática ao Governo actual e à sua política.

A questão do Governo, da natureza e da prática da sua política é hoje para os democratas portugueses uma questão central insofismável.

O Governo minoritário de direita Cavaco/PSD procura fabricar — através da manipulação dos órgãos de comunicação social do Estado e da demagogia — uma pretensa «boa imagem» de fachada.

Por motivos ainda não inteiramente claros vê-se que a máscara de «boa imagem» que o Governo fabrica a si próprio não ilude apenas portugueses mal esclarecidos, mas encontra além deles «apreciadores» em certos círculos democráticos.

Não se pode, porém, julgar um governo pela «imagem» que fabrica para o «marketing» político, mas por aquilo que realmente é e representa e sobretudo por aquilo que faz.

O Governo Cavaco Silva tem mostrado de maneira suficientemente clara para um observador político isento a sua verdadeira índole de classe, os seus objectivos revanchistas; tem conduzido, de facto, uma política de agravamento da situação dos trabalhadores e do povo, de aniquilamento das transformações económicas e sociais operadas pela Revolução de Abril, de reconstituição dos monopólios, de alienação da independência nacional.

Este Governo da pretensa «boa imagem» tem, de facto, usado da chantagem, da demagogia e da mentira, tem sido apanhado várias vezes «com a boca na botija»; tem principalmente levado à prática uma política de reconstituição acelerada dos monopólios; de intensificação da exploração capitalista assente numa verdadeira guerra social contra os trabalhadores; de trituração dos interesses dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais; de submissão ao imperialismo.

Esta caracterização do Governo e da sua política não é uma «invenção dos comunistas» ou uma «mentira da propaganda do PCP», como os círculos governantes procuram inculcar na opinião pública, mas uma situação real comprovada pelos factos.

O desemprego não diminuiu nem parou, antes aumentou. Aumentou com novos e indiscriminados despedimentos, com o encerramento e a falência de novas empresas, com a mirífica «solução» do Governo para o angustiante drama dos salários em atraso.

O exemplo dos trabalhadores das cristaleiras da Marinha Grande é indicativo da política de Cavaco & C.ª.

A resposta aos trabalhadores marinhenses que há bem pouco tempo em caravana vieram até Lisboa apresentar ao Governo as suas queixas e reivindicações foi agora o corte de subsídios às fábricas IVIMA, Roldão, Ferreira Custódio e Dâmaso (empresas privadas) e à FEIS (empresa pública) sob a alegação de falência técnica e a sentença inevitável e brutal do desemprego para mais umas centenas de trabalhadores.

Mas para a equipa de Cavaco não bastam medidas destas: a «flexibilização das leis laborais», para a qual o ministro do Trabalho acaba de pedir em Coimbra a colaboração do PS e do PRD, deve ainda «liberalizar» em ilimitada escala os despedimentos individuais e colectivos.

O Governo insiste na imposição de um tecto salarial que só a luta dos trabalhadores tem conseguido romper. Tentar impor um tecto de 15% sob o argumento de uma taxa de inflação de 12,2%, que a realidade desmente, é tentar escamotear a baixa real crescente do poder de compra e dos salários dos trabalhadores — quase cinco vezes inferiores aos da Europa da CEE — e do agravamento do custo de vida.

De acordo com os números oficiais, sem dúvida peccando por defeito, o aumento dos preços de Janeiro a Abril deste ano foi de 4,1% em Lisboa e mais de 2% no Porto.

A demagogia dos «tempos livres» e da «ocupação temporária» para os jovens é uma cortina de fumo para ocultar o aumento real do desemprego entre a juventude, assim como os «paninhos quentes» da utilização sem limites de dia e hora dos passes para os reformados de menores recursos, oculta o agravamento real da situação dos pensionistas e reformados, dos quais mais de 800 000 do sector rural (sem passes...) têm pensões de reforma inferiores a 5 contos mensais, e tenta desviar as atenções das consequências do próximo aumento das rendas de casa para os velhos trabalhadores.

É também significativo que o projecto de nova «Lei do Arrendamento Rural» na forja pelo Governo obedeça «às realidades fundiárias e tradicionais (o sublinhado é nosso) e procure proporcionar aos proprietários (ricos, dizemos nós) garantias mínimas indispensáveis para que se sintam estimulados a arrendar as terras».

É ainda indicativo dos propósitos do Governo que a Lei dos Salários em Atraso, que a oposição fez impor

contra a direita na Assembleia da República, não tenha ainda sido aplicada pelo Executivo sob a alegação de «impedimentos burocráticos»...

A ofensiva de reprivatização das empresas do sector público e empresarial do Estado prossegue de maneira acelerada. Medidas do Governo e projectos legislativos no choco apressam o processo de abertura ao capital privado nos sectores públicos mais rentáveis da economia nacional.

O primeiro grande Banco privado — o Banco Comercial Português — abriu as suas portas.

As sociedades de «capital de risco», agora dispostas de um quadro «legal»; a sistematização das actividades de «factoring»; a revisão do enquadramento legal mais favorável das «leasing»; a autorização de mobilização dos títulos de indemnização para a obtenção de recursos destinados ao «saneamento» financeiro de «empresas em situação de crise»; a desintervenção estatal nas Cooperativas Agrícolas do Divor e UNIAGRI; as directivas de venda das acções do Estado em empresas participadas, de que o anúncio da venda das oleaginosas dependentes do Banco Espírito Santo (nacionalizado) — como a TAGOL, que facturou em 1985, 20 milhões de contos e se fala ir ser adquirida pela multinacional americana CARGILL — são entre várias outras, medidas atentatórias das realidades económicas e sociais saídas da Revolução de Abril e da própria economia nacional.

É esta a verdadeira face e a verdadeira política do Governo Cavaco/PSD que se impõe à consideração, ao diálogo e à acção das forças democráticas.

A criação de condições básicas para uma alternativa ao Governo actual e à sua política não pode ser protelada para as «calendas gregas».

Exige o exame objectivo da situação presente e do seu previsível desenvolvimento pelos partidos da oposição democrática e pelas forças sociais afectadas pela política do Governo minoritário da direita, em particular pela insensata e danosa integração na CEE.

O PCP está firmemente empenhado na reacção do diálogo democrático, na discussão despreconcebida das condições para uma alternativa democrática.

Aqueles democratas que dando mostras de curta visão ou movidos por objectivos oportunistas pretendem marginalizar o PCP demonstram nada ter aprendido com a experiência.

Pretender que «o PCP só conjuntamente é uma força democrática» é na verdade dar mostras de vistas curtas que podem levar à repetição de erros de nefastas consequências para quem os comete e particularmente para o povo português.

Abril e Maio foram neste ano de 86 poderosas demonstrações de massas cujo mandato não pode ser falsado. Foram poderosas manifestações populares num pano de fundo de importantes lutas, acções e greves de trabalhadores cujos problemas estão por resolver.

A mensagem e o mandato do 25 de Abril e do 1.º de Maio não podem perder-se num manobristo político prejudicial à democracia.

Resumo



Lei sobre salários em atraso

30

Quarta-feira

Com os votos favoráveis do PS, PRD, PCP, MDP/CDE e da deputada do Partido «Os Verdes», a Assembleia da República aprova a Lei dos Salários em Atraso. ■ O Supremo Tribunal Administrativo estipula um prazo de 90 dias ao Governo para que entregue terras ilegalmente subtraídas aos trabalhadores da Reforma Agrária. ■ Com a homenagem aos dois trabalhadores assassinados pela polícia de choque há quatro anos no Porto, iniciam-se as comemorações do centenário do Dia Internacional do Trabalhador. ■ O governo soviético, em relatório divulgado hoje, admite as versões alarmistas sobre o acidente ocorrido na central nuclear de Chernobyl.

1

Quinta-feira

Centenas de milhares de trabalhadores comemoram em todo o País o 1.º de



1.º de Maio maior

Maio, manifestando a sua convicção de que vale sempre a pena lutar. ■ Nos Açores, Jaime Gama — a disputar a liderança deste partido — afirma que «os socialistas são os homens da dúvida». ■ Em carta a Reagan, Gorbachov afirma que a situação decorrente do desastre nuclear de Chernobyl está controlada e «não exige medidas especiais de protecção às populações». ■ Submarino nuclear norte-americano acidentado ao largo de Gibraltar, sem consequências de maior.

2

Sexta-feira

Pela renegociação do acordo de viabilização do sector da cristalaria, os trabalhadores vidreiros da IVIMA ocupam durante a manhã as instalações da Reparação de Finanças e do Tesouraria da Fazenda Pública da Marinha Grande. ■ Começa,

em todo o território, o recenseamento eleitoral. Segundo o STAPE, prevêem-se 100 mil novos eleitores. ■ O Partido Trabalhista da Noruega aceita formar governo minoritário. ■ No rali da Córsega, Henri Toivonen e o seu co-piloto morrem carbonizados.

3

Sábado

O Governo Regional da Madeira decide aumentar os preços dos combustíveis. ■ O Governo Cavaco decide — em consonância com as decisões da CEE — reduzir de 10 para 5 o número de funcionários da representação líbia no nosso país. ■ As comissões instaladoras de 23 hospitais



Estamos mal de Saúde

distritais ameaçam demitir-se até ao próximo dia 23 não forem recebidas pela ministra da tutela. ■ 41 mortos é o balanço de um atentado perpetrado contra um avião das linhas aéreas do Sri Lanka. ■ Os agricultores e trabalhadores agrícolas holandeses estão a despejar dezenas de milhares de litros de leite nas ruas e canais do norte do país.



José Sarney

4

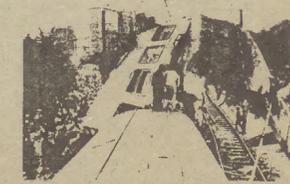
Domingo

José Sarney, presidente do Brasil, inicia uma visita oficial de quatro dias ao nosso país. Portugal é o primeiro país não americano a ser visitado pelo presidente brasileiro desde a sua tomada de posse, em Abril do ano passado. ■ A empresa metalúrgica Sorefame ganha o concurso de adjudicação de equipamento industrial da Organização Europeia de Pesquisas Nuclear. ■ O Chefe do Estado Maior do Exército afirma que aquele ramo das forças armadas considera «inconveniente a entrada em Portugal de tropas estrangeiras, ainda que de países amigos e aliados». ■ «Uma decisão do maior significado para os trabalhadores portugueses que lutam há mais de três anos pelo pagamento pontual dos salários» é como a Comissão Executiva da CGTP-IN considera a aprovação na Assembleia da República da lei sobre os salários em atraso. ■ Babrak Karmal abandona a seu pedido o cargo de secretário-geral do Partido Democrático Popular do Afeganistão. Karmal, que invocou razões de saúde, mantém-se como chefe de Estado e como membro do Bureau Político do

5

Segunda-feira

Grave acidente ferroviário na Póvoa de Santa Iria. O «rápido» da Covilhã embate



Desastre

numa composição suburbana. Balanço provisório: 22 mortos e dezenas de feridos. ■ Pela reabertura do matadouro de Amarante, agricultores desta cidade cortam, ao fim da manhã, a estrada que liga o Porto a Vila Real. ■ O Presidente da República nomeia Joaquim Pinto Machado para o cargo de governador de Macau. Pinto Machado é conselheiro de Estado. ■ No banquete que lhe foi oferecido pelo seu homólogo português, o presidente brasileiro condena energicamente «as agressões a Angola e as ingerências externas no apoio às forças irregulares que operam» naquele país. ■ Começa em Bruxelas a segunda Conferência Internacional para a Namíbia. ■ Na cimeira dos «sete», as divergências económicas sobrepõem-se às declarações políticas.

6

Terça-feira

Morre a atriz Laura Alves, vítima de embolia cerebral. ■ A Assembleia da República reúne em sessão solene para receber o presidente do Brasil e decide formar uma comissão para dialogar e cooperar com o parlamento brasileiro. ■ O PRD acusa o Governo Regional da Madeira de tentar «baralhar» os madeirenses «arranjando falsos responsáveis para as culpas que apenas resultam da sua governação desastrosa». ■ Cosmonautas soviéticos passam da estação orbital MIR para a Salyut-7, facto inédito na história da investigação espacial. ■ Termina em Tóquio a cimeira das sete principais potências capitalistas: os sete decidiram criar um «sistema de vigilância multilateral» para coordenação das suas actividades políticas, económicas e financeiras. ■ O presidente de Angola encontra-se em Moscovo com o dirigente soviético Mikhail Gorbachov.



Avante!

Profissionais de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 91 25-76 91-22

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 69 39 06-69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36-77 67 50

Composto e impresso na Hecla Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/86

Tiragem média do mês de Março: 34 424

Semana

Avante!

Ano 56 – Série VII

N.º 645

8 de Maio de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

1.º de Maio



1.º de Maio de 1986.
Um século depois de
Chicago, um século de
lutas da classe operária e
dos trabalhadores de
todo o mundo.

Hoje como há cem anos,
uma jornada de luta e de festa.
Em Portugal, ao apelo da
CGTP-IN, centenas de reali-
zações cobriram o País. Desfiles,
comícios, provas desportivas, actos
culturais, colóquios e debates, convívios.
Um número incontável de manifes-
tações, um número incontável de partici-
pantes afirmaram de novo a força do pode-
roso movimento sindical unitário, a vontade
dos trabalhadores portugueses na defesa do
Portugal de Abril.

O «Avante!» fez a reportagem do gigantesco
comício de Lisboa. **Filipe Leandro Martins, Ana-
bela Fino e Jorge Montez** estiveram no Martim
Moniz, subiram a Almirante Reis, pararam na Alameda
cheia.

Para o Sul, para Évora, no coração da Reforma Agrária,
foi **João Chasqueira**.

Até ao Porto, onde a vontade dos trabalhadores encheu
a baixa, foi **José Paulo Oliveira**.

Henrique Custódio foi até às Beiras. Não a uma grande cidade,
não a um grande centro urbano, mas sim a uma pequena terra nas
faldas da serra da Estrela. Uns quantos hectares de terra onde, nas
galerias que lhes rasgam o ventre, nos fumos e poeiras que lhe escure-
cem o céu, nas casas e máquinas que fazem uma aldeia, vive a mesma
força da classe operária e do trabalho: minas da Panasqueira.

Um retrato do 1.º de Maio do Portugal de Abril de 1986. Um retrato que assegura
ser verdade que se comemoraram cem anos de futuro.

**Almanaque
do Poder Local 1986**

Instrumento indispensável
para os que trabalham junto às
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia



Que crédito?

«Fontes geralmente bem colocadas no aparelho governamental confirmaram-nos esta tarde que está iminente uma invasão soviética ao solo pátrio. Segundo as nossas fontes, os russos estarão já cerca de Badajoz e preparam-se para, numa manobra envolvente, atacar simultaneamente o Terreiro do Paço, o Palácio de Belém e a sua casa». Quem tenha lido grande parte da imprensa escrita ou tenha visto os meios de comunicação audiovisuais nos últimos tempos, certamente que não se escandalizaria se apanhasse pela frente com esta notícia, por debaixo de um título bem visível que poderia ser qualquer coisa como «Vêm Aí os Russos».

Os pretextos para o súbito (?) anti-sovietismo desencadeado nos últimos tempos foram vários: a começar pelo acidente com a central nuclear de Chernobyl e a acabar no Afeganistão. Pelo meio, como não poderia deixar de ser, o ataque frontal e calunioso contra os trabalhadores portugueses e a sua luta.

Vejamos por exemplo o desastre ferroviário na Póvoa de Santa Iria: o semanário de Vera Lagoa não tem pejo em escrever como título «Uma greve, uma tragédia, o inquérito do costume...», para na página 7 da sua última edição informar que «o povo está farto de sair de casa e não ter Metropolitano. O povo está farto das exigências de meia dúzia de trabalhadores orquestrados pela central sindical comunista, teleguiados a partir de Moscovo. (...) E como se tudo isso não chegasse já, acontece o acidente de ontem», continuando por aí fora despejando o ódio, a calúnia, a desvergonha.

Também «O Seculo» de Nogueira Pinto, a propósito do acidente, informa que aos três últimos grandes desastres ferroviários antecederam três grandes greves dos trabalhadores da CP.

Na Ucrânia, um acidente numa central nuclear serviu também de pretexto, contribuindo a comunicação social — e não só aqueles jornais a que estamos habituados — para propagar o alarmismo e injuriar a União Soviética.

Na televisão, o telejornal só não abriu com o acidente e as suas consequências quando se deu o desastre ferroviário e «O Dia» afirma no dia 30 que «Kiev é zona de morte», tendo o «Diário Popular» posto como manchete «URSS: silêncio ameaça segurança da Europa».

O «silêncio» soviético, sem esconder preocupação, diz que houve apenas dois mortos no acidente, no que é corroborado por uma associação científica francesa, informações que foram silenciadas ou deturpadas na generalidade dos órgãos de comunicação social.

Também um outro assunto suscitou grande celeuma nos meios propagandísticos cá do burgo e, sem qualquer dúvida, fora de portas.

Diz-se que caiu em desgraça, que foi afastado por Moscovo da liderança do seu país que é o Afeganistão. Diz, uma vez mais «O Século», na sua edição de dia 5: «Babrak Karmal demitiu-se ontem das funções de líder do Partido Comunista Afegão (!) alegando motivos de saúde. Karmal permanece, contudo, como presidente do Afeganistão», para, no dia seguinte, informar que «Najibullah foi escolhido no domingo para substituir, como chefe do partido, o presidente Babrak Karmal, que se demitiu alegando motivos de saúde. No entanto, crê-se que foi afastado do cargo por decisão do Kremlin».

De que crédito, pergunta-mos, se podem afirmar merecedores jornais, rádios e televisões que assim procedam? Que, em nome não sei de que objectividade, alarmem, falsifiquem, caluniem. Órgãos de comunicação social?!...

■ JM

Nacional



É de pé que a gente luta

■ Leandro Martins

— Já reparaste de onde vem esta gente toda? Ainda há bocado no Metro vinha a pensar que no 1.º de Maio a malta almoça toda mais cedo do que é costume num feriado. Deve ser assim por toda a parte. Deve ser o único feriado em que os transportes em vez de reduzirem aumentam.

— É. E é também o dia de desenferujar as pernas por aí acima. Já viste como isto está colorido? Isto das bandeiras foi boa ideia. E parece que a Primavera chegou de repente. O melhor é tirar a camisola. Não queres ir para a sombra? Ficávamos aí numa sombra a ver passar.

— Comigo não. Fica tu. Comigo, o 1.º de Maio só pára na alameda.

— Pronto. Mas temos de escolher onde vamos, tu de uma empresa e eu doutra...

— Vamos numa qualquer.

— Cuidado, deixa passar essa faixa primeiro, não temos pressa. Que é que dizias, leste?

— Era sobre os salários em atraso. O Governo agora levou mais um rombo com a votação na Assembleia.

— Devia mas era levar o rombo final. Era isto que eu estava a estranhar. Sabia que havia qualquer coisa diferente neste 1.º de Maio, não era só a cor. É que não se grita «governo para a rua»...

— Os outros partidos não querem.

— Eles não sabem é o que querem, por enquanto. Mas olha que o Governo não espera pela demora.

— O que é aquele carro amarelo com as caras? Ah, são os mártires de Chicago, é verdade, hoje o 1.º de Maio faz cem anos.

— E vai todo embandeirado.

— Pronto, lá ficou tudo parado outra vez. Quando se pára um bocadinho que seja é que a gente dá conta da quantidade de pessoas que vêm por aí acima. Mas o que é que aqueles estão a fazer, parece que o desfile vai sair da avenida. E há um ajuntamento ali à esquerda.

— É o Álvaro.

— Quem?

— O Álvaro Cunhal, não vês?

— Mas porque é que ele não vai com a gente?

— Quem é que disse que não vai? Vai sempre. Olha, lá estão as pessoas a cumprimentá-lo.

— É uma coisa que me comove sempre, passar aqui, ver o Vasco Gonçalves ali da janela a acenar, a dizer «25 de Abril sempre!»

— Também lá está o outro, o almirante.

— O Rosa Coutinho. E aqueles dois, o músico, o Lopes Gra-

dir. Depois dos vivas de há bocado ao 25 de Abril é este silêncio que até impressiona.

— É, ainda lhes falta muito caminho a fazer para a unidade. Que isto não é só eleições, nem é só votar algumas coisas na Assembleia, é preciso ir mais longe, é preciso uma alternativa.

— Já sei, não me venhas agora dizer isso a mim, vê lá é se os convences a eles.

— Isto está maior este ano, olha lá para cima! É um mar de gente, de um lado e de outro. E tanta gente nova, pá!



ça, e o outro também da música, o Freitas Branco.

— Olha, agora é aquela sede do PS, desta vez não vai haver a barafunda dos outros anos, estão com caras muito simpáticas pra gente. Não se põem com aquelas provocações.

— Pois, ainda bem. Mas reparar que ninguém se põe a aplau-

dir. Ora, dizes isso todos os anos.

— Mas não achas que está mais gente?

— Sei lá se está mais gente. Queres que os conte, não? Olha estão ali mais capitães de Abril. O Vítor Crespo, o Pezarat...

— Onde? Ah, ali ao pé do mural. Gabo-lhes a paciência, aos

pintores. Com este calor a pintar cada um o seu bocado.

— É giro. E é bom a gente saber que também os artistas estão com o povo, pá.

— Não é novidade, sempre estiveram. Espera aí, cala-te um bocado, parece que estão a ler uma saudação. É da Associação 25 de Abril... Ouviste? Foi o Vasco Lourenço que assinou.

— Cuidado aí com a louça, pá. Isto desta vez é uma feira popular, ele é louça, é roupa, ali atrás ainda pensei comprar uma camiseta para o puto. E até calculadoras e cassetes, fora aí as tendas de comes.

— E de bebes. A propósito... Espera um bocado, pelo menos deixa-me ver se ouço os discursos.

— Bebes uma cerveja e ouves, beber não fecha os ouvidos.

— Agora está a falar o Joaquim Calhau.

— Vamos sentar aí um bocado.

— Se arranjares espaço na relva...

— Não exageres, cabem sempre mais dois.

— Ouve: agora é o Armando.

— Quem?

— O camarada Armando Teixeira da Silva.

Bom seria que, neste ano histórico do centenário do Dia do Trabalhador, o país pudessem beneficiar já de uma situação em que se encontrassem resolvidos os problemas sociais mais graves dos trabalhadores e da população. Bom seria que este 1.º de Maio de hoje fosse já de festa e de satisfação por termos uma política que cumprisse os direitos dos trabalhadores, no respeito pela Constituição e pelo 25 de Abril.

Mas o que é que nós vemos, camaradas?

A realidade é esta: o país dispõe hoje de condições financeiras extremamente favoráveis, resultantes de uma conjuntura internacional traduzida

Nacional

na baixa do preço do petróleo, do dólar, dos cereais e da taxa de juro. No entanto, quem está ou quem vai beneficiar desses recursos financeiros disponíveis, geridos pelo Governo Cavaco Silva?

— Está-se mesmo a ver...
— Deixa ouvir, pá.

Será que o Governo tomou medidas para serem pagos os salários em atraso, através de um fundo de garantia salarial?

Não, não tomou. Pelo contrário, fez um decreto para extinguir postos de trabalho, ao qual, significativamente, só aderiram cerca de 5 por cento dos trabalhadores sem salários.

Mais grave ainda, é que o Governo Cavaco Silva isentou os patrões que não pagam salários, de entregarem à Segurança Social as folhas de contribuições. Isto significa que, para além de não receberem salários, os trabalhadores nesta dramática situação perdem ainda os seus direitos da Segurança Social — o que é mais um autêntico escândalo.

Será que o Governo aumentou o subsídio de desemprego ou o alargou aos jovens desempregados, por exemplo?

— Isso era esperar que este Governo fosse diferente dos outros.

— Mas é diferente, pá. É diferente porque é minoritário. A única questão hoje é que os partidos da oposição...

— Os partidos democráticos.

— É que os partidos democráticos se entendam numa nova política.

— Estás sempre a dizer o mesmo, deixa o homem falar.

A política deste Governo é, no essencial, idêntica à dos anteriores e,

— O que é que eu te dizia?

Por isso, continua a não dar resposta aos problemas centrais que se colocam aos trabalhadores, ou seja: o direito ao trabalho, a melhoria das condições de vida e a defesa do regime democrático. A decisão do Governo de aumentar as rendas de casa a partir de Julho, de tencionar levar por diante o seu «pacote laboral» e a sinistra Lei de Segurança Interna confirma e reforça a necessidade de lutarmos contra esta política para que seja rapidamente invertida.

A luta, camaradas, é factor determinante para obtermos resultados concretos a nosso favor, como o acabaram de demonstrar recentemente os trabalhadores da CP, da Carris, dos TIR e tantos outros que estoiraram com os tectos salariais e conseguiram importantes melhorias nos seus salários e nas suas condições de trabalho.

Ontem a AR aprovou com os votos favoráveis do PCP, PS, PRD e MDP a lei sobre os salários em atraso. Tal aprovação só foi possível devido à luta persistente e abnegada levada a cabo nos últimos três anos pelo movimento sindical.

A CGTP regista, pois, como uma importante vitória a aprovação desta lei e, agora mais do que nunca, podemos afirmar que valeu a pena lutar.

— Que é o que a gente tem feito sempre. E cada vez mais gente a lutar.

— Ó homem, não te estejas sempre a gabar, tu até nem te tenho visto por aí.

— Eu?

— Estou a brincar, pá. Bem, vamos levantar que está a tocar a Internacional. E depois vem o hino. E é de pé que a gente luta.

MAIO A COR

■ Jorge Montez

E a cor desaguou em Maio. Com o sol, bem quente, vivo, como que a dizer que nascia com mais força naquele dia que é de todos nós. E os casacos que se despiram, as roupas encontradas, como sempre, ano após ano, no fundo das arcas e no odor a alfazema. A alvez do corpo tantos meses escondido e os verdes, vermelhos, brancos, rosas e o que mais que morangos já se vendem e este é o mês dos cravos bem abertos e garridos.

Rasgando o pardo desmazelado da avenida que nem o raio de sol consegue fazer sorrir, o vermelho. Colado em todos os corpos, chamando e clamando nos panos e pendões, em cada bandeira e em todas elas, num manto de alegria que se estende por quilómetros, compactamente, com a unidade que é a nossa força.

O lilás, o laranja e todas as muitas cores garridas que salpicam já a alameda, profusamente, que a juventude está lá em força, porque «também ela quer arrancar depressa para uma sociedade mais livre e justa». Rostos pintados, muita alegria, brincadeira e ternura, pois a Primavera desabrochou de repente neste Maio.

O amarelo, o verde e uma vez mais o vermelho. Que a alameda estava engalanada para dia de festa. E a alegria subiu em direcção ao azul do céu, lá estava a estrela de Maio e aquele puto, mesmo lá no cimo agitando a bandeira para que todos vissem que também ele sentia aquela euforia que vivemos nas grandes ocasiões e se a festa não era só sua fazia anos que os trabalhadores estão em luta.

Não sei se só impressão, mas até a relva da alameda estava mais verde, risonha ela também como todos nós, que a fonte lançava rios de água ao ritmo da nossa alegria, refrescando e, pela sugestão, dando uma mãozinha às tendas de comes-e-bebes.

E, por fim, a chuva verde e vermelha que transbordou por de cima da fonte, papéis que parecia quererem ganhar asas e continuar connosco, acompanhando-nos ao longo de todas as lutas que nos esperam, assim como o fizeram pela avenida fora e pelas ruas de Lisboa, quando muitas dezenas de atletas começaram Maio correndo.

Com a pressa de chegar à frente, que na primeira linha é que é o nosso posto. Alegres e vivos. Como as cores deste dia. Porque só assim conseguimos fazer deste 1.º de Maio, Maio maior.



Nacional

A mudança

■ **Anabela Fino**

A verdade verdadeira é que o dia estava de praia até mais não, com um sol capaz de tostar a invernosidade palidez dos nacionais e uma temperatura boa mesmo para ficar à sombra da bananeira ou de molho nas águas do Atlântico, conforme os gostos e as possibilidades de cada um, que o bilhete para a Caparica já pesa — e não é pouco — no orçamento familiar.

O que não estava nada era dia para se ficar parado ao sol horas a fio à espera de vez para entrar no desfile, nem sequer para palmilhar a passo de caracol a Almirante Reis num pára-arranca até à Alameda onde se sabia de antemão que o sol se fazia sentir ainda com maior intensidade.

Mas o que é que se há-de fazer? A razão tem razões que o coração desconhece e foram aos milhares e milhares os que trocaram as sonhadas delícias do papo para o ar pelo 1.º de Maio da capital. É claro que de onde em onde se ouviam resmungos contra o camaradã são pedro, acusado de andar de há uns tempos a esta parte num destempero que não lembra ao diabo, esquecido do calendário e dos costumes que rezam ser a Primavera o tempo do ameno, ora mandando frio e chuva ora um calor de destilar. Não faltou também quem desse a estes destemperos climatéricos uma leitura política, mas resumindo e baralhando o que se tratava era de passar o tempo enquanto o desfile não partia.

Depois foi a festa da luta que a jornada simboliza, vivida por todos e por cada um o melhor que foi possível. Igual às outras? Melhor que o ano passado? São perguntas que se fazem a que não é fácil responder sem subjectividade. Para mim foi diferente.

E não apenas pela profusão de bandeiras vermelhas que deram ao desfile um colorido particular; ou pelos carros alegóricos a lembrar os cem anos duma jornada sempre nova; ou ainda pela presença massiva de mulheres e jovens lado a lado com os homens das muitas empresas cujas lutas enchem diariamente as notícias nacionais.

Foi diferente sobretudo pelos pequenos nadas inesperados que podem acontecer no desfile de quem trabalha a lembrar que a vida por dura que seja tem sempre coisas boas para guardar na memória.

Como por exemplo a entrada num café anónimo para o inevitável gelado para o rebeito, a reventar pelas costuras com outros clientes de ocasião, e ser

surpreendido pelo apelo do empregado, ou se calhar o dono, vá-se lá saber, já sem mãos a medir, sirvam-se, sirvam-se e paguem depois ao balcão, é tudo gente séria, não é verdade? Quem foi que disse que a confiança desapareceu da capital?

Ou a animação que reinava em volta da banda que seguia alegremente avenida fora, tocando do seu repertório as músicas que puxam pelo pé e fazem sacotear a corpo, numa aposta bem sucedida de deixa a tristeza para lá...

Era a festa, sim! A festa de quem sabe que todos os dias são de luta, que a vitória hoje celebrada é ainda só uma etapa de muitas outras que há para ganhar; de quem sabe que a confiança é um bem para se guardar e a canção de quem trabalha a merecida alegria de quem sabe ter nas mãos o futuro.

Nunca constou que as palavras de ordem fossem incompatíveis com a festa do trabalho, que a determinação de estar na rua a celebrar Maio não fosse motivo de festa, pese embora o sinal dos tempos marcado nas mais pequenas coisas que é dado ver.

Como a venda ambulante a proliferar na alameda, desde os comes e bebes aos trapos para vestir mais em conta, passando por quantas miudezas que imaginar se possa, que é preciso sobreviver mesmo quando o emprego escassa. Ou o reaparecimento insólito à porta do ano dois mil da relíquia dos fotografos do retrato à *la minuta*. E, por que não dizê-lo, da simbólica campanha dos vinte e cinco paus para o 1.º de Maio, um quase nada à altura da bolsa de todos...

Para já não falar da fonte a funcionar numa promessa de frescura que noutros anos faltou, num regalo para os olhos dos que enfim chegaram à alameda a tempo de se sentar na relva num merecido descanso, um olho no mar de gente e outro nas crianças, um ouvido nos discursos e outro nos pregões dos vendedores.

Uma coisa, na minha opinião, faltou: quando desaguei na relva teria gostado de ouvir «... e se todo o mundo é composto de mudança, troquemos-lhe as voltas que ainda o dia é uma criança...»

Aquela era a gente da mudança!



No Porto foi assim: uma multidão, em festa

A todos os títulos, um belo 1.º de Maio

● **As imagens que ficaram num repórter apanhado de surpresa**

MAIO
PORTO

■ **José Paulo Oliveira**

Confesso que é com algum desespero que folheio o meu pobre bloco de apontamentos. Folhas brancas, notas desgarradas, uma ou outra frase que se apanhou aqui e outra mais adiante, duas ou três referências cronológicas... e pronto!

A justificação (espero que «pegue» na chefia da redacção) é capaz de ser simples. O velho sonho de viver um 1.º de Maio na capital do Norte tornara-se finalmente realidade. De Santa Apolónia a Campanhã foi um ápice. A surpresa viria momentos depois, logo à saída da Estação de São Bento. Os relatos mais entusiastas que tinha sobre os 1.º de Maio na cidade Invicta ficavam muito aquém do que agora se presenciava ao vivo. Era uma grande cidade numa grande festa, num belo dia de sol!

Apanhado de surpresa, o repórter de serviço esqueceu-se que estava em serviço e não foi de modas: entrou na festa, cantou e dançou, aplaudiu, gritou, petiscou, bebeu um verduinho e viveu em pleno o seu primeiro 1.º de Maio no Porto. Agora... é que são elas. Apontamentos... são poucos. De um dia muito bem passado ficam apenas imagens. Muitas imagens de uma festa. Por isso vos deixo aqui algumas.

É a imagem de uma manhã feita de fraternidade, anunciada com foguetes, cheia de cor nas bandeiras dos sindicatos hasteadas lá ao cimo da Avenida dos Aliados. É a imagem de uma manhã repleta de movimento com muitos atletas, jovens, homens e mulheres, portugueses e de países socialistas, a reforçarem laços de amizade e de convívio num 1.º de Maio histórico há 100 anos. É ainda a imagem de uma manhã vivida por alguém que constitui o que de mais belo tem este Mundo: as crianças, que riram, brincaram e conviveram, com música e com iniciativas para todos os gostos.

É a imagem de uma multidão feita de pequenas multidões que se engrossavam nas pré-concentrações marcadas para o princípio da tarde. Lá estavam os metalúrgicos, os ferroviários, os funcionários públicos, os mineiros, na Praça Almeida Garrett. Os músicos, os trabalhadores de espectáculos, o pessoal da Marinha Mercante, no Largo dos Lóios. Ou ainda, os trabalhadores da Hotelaria, os químicos e

cerâmicos na Praça da Batalha, não esquecendo, entre tantos outros, os telefonistas e os trabalhadores do vestuário, no Palácio dos Correios.

É a imagem de um mar de gente que invadiu a Praça General Humberto Delgado, a Av. dos Aliados e a Praça da Liberdade, num espaço grandioso de convívio e de amizade, que vibrou com um comício onde as coisas do dia-a-dia estiveram presentes nas intervenções de representantes legítimos dos trabalhadores.

Depois, é a imagem de um cortejo espectacular, aberto pelos Mareantes do Rio Douro, de Vila Nova de Gaia, ao ritmo dos seus tambores. Logo atrás, muita juventude. Estudantes, trabalhadores-estudantes, jovens da União dos Sindicatos do Porto, unidos numa saudação ao 1.º de Maio e lembrando os seus problemas específicos e a sua disposição de luta e de unidade com todo o povo trabalhador. Nas filas de trás vinham os membros dos organismos executivos da USP e o dirigente da *Inter* Manuel Lopes. Finalmente, uma larga representação dos sindicatos, das empresas e sectores profissionais do Grande Porto. Muitas mulheres e crianças. Trabalhadores em luta. Reformados. Cidadãos que marcam com a sua presença uma vontade firme de lutar e de participar nas tarefas do movimento sindical unitário. Cidadãos que em uníssono afirmaram nas ruas da «Baixa» portuense, ao longo de um desfile que durou cerca de três horas e que foi «acompanhado» por muita gente nos passeios: «assim não pode ser/ trabalhar sem receber», «trabalho sim, desemprego não», «sector nacionalizado deve ser dinamizado», «não à carestia, fim à demagogia», «é preciso que isto mude, trabalho para a juventude», «viva o V Congresso, pelo trabalho e pelo progresso», etc.

É ainda a imagem de uma grande festa popular. Um arraial de grande dimensão! Anunciado por todo o coração da cidade, com farras (como o da «Alameda», de Oliveira de Azeméis), carros de som e ranchos. Vivida com música (Pedro Barroso e a sua banda foi acontecimento ao fim da tarde) e com intensa alegria. Num espaço que foi de luta, mas também de confraternização, com muitas dezenas de vendedores ambulantes a associarem-se com as suas bancas e a sua indescritível variedade de produtos: da doçaria ao vestuário, dos refrigerantes aos brinquedos, do artesanato aos petiscos, passando por tudo aquilo que a imaginação possibilita.

Foi um belo 1.º de Maio, apoiado por mais de 50 Sindicatos do distrito do Porto.

Um bom concerto no Coliseu

Destaca-se entre os numerosos espectáculos musicais que o movimento sindical unitário tem promovido ultimamente o concerto do dia 30 no Coliseu. Promovido pela CGTP-IN para assinalar os cem anos do 1.º de Maio, o espectáculo reuniu artistas de mérito reconhecido como Paulo de Carvalho, José Mário Branco, Maria Guinot, António Victorino de Almeida e Carlos Paredes. Aplaudido por um público entu-

siasta, que remeteu para plano secundário o facto de a sala das Portas de Santo Antão não ter enchido por completo, o espectáculo apresentado por João Paulo Guerra registou momentos de particular vibração, especialmente quando o público se identificou com a alta qualidade da actuação de Paulo de Carvalho e dos dois bons executantes que o acompanharam, e ainda quando Victorino de Almeida executou

áo piano (solo), a encerrar a primeira parte do espectáculo, uma peça que julgamos inédita da sua autoria, sobre o tema da Internacional. Caloroso e bem apoiado por excelentes músicos e cantores, o espectáculo foi motivo para alargar a difusão do duplo álbum que a *Inter* pôs à venda nesse mesmo dia, com canções alusivas ao 1.º de Maio, comemorando também desse modo o centenário do Dia Mundial dos Trabalhadores.



Nacional



100 anos de Maio, 100 anos de confiança na luta dos trabalhadores

A tarde do 1.º de Maio na «Baixa» portuense começou da melhor maneira: com a actuação do rancho folclórico «Douro Litoral», de Taipas/Porto, um grupo de jovens para quem a defesa, a valorização e a divulgação das ricas tradições culturais do nosso povo vão bem mais longe do que meras palavras. A sua actuação no palco do 1.º de Maio na cidade Invicta mereceu frequentes aplausos, contribuiu para o tom de festa popular vívido durante todo o dia, e abriu uma tarde memorável de convívio e de unidade neste 1.º de Maio centenário, data de raízes bem fundas entre a população laboriosa da região do Porto.

Duas intervenções

Na tribuna instalada ao cimo da Avenida dos Aliados, frente à Câmara, é anunciada a chegada de numerosas saudações aos trabalhadores e à União dos Sindicatos do Porto/CGTP. Na impossibilidade de referir uma lista tão longa, é destacada a saudação enviada pela Comissão da Zona Norte da Associação Sindical da PSP, gesto que arrancou uma resposta de saudação solidária entre os milhares de presentes.

Está na hora do comício. Da Praça Almeida Garrett, do Largo dos Lóios, da Praça Filipa de Lencastre, do Palácio dos Correios, da Praça D. João I e da Praça da Batalha, da Sá da Bandeira/Fernandes Tomás, esta-



Juventude: uma presença viva

A situação actual, a política do Governo e os seus reflexos na vida dos trabalhadores, o significado do centenário do 1.º de



mentais teriam ficado seriamente condicionados e limitados», o 1.º de Maio de 1982 esteve bem presente neste 1.º de Maio de 1986, cujo programa incluiu a deposição de flores nas campas das vítimas no cemitério do Prado do Repouso e uma homenagem na Praça Almeida Garrett, no passado dia 30.

Como diz o «Jornal de Luta» distribuído nas ruas do Porto (informação especial da USP sobre a efeméride e as suas comemorações), «é importante recordar» o que se passou em 82, tanto mais que «neste momento» o Governo de Cavaco Silva «pretende fazer aprovar novas leis de segurança interna» e por outro lado «o divisionismo se esforça por parecer organização «sindical» para «defesa» dos trabalhadores».

A melhor homenagem...

Mas ainda sobre os acontecimentos de 82 e voltando ao comício deste 1.º de Maio de 1986, apontem-se as palavras de Maria José Costa e de Manuel Lopes:

«Aqui estivemos nos 1.º de Maio desta mesma praça e avenida da «Baixa» do Porto, enfrentando a repressão fascista, aqui continuamos lutando em todos os 1.º de Maio depois de Abril, aqui resistimos heroicamente em 1982 à provocação fascizante do governo PSD/CDS, que, com o conluio dos divisionistas, lançou a brutalidade policial sobre os trabalhadores e a população, semeando novamente a morte nas



Na Cidade Invicta um 1.º de Maio vibrante... como sempre

ruas do Porto, crime pelo qual nós continuamos e continuaremos a reclamar justiça e a punição dos responsáveis. Nessa altura, a nossa posição de firmeza foi essencial. Com ela defendemos a liberdade e a democracia. Garantimos os nossos direitos e por isso estamos hoje aqui, como estaremos sempre no futuro, a gritar bem alto - Viva a CGTP Intersindical, Viva o 1.º de Maio». (M.ª José Costa).

«A melhor homenagem que podemos prestar aqui nesta praça aos nossos heróis, aos nossos mártires da noite sangrenta do Maio de 82, os camaradas Mário Emílio e Pedro Vieira, é reafirmarmos que enquanto Abril não for cumprido, enquanto houver um homem que explore outro homem para nós a luta continua». (Manuel Lopes)

A luta de hoje

...De facto, a luta continua e como sublinhou Maria José Costa ao vasto auditório da «Baixa» portuense «a nossa luta de hoje contra a política de direita, que vem de há mais de 10 anos e que agora é comandada por Cavaco Silva e o seu Governo, é uma luta difícil que se desenvolve em condições especiais, mas que tem objectivos muito concretos»:

«Nós lutamos pelas liberdades, contra a Lei de Segurança Interna e a nova Pide, pela defesa dos nossos direitos, contra o pacote laboral, que de facto só interessa mesmo ao Cavaco e ao grande capital.

«Lutamos pela Reforma Agrária, pelo pão que ela nos traz, pelas nacionalizações, contra a privatização do sector público e a sua entrega aos ex-monopolistas. Por isso repudiamos a tentativa de privatização do Jornal de Notícias e lutaremos pela sua defesa.

«Lutamos e determinadamente, pelo trabalho e pelo emprego, porque com Cavaco só vimos o desemprego a crescer, os despedimentos a aumentar e o emprego a rarear».

Afinal, quem está a beneficiar?

Do Governo Cavaco também falou a intervenção lida por Manuel Lopes, que pegando em vários aspectos da situação actual demonstrou que a realidade é bem diferente da propaganda que todos os dias entra pela porta dos portugueses.

Aqui fica uma breve passagem da intervenção do dirigente da Inter:

«É insustentável que depois de nos últimos três anos termos perdido em média 15% do valor

real dos nossos salários venha agora o Primeiro-Ministro propor novos tectos, sejam eles de 17% ou como ultimamente de 15%, chegando ao desplane de ameaçar com cortes de crédito e dificuldades fiscais as empresas que ultrapassem aquela margem.

«Será que foram reforçados os investimentos nas empresas públicas para aumentar a produção nacional, para modernizar a economia e assegurar os postos de trabalho? Não, o Governo também não queria canalizar para aí os recursos financeiros de que hoje dispõe, e foi a AR que teve de corrigir essa situação.

«Por outro lado, se o país tem hoje boas condições financeiras, porque não fez o Governo baixar o preço do leite e do pão, por exemplo?

«E porque se opôs o Governo à baixa dos impostos aprovada pela AR e à redução do preço dos combustíveis, quando estes já desceram de preço em toda a Europa e teve de ser a AR a obrigar o Governo a tomar tais medidas?

«É certo que, por baixar a taxa de juro, baixou o crédito à habitação. Mas, em contrapartida, o preço das casas está a subir em flecha e, em Julho, as rendas vão aumentar brutalmente para milhares de inquilinos.

«Final quem está a beneficiar do desafogo das finanças públicas não são os trabalhadores e a população mais desfavorecida mas antes os capitalistas, isentando-os o Governo de impostos e de descontos para a

Segurança Social, perdando-lhes dívidas ao Estado, dando-lhes milhões de contos em subsídios com os mais variados pretextos, abrindo-lhes as portas aos dinheiros da banca nacionalizada sem controlo e pagando-lhes chorudas indemnizações».

Sem hesitação

O comício chegava ao fim. Mas a jornada ainda ia a meio. Os dirigentes sindicais presentes na tribuna juntam-se aos milhares de manifestantes deste 1.º de Maio de 86 para o grande desfile que irá percorrer algumas das principais artérias da «Baixa», regressando finalmente à Avenida dos Aliados para um fim de tarde em cheio, com música popular portuguesa, na voz de Pedro Barroso, acompanhado da sua banda. Antes da sua apresentação, entusiasticamente saudada, o povo trabalhador presente nas comemorações tinha aprovado uma moção, lida por Álvaro Lima, da C. Executiva da USP e dirigente do Sindicato das Telecomunicações e Comunicação Audiovisual. Nessa moção salienta-se que os trabalhadores «lutando pela satisfação das suas reivindicações essenciais, lutarão sem qualquer hesitação e com total firmeza por uma solução democrática para o nosso país, só possível com uma política diferente que sirva os trabalhadores e caminhe no sentido do progresso e do 25 de Abril».

Dissó o povo trabalhador está bem consciente. Como vimos nas ruas do Porto, uma semana depois do aniversário de Abril.



Um desfile de alegria e combatividade na «Baixa»

vam a chegar as pré-concentrações de trabalhadores de todos os sectores de actividade, que ali se haviam juntado entre as 14 e as 14 e 30 h.

Para o palco são então chamados dirigentes sindicais, representando as organizações que apoiaram as comemorações, membros dos organismos executivos da USP e Manuel Lopes, da C. Executiva do Conselho Nacional da Intersindical.

O comício, acompanhado por jornalistas de vários órgãos de informação, é preenchido por duas intervenções. Uma da União dos Sindicatos do Porto, lida por Maria José Costa, membro da sua C. Executiva e dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis. A outra é a intervenção da CGTP-IN, lida por Manuel Lopes.

Maio, as tarefas do presente e do futuro, a dinâmica do debate em torno do V Congresso da Central, as lutas dos trabalhadores, as questões da unidade e da acção do movimento sindical unitário foram, naturalmente, temas em foco naquelas intervenções, que não esqueceram o 1.º de Maio de 82 no Porto.

Ninguém esquece o 1.º de Maio de 1982

Considerado pela USP como «um dos marcos mais importantes da luta dos trabalhadores em defesa dos direitos e liberdades democráticas - sem a luta heróica e vitoriosa dos trabalhadores do Porto contra essa monstruosa provocação fascizante, os nossos direitos e liberdades funda-

Alguns números de que Cavaco não fala...

«Lutamos no distrito do Porto contra a situação assustadora dos 90 mil desempregados, dos 100 mil contratados a prazo e dos cerca de 20 mil com trabalho clandestino, à peça e a metro, situação que prolifera de dia para dia (...)

«Contra os salários em atraso, que não são pagos com a demagogia nem com a chantagem do despedimento e da escandalosa retirada dos direitos à Segurança Social, lutam por todo o lado os 22 mil trabalhadores do Porto que são atingidos por esse flagelo social. E só essa luta tem permitido que o crescimento deste escândalo não seja ainda maior. E só essa luta levou à aprovação ontem na Assembleia da República da lei sobre os salários em atraso, importante vitória dos trabalhadores (...)

(Da intervenção da União dos Sindicatos do Porto (USP) no comício que antecedeu o desfile)

40 horas!

«Os trabalhadores e a população reunidos na «Baixa» do Porto, neste lugar de grandes tradições históricas dos Primeiros de Maio de 1962, 1971 e 1972, no fascismo, do 1.º de Maio de 1974, 1.º de Maio da Liberdade, e do heróico 1.º de Maio de 1982 reafirmam a sua inabalável disposição de (...) lutar pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais, para todos os trabalhadores.»

(Da moção aprovada após o desfile)

Nacional

E Maio chegou à Mina

1.º MAIO
PANASQUEIRA

O couto mineiro da Panasqueira ocupa 20,5 km² de concessão no distrito de Castelo Branco e envolve, directa ou indirectamente, três concelhos: Fundão, Pampilhosa e Covilhã. Foi criado em 1885, para a exploração do volfrâmio, pertenceu sempre a empresas inglesas e é, há mais de meio século, propriedade da «Beralt Tin and Wolfram Portugal, SARL». É célebre a arrogância dos seus proprietários, que chegou ao extremo de manter hasteada a bandeira britânica na mina, durante o fascismo:

O aparecimento da mina na região criou novos povoados e fixou milhares de pessoas, que hoje lá vivem na linha directa de várias gerações de mineiros. São exemplo disso os povoados da Barroca, Panasqueira e Rio.

Portanto a história desta região é a história da mina e a história de mina é uma longa galeria de tragédia, doença, dor, morte, humilhação e luta. Houve tempo em que se vergastavam os mineiros que abrandassem o ritmo de trabalho e em que se retinham os salários durante os seis primeiros meses de entrada na mina, que o director, um tal

Gribble, depositava no banco, a colher-lhe os juros. Mas houve também lutas e lutas sérias, que em pleno fascismo e sob feroz repressão, conseguiram importantes vitórias sobre o sistema de exploração desenfreada da mina. São exemplos maiores a greve do carbureto, nos finais da década de 30, e as da jornada das 8 horas, nos anos 60, havendo outras lutas por reivindicações salariais e de condições de trabalho.

Quando se fala em gesta libertadora do 25 de Abril, essa qualificação ganha particular ênfase entre as gentes da Beira-Zêzere, no couto mineiro da Panasqueira. Com ele veio a libertação do medo, a organização decidida na luta, a criação do sindicato, a porta aberta para a vida. Que continua a ter de ser construída passo a passo por quem, trabalhando e produzindo, tem, no fim de contas, toda a vida na mão.

Por isso comemorar o 1.º de Maio nas minas da Panasqueira — quando antes do 25 de Abril a empresa impunha que se trabalhasse como noutra dia qualquer — é um acto com particular significado na região. Por isso fomos ver.

■ **Henrique Custódio**

Ei-la a saltar-nos à estrada, numa curva a 30 km do Fundão: uma montanha de lixo de minério, alta e lisa, cinzenta e feia, erguida a pique e a sufocar de repente o horizonte. Ainda não é a mina mas apenas os seus detritos, já anunciados quilómetros atrás por um cheiro adocicado pairando no ar. Mais à frente, nas vertentes do rio Zêzere e trepando pelas encostas, organiza-se um povoado a duas dimensões: a primeira à esquerda de quem sobe, com o volume tradicional das aldeias portuguesas de montanha — casario colorido, labiríntico, um cacho de romã — é o «bairro azul»; a segunda, à direita de quem continua a subir, apresenta-se geométrica como um quartel, esquadrihada encosta acima, monótona e triste como os casarios de «traça social» — é o bairro mineiro. No primeiro vivem os quadros da mina, o pessoal de superfície; no segundo, os mineiros, os que ao longo de décadas arrancaram das entranhas da terra a montanha de cinzas que domina a paisagem. O povoado chama-se Barroca e pertence ao perímetro das minas de volfrâmio da Panasqueira, mas é no último bairro que mora a silicose. E a festa do 1.º de Maio. Foi para lá que nos dirigimos, encaminhados pela informação de dois jovens muito «à la page» que mascavam pastilha elástica à porta dum café do «bairro azul». Que «não tem nada que enganar», garantiam eles apontando com gesto largo e olho atónito o casario plantado na aridez lá do alto. Pois não. Seria por isso que estavam tão longe da festa que decorria lá em cima?!...

Íamos para ver o Primeiro de Maio nas Minas da Panasqueira mas começámos, em primeiro lugar, por ser vistos. Assomando às portas de casas térreas, virando-se, em grupo, no vasto largo onde confluem as instalações da mina, ou cedendo passagem quando entrámos no local da Festa — o refeitório dos mineiros — dezenas de pares de olhos (às vezes de um verde extraordinário) seguiram-nos atentamente, sem hostilidade nem perguntas, apenas numa curiosidade expectante. A reserva dissipar-se-ia instantaneamente quando perguntámos pela organização sindical da festa.

— Venha cá, venha cá! — ocorreu um travando-nos o braço e levando-nos, solícito, para o interior — aqui tem o Fernando e o João!

Fernando Reis da Silva, 34 anos, dirigente sindical, guincheiro, 11 anos a trabalhar na mina, João Duarte, 34 anos, torneiro mecânico, 20 anos na empresa proprietária da mina, a «Beralt Tin and Wolfram Portugal, SARL». Ambos do PCP. Ambos a desdobrarem-se ainda mais, a partir dali, para nos acompanharem na visita.

Que começou no próprio refeitório, onde se apagavam os vestígios de um almoço-confraternização enquanto no salão ao lado homens, mulheres e crianças se comprimiam para deixar livre a pista de dança. No palco o grupo popular «Os Aguedenses» preparava-se para actuar,

as crianças dividiam a curiosidade entre os painéis das aparelhagens e o nosso fotógrafo (vocês são da televisão?! perguntava-nos um palmo e meio de gente, puxando-nos a manga e perscrutando tudo com uns belos olhos azuis). Lá fora aprestava-se um jogo de futebol. Para lá nos dirigimos, deixando que o baile ganhasse pernas para dançar.

Tourada na mina

— A festa começou já ontem — esclareceu João Duarte — num baile-convívio que terá fogo logo à noite uma segun-



Barroca: À direita de quem continua a subir, o bairro mineiro com a sua esquadria de aquartelamento; à esquerda já ficou o «bairro azul», uma «romã» vistosa que abriga os quadros técnicos da companhia e os trabalhadores de superfície

da edição. Hoje de manhã houve provas desportivas para todas as idades (atletismo, futebol, jogo da malha, etc.), e agora teremos novo jogo de futebol, torneio de malha, a actuação do grupo folclórico e intervenções sindicais ao fim do dia.

Abandonámos o largo e caminávamos por uma larga alameda de terra batida, com alguma brita pelo meio, mas era aos lados — quase frente a frente — que nos aguardava o insólito: uma praça de touros rudimentar emparelhando com uma sucessão de barracões. Ao fundo, as camisolas dos 22 jogadores salpicavam a monotonia cinzenta deste mundo bizarro. João Duarte ria:

— Não esperavas ver uma praça de touros numa mina?! Nem nós, que somos de cá! Isto foi obra do director-geral da empresa, o senhor António Correia de Sá, um ex-forçado que o ano passado trouxe

para aí isso, uma bagatela de 700 contos para uma empresa que se queixa de dificuldades. Deram uma tourada, o Trinchela actuou a 500 paus o bilhete e o mais curioso é que o autor da ideia não actuou! «Para não dar aso a bocas», explicou ele...

Como se touradas numa mina da Beira Baixa não fosse, já por si, uma «boca» do tamanho de uma adegas. A brincadeira custou 700 contos e foi entretanto colocada em frente de barracões onde se amontoam cerca de 200 mineiros que moram longe (às vezes a mais de 100 km) e ali vivem durante a semana sem uma tomada eléctrica nos quartos miseráveis ou outra luz para além da que vem do tecto, da lâmpada nua pendurada de um fio.

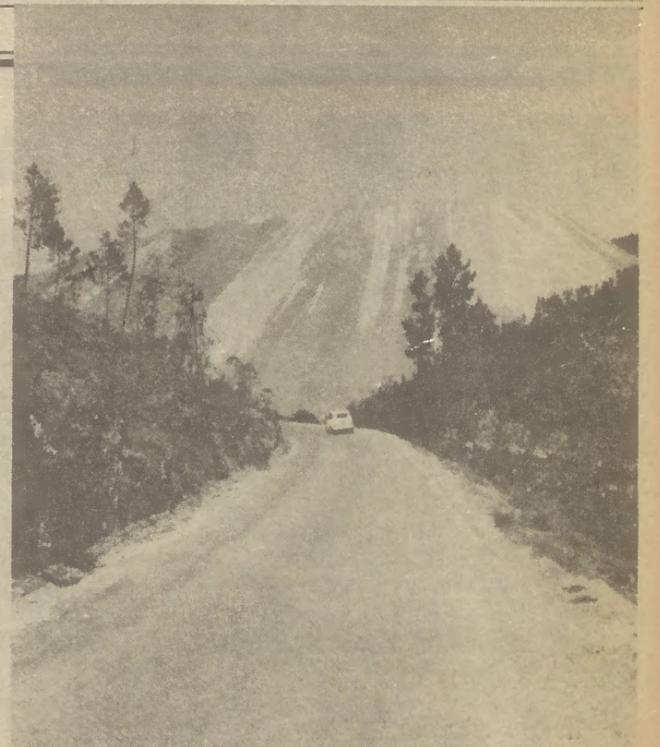
— Mas já foi plor — ironizou o nosso acompanhante quando nos especávamos num dos cubículos com duas camas e quatro armários de latão — há uns

anos dormia-se em cima de carqueja a servir de colchão.

E não se tinha uma praça de touros em frente, o que, pelo menos, é inequivocamente português: no tempo da carqueja era a bandeira inglesa que dominava o perímetro, flutuando nos ares de um fascismo agachado. Barba rija, só na repressão da mão-de-obra nacional...

«Não o permitiremos»

A festa espalhará-se. Do salão do refeitório vinham já a música dos «Aguedenses», no campo de futebol, debruçado para a encosta de cinzas, o jogo começava arbitrado por João Duarte, o campeonato da malha prosseguia indiferente ao bulfício. Endomingadas, as populações mineiras de Panasqueira, Barroca e Rio — as três povoações criadas pelo couto mineiro ao longo de mais de um século — juntamente com outros de S. Jorge da



... E de súbito, numa curva da estrada, a montanha de cinzas que sufoca o horizonte

Beira, Cambões, Vale de Cerdeira, S. Francisco de Assis (a única Freguesia APU da zona, conquistada ao PS nas últimas eleições, de que é presidente João Duarte) circulavam no recinto ao sabor duma festa que veio com Abril.

— Sim, sim, com Abril — esclareceu Fernando Reis da Silva já no refeitório, no meio da música que, entretanto, debitava em pleno — antes do 25 de Abril nem sequer havia feriado no 1.º de Maio, era um dia de trabalho como outro qualquer!

Só que agora não vivemos um tempo qualquer. A mina continua a ser inglesa mas já não há bandeiras hasteadas no centro da praça; o trabalho continua duro e a exploração intensa, mas o sindicato existe, mobiliza e luta, para impedir, por exemplo o despedimento colectivo que a administração diz ser necessário para «viabilizar a empresa». Para organizar a festa do 1.º de Maio onde também há intervenções sindicais que denunciam, peremptoriamente, os problemas, como o fez horas depois o mesmo Fernando Silva, naquele local, ao dizer:

«A Beralt tenta agora desfazer a maior ofensiva depois do 25 de Abril. Com a convicção do Governo tenta proceder ao despedimento de mais de 500 trabalhadores, deixando mais de 3000 pessoas na miséria, à fome, como já acontece nas minas da Borralha, também propriedade da Beralt. E como se isto não bastasse, tenta ainda aumentar a jornada de trabalho para 9 horas por dia, no fundo da mina, ao arrepto da Constituição, de todas as leis nacionais e internacionais! Não o permitiremos!»

Não o permitirão. Como não permitiram em pleno fascismo, que continuasse o escândalo de os mineiros terem de pagar do seu bolso o carbureto para os gasómetros, numa célebre greve que paralisou a mina e levou a GNR do distrito de Castelo Branco a ocupar a zona, ou quando conseguiram a jornada de trabalho das 8 horas, ou quando, já após o 25 de Abril, avançaram na defesa dos seus direitos e dos seus postos de trabalho.

E continuam a avançar. «Em unidade, determinação e organização», como foi sublinhando e aplaudido na intervenção sindical atrás referida.

O Primeiro de Maio já criou raízes nas minas da Panasqueira, mergulhando-as, fundo, no Portugal de Abril. A luta, essa já lá vivia. E continua.



O 1.º de Maio na Panasqueira teve de tudo: bailes, almoços-convívio, intervenções sindicais, competições desportivas, espectáculos e sobretudo... festa!



Nacional



Fundir a luta e o trabalho num 1.º de Maio diferente

■ João Chasqueira

Vieram de todos os cantos do distrito. Ainda manhã cedo, pelos mais diversos meios, fizeram-se ao caminho. Sem pressas, imprimindo um ritmo diferente ao vai-vem das estradas, rumaram de diferentes lugares e aldeias dos concelhos vizinhos para a histórica cidade que em tantas ocasiões os acolhera em outras tantas e memoráveis jornadas de luta.

Cores, muitas cores e tons, na pétala de uma flor ou no estampado de uma blusa — azuis, laranjas, amarelos, vermelhos —, atravessavam à cadência lenta do andar dos tractores o verde matinal das searas. Inundaram de cor e movimento a cidade. Eram muitos milhares. Cinco, dez, quinze mil, pouco importa. Era gente de trabalho, cidadãos conscientes, politicamente empenhados, homens, mulheres e jovens em festa a comemorar no coração do seu Alentejo a Festa do Trabalhador.

E Évora, está bem de ver, ficou necessariamente mais bonita. O vasto terreiro do Rossio de S. Brás, por exemplo, pese embora o calor abrasador perdeu grande parte da sua aridez e ganhou uma nova dimensão (não em tamanho bem entendido) com a afluência de tanta gente fraterna e solidária.

Por entre panos e bandeiras, formando pequenos grupos onde se reviam amigos e actualizavam conversas, acolhendo-se à sombra de uma árvore, aproveitando para uma olhadela pela quinquilharia exposta nas tendas de feirantes, dançando aqui ou ali ao som da música que saía potente das colunas instaladas no improvisado palco, saudando num punho cerrado ou numa palavra de ordem os companheiros que iam chegando, os manifestantes encontravam em cada gesto o seu modo de participar, sentir e partilhar a festa. Aos poucos, era a própria Festa — Festa a um tempo de unidade e luta — que ganhava corpo e novas formas, criando o seu espaço de convívio e fraternidade.

Jardim suspenso

E foi no seio deste espaço militante e fraterno reunindo homens e mulheres de todos os sectores de actividade que emergiu inovadora e sugestiva uma bela imagem do que continua a ser a Reforma Agrária, essa realidade que modificou por completo em todos os domínios a vida do Alentejo e Ribatejo e das suas gentes.

Ocupando praticamente meio Rossio, alinhados em longas filas, vistos à distância, constituíam um autêntico e fresco jardim repleto de cor. Exacto: um jardim suspenso do chão, com

gente sentada em bancos tal e qual um qualquer jardim de uma nova vila ou cidade.

Eram tractores, reboques e camiões das UCP's/Cooperativas da Reforma Agrária do distrito de Évora em número que excedia a centena e meia — «já chegaram a ser mais de 300 máquinas a desfilar», disseram-nos, isto, claro está, quando a ofensiva ainda estava longe de assumir a gravidade dos últimos anos.

Em cada veículo, num trabalho de muitas horas, encontrava-se o amor e a arte da mulher alentejana. Um trabalho executado com paciência e engenho, como se de um bordado à mão se tratasse, provocando belos e variados efeitos que cobriam literalmente de flores e plantas silvestres os taipais dos atrelados.

E foi esse jardim suspenso que, mais tarde, num quase interminável desfile, percorreu e animou as principais artérias, saudando à passagem as centenas de pessoas que se apinhavam nos passeios da cidade.

Reflexão colectiva

Antes do desfile (no qual se integraram a pé milhares de ebo-renses), porém, houve ainda tempo para uma reflexão colectiva sobre o momento político actual e sobre o significado deste dia inscrito a letras de ouro no calendário de quem trabalha.

Perante uma numerosa assistência, Maria Luísa Salsinha, da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul e Carlos Carvalho do Secretariado Nacional da CGTP-IN, traçaram um quadro rigoroso da situação económica e social na região e no País, aludindo nomeadamente aos efeitos da política de direita que o Governo de Cavaco Silva, na estei-



ra dos que o precederam, continua laboriosamente a aplicar.

Uma política ao serviço dos monopólios e dos agrários, responsável pelo agravamento das condições sociais, pelos problemas que afectam os trabalhadores, pelo atraso em que persiste o País e em especial a região.

Uma política que tem aumentado o desemprego e permitido o escândalo dos salários em atraso, uma política que não actualiza as pensões mínimas) e que restringe o subsídio de desemprego, uma política que pretende impor tectos salariais) e cria leis iníquas como a das rendas de casa, uma política que procura agravar a legislação laboral, incentiva a repressão nas empresas, produz leis que põem em causa e limitam as liberdades e direitos dos cidadãos, ataca sob

nos tempos do fascismo para procurar o pão da sobrevivência noutras paragens.

Ora foi justamente a condenação vigorosa desta política que constituiu o aspecto mais saliente das comemorações de Évora. Um rotundo não aos propósitos do Executivo do PSD ecoou, com força e determinação, faz hoje oito dias, pelas ruas da capital alentejana.

Um não que assume a sua verdadeira expressão na vontade colectivamente reafirmada de reforçar a unidade e a organização dos trabalhadores e de intensificar a luta pela resolução dos graves problemas existentes, por uma vida melhor, mais justa e digna.

Um não feito de determinação e coragem como davam mostras os trabalhadores do Divor numa larga faixa onde se lia que «com 13 meses de salários em atraso, unidos por um 1.º de Maio forte».

Um não unísono, potente, gritado por milhares de vozes, convictas de que «assim não pode ser/trabalhar sem receber», «queremos trabalho e pão, salários em atraso não», «Reforma Agrária em frente, é

zê as empresas, desenvolva a produção, promova a formação profissional, incentive uma política cultural e democrática que elimine o analfabetismo, defenda a paz e o progresso.

Avante Reforma Agrária!

Depois do desfile, chegada a hora do almoço, foi a vez de um gigantesco piquenique que se prolongou tarde fora reunindo milhares de pessoas no «Monte do Meirinho», herdado pertencente à Cooperativa Azinhalex, ali às portas de Évora, na estrada para Arraiolos.

Iniciava-se um tempo diferente, uma espécie de pausa sem todavia, o ser. E não o era pela razão simples de que a luta e o trabalho continuavam presentes. Fundindo de forma incomum o seu labor na terra (da sementeira à ceifa) com a sua maneira de encarar a luta (uma luta na qual está obrigatoriamente presente o folclore e o canto), o convívio que encerrou as comemorações do 1.º de Maio em Évora constitui seguramente uma das mais autênticas e genuínas manifestações da cultura, da forma de



todas as formas e pretextos as empresas públicas e a Reforma Agrária.

Bloqueio ao desenvolvimento

Uma política que, por exemplo, na região alentejana, impondo um bloqueio ao desenvolvimento, procura fazer crer que as populações, como lembrou Maria Luísa estão condenadas ao isolamento, a terem de sair como

pão para toda a gente», «Queremos habitação, aumento das rendas não!», «contra o imperialismo, independência nacional», ou ainda de que «a luta continua, Maio está na rua!».

Mas, mais ainda do que a reafirmação do caminho que se não quer, os trabalhadores presentes em Évora chamaram a atenção para o caminho que se deseja, uma via de desenvolvimento que crie postos de trabalho, rentabili-

ser, das tradições e hábitos do povo alentejano.

Um povo que no seu quotidiano de luta e trabalho tem sempre viva e presente a Reforma Agrária. A Reforma Agrária que ele, como ninguém, como naquela tarde de 1.º de Maio, sabe cantar: «com direito e com razão/ com a nossa pecuária/ a terra a quem a trabalha/ a terra que dá o pão/ E avante Reforma Agrária».



No País todo

As comemorações do 1.º de Maio promovidas pelo movimento sindical unitário movimentaram o País inteiro numa jornada de festa e luta que é impossível descrever ou, sequer enunciar. Não houve cidade ou vila que não assinalasse a efeméride, o que deu, não apenas uma movimentação de massas sem paralelo, mas também uma multiplicidade de iniciativas políticas, culturais, desportivas e recreativas de impossível levantamento.

Só para darmos uma ideia do panorama, respigamos «de carreirinha» alguns exemplos. No Distrito de Viseu e a começar pela própria cidade, mais de 1500 pessoas concentraram-se no Rossio, em Lamego mais de



Festa em Viseu

2000, em Mangualde mais de 1500, o mesmo em Canas de Senhorim, enquanto em S. João da Pesqueira se ultrapassaram as 500 e em Sanfins mais de 300.

O desporto, entretanto, esteve em força no distrito de Coimbra: prova de ciclismo na Lousã, corrida de remo na Figueira da Foz, VIII edição da volta à cidade em atletismo em Coimbra e outras iniciativas na Praia de Mira, Alfaiões ou Oliveira do Hospital. Grandes concentrações (em alguns casos excedendo espectacularmente todas as antecedentes) no Distrito de Braga, nomeadamente na própria cidade, em Barcelos, Fafe, Famalicão, Póvoa do Lanhoso e Guimarães, enquanto no distrito de Santarém o destaque das comemorações ia para a própria cidade escalabitana, Tramagal, Alpiarça, Coruche, etc.

Avieiro assistiu à sua maior manifestação de sempre, com provas desportivas e desfiles de carros alegóricos, enquanto no Funchal, na Madeira, o Jardim Municipal era palco de inúmeras e participadas iniciativas. Nos distritos alentejanos — Portalegre, Évora e Beja — não houve concelho que não participasse nas comemorações, o mesmo se passando com Setúbal, Lisboa, Faro, etc. Mas não foram apenas as grandes cidades ou as sedes de Concelho que fizeram deste 1.º de Maio mais uma jornada de poderosa afirmação social, laboral, política e cultural: inúmeras aldeias e Freguesias espalhadas por todo o País assinalaram localmente a efeméride, tendo, em geral, como ponto de partida, o convívio estuasiástico e fraternal. Neste caso, como é óbvio, torna-se completamente impossível qualquer enumeração.

O que é possível, isso sim, é afirmar sem hesitações que a jornada do 1.º de Maio de 1986, este ano coincidente com o 100.º aniversário da efeméride, foi, no nosso País, mais uma poderosa e oportuna demonstração de que o Portugal de Abril está vivo, actuante e firme na sua caminhada de progresso, liberdade e paz.

Trabalhadores

Desmembramento e reprivatização ameaçam a Quimigal

● Trabalhadores rejeitam plano da gerência entregue ao Boston Consulting Group

O Governo e as gerências da sua confiança no sector empresarial do Estado preparam nova ofensiva contra essa formação económica no sentido da reprivatização. Na primeira linha do desmembramento está uma das maiores empresas nacionais, a Quimigal (ex-CUF), que encomendou ao «Boston Consulting Group» um projecto de reestruturação. Os representantes dos trabalhadores, que chamam a atenção para o facto de nenhuma dotação de capital ter sido atribuída à empresa no Orçamento do Estado para este ano, protestam contra uma reestruturação ou redimensionamento que, a seu ver, «mais não seria que a destruição e desmantelamento» da Quimigal.

«Reforçar a unidade, impedir o desmembramento da empresa e defender os postos de trabalho» é o título de um documento que entretanto nos fez chegar o

secretariado da Célula do PCP na sede da Quimigal/Barreiro.

Resultantes de «uma análise profunda sobre a actual situação da empresa e dos seus trabalha-

dores», o secretariado refere algumas conclusões. Destaque-se que as gerências se preocupam apenas com as orientações políticas dos governos, «não obedecendo a qualquer plano estratégico sério», substituído por «medidas avulso» que não resolvem os problemas. «A palavra de ordem para a Quimigal é encerrar fábricas e serviços, reduzir efectivos numa corrida contra-relogio. Para o encerramento das fábricas — sublinha o secretariado — as justificações têm sido várias. Não são rentáveis (Kowa-Seiko, Fibra de Vidro, Rações de Lisboa), dificuldades em escoar a produção (PVC — plásti-

cos), ou porque estão degradadas (sulfureto de carbono).»

Mas serão estas as verdadeiras razões?

Pergunta o secretariado da Célula do PCP na Quimigal:

«Por que não é possível rentabilizar a única fábrica de fibra de vidro existente em Portugal, quando a sua produção máxima não seria suficiente para abastecer todo o mercado interno?»

«Por que não se diz que a produção da Kowa-Seiko não é escoada porque o Plano Siderúrgico não avançou, permitindo desta forma que entrem no nosso país, diariamente, toneladas de produtos siderúrgicos, quando a nossa Siderurgia tem cada vez mais dificuldade em escoar a sua produção?»

«Por que se deixam as fábricas ultrapassar o seu limite de vida útil, sem que se tomem a tempo e horas as medidas necessárias para evitar a sua paragem, como está a acontecer na C.6?»

Não é o mais recente plano da gerência que responde a estas perguntas. Segundo parece, quem lhes vai responder é a empresa americana «The Boston Consulting Group», à qual o conselho de gerência encomendou a «reestruturação da macro-estrutura da Quimigal».

As organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores, que rejeitam totalmente a orientação da gerência, conforme documento a que tiveram acesso, sentem e desejam há muito «a reestruturação de divisões; a reconversão de negócios; a simplificação da rede burocrática; a responsabilização das hierarquias; uma gestão integrada da Quimigal, de modo a que as divisões não sejam ilhas isoladas; a necessidade de ser adoptada uma política de desenvolvimento articulada com o desenvolvimento das empresas associadas». Segundo as ORTs, são todos os trabalhadores que desejam estas medidas há muito propostas sem resultado pelas suas organizações representativas.

Mas o que os trabalhadores não desejam é que, a coberto de uma pseudo-reestruturação, continue por exemplo «a asfixia económica-financeira imposta à empresa pelos sucessivos governos» e devido à qual é hoje dramática a situação na Quimigal, «nomeadamente em termos de tesouraria».

Não desejam, ao contrário do documento da gerência, que as divisões passem a empresas



A reestruturação é necessária, reconhecem os trabalhadores

independentes — meio caminho andado para a sua reprivatização. Esta solução de interesse para os grandes grupos económicos e financeiros, sempre à espreita dos bons negócios privados, não resolveria nenhum dos problemas actuais da empresa: económico-financeiros; instalações paradas; falta de uma política de desenvolvimento; falta de uma política comercial adequada.

Dizem os trabalhadores que a criação de condições para a reprivatização agiria, pelo contrário, no sentido de acabar com os complexos industriais, de intensificar os despedimentos, perder regalias sociais e de outra espécie, desmembrar a contratação colectiva e não cumprir as obrigações para com os actuais e futuros reformados.

Sim à reestruturação mas no quadro de uma só empresa

As ORTs da Quimigal mantêm as suas propostas de reestruturação. Mas as alterações e a reformulação dos negócios devem fazer-se «no quadro de uma única empresa, tendo em vista a gestão integrada dos recursos actualmente existentes».

Recorde-se que ainda há menos de três anos a Quimigal empregava onze mil trabalhadores. Embora desde essa altura o volume do emprego tenha sido sempre no sentido da diminuição, a gerência e o Governo não podem ignorar uma voz colectiva com este peso e com a determinação, agora mais uma vez reafirmada, de lutar pelos seus direitos, pela recuperação da empresa e os seus postos de trabalho.

Faz notar a Célula da Quimigal:

«Apesar do pouco tempo de vida, o Governo Cavaco Silva já mostrou quais os seus grandes objectivos em relação ao sector nacionalizado. Para ele e para as forças que o apoiam as empresas públicas e nacionalizadas — principalmente aquelas onde o nível de organização dos trabalhadores está mais avançado — são inimigos incómodos, pelo que abatê-los é tarefa prioritária. Não importa quais as condições para a economia nacional e para os milhares de pessoas que dependem economicamente das empresas, como é o caso da Quimigal. Nesta empresa não estão sós. Têm um conselho de gerência que, ao contrário do que seria normal, não gere, limitando-se a fazer na empresa a política do Governo, transformando-se assim num agente político.»

Estas palavras, que se podem aplicar perfeitamente a outras empresas e sectores inteiros da indústria nacionalizada, devem servir, também, como advertência. A desculpa das «novas tecnologias» — sobretudo quando na prática não são aplicadas — serve de capa para aumentar os despedimentos e proporcionar grandes negócios à «privada». Os trabalhadores têm consciência do que se prepara. Daí o apelo ao reforço da sua unidade lançado pelo secretariado da Célula da Quimigal/Barreiro do PCP, que «decidiu iniciar contactos com outras organizações partidárias a nível de empresa, bem como com grupos de trabalhadores», a fim de enfrentar com êxito um «período difícil e perigoso», recorrendo à luta, se necessário, para fazer sair a empresa da situação actual.

LUTAS E TAREFAS



Uma análise das mudanças que se operam sob os nossos olhos, especialmente através da revolução científico-técnica, enriquece o anteprojecto das teses a apresentar no V Congresso da CGTP-IN. A crise geral do capitalismo, as novas formas que apresenta à exploração dos trabalhadores, a precariedade do emprego e a «evolução do capitalismo português», juntamente com as «alterações no poder político», aprofundam temas esclarecedores que devem merecer estudo e debate por parte de todos os sindicatos, de todos os trabalhadores. O anteprojecto, com as emendas e outras alterações entretanto introduzidas, será votado no V Congresso da CGTP-IN que se reúne em Lisboa (Pavilhão dos Desportos) nos dias 29, 30 e 31 deste mês.

A imprensa sindical tem destacado «a necessidade de se reverem formas de organização e de se desenvolver a luta reivindicativa e a negociação». As alterações políticas, económicas e sociais a que se referem as teses necessitam de uma ampla divulgação, ultrapassando sempre que possível as paredes dos sindicatos e das restantes organizações represen-

tativas dos trabalhadores. Aquela necessidade de formas novas, que os sindicatos e a Central põem em destaque, dificilmente poderá ter eficácia se grande parte dos trabalhadores filiados ou não nos sindicatos se alhearem da leitura e do aprofundamento das teses agora propostas para a discussão.

Sínteses da realidade que se vive hoje no nosso país, as teses da Inter, antes de constituírem um documento a aprovar pelo V Congresso da Central unitária, são um elemento da luta (e das lutas) que o movimento sindical conduz pela «unidade de todos os trabalhadores» numa «acção sindical combativa e interveniente» por objectivos comuns.

Há razões de sobra para empenhar todo o movimento sindical na divulgação das teses do V Congresso. Trocar por assim dizer as teses por miúdos, conforme as lutas se desenvolvem neste ou naquele local de trabalho, fazê-las coincidir com as tarefas diárias dos quadros sindicais e de todos os activistas do movimento sindical unitário são ecos que nos chegam da parte de elementos responsáveis a níveis diversos pela preparação do Congresso.

No entanto, ao tratarmos da «coesão orgânica da CGTP-IN», são as próprias teses na sua forma de anteprojecto que chamam a atenção para o facto de «a unidade político-sindical revelada por todo o movimento sindical unitário em torno das orientações da CGTP-IN» não terem «igual correspondência no ponto de vista da sua coesão orgânica (entendimento do movimento sindical como um todo)».

Esta situação assinalada pelo anteprojecto (ou «anteprojectos», para respeitar a designação escolhida, que figura ao alto do documento impresso) é desenvolvida em vários pontos nas páginas das teses.

Não temos dúvidas, como certamente acontece com todos os quadros, dirigentes, delegados e activistas sindicais, de que tanto essas como as restantes páginas do principal documento a apresentar ao V Congresso necessitam de uma atenção relevante e de que a sua divulgação deve estimular não apenas o simples comentário ao texto produzido, mas a sua aplicação a situações concretas porque, extraído como é da realidade, o conhecimento das realidades sindicais deve influir sobre essa mesma realidade ajudando a transformá-la através das lutas e tarefas de todos os trabalhadores.

SALÁRIOS EM ATRASO

Mal a lei foi votada vieram logo as ameaças de não ser cumprida

Na votação final global da Lei dos Salários em Atraso foi a seguinte a posição assumida pelos partidos com assento na Assembleia da República: votaram a favor o PS, PRD, PCP, MDP/CDE e a deputada do Partido «Os Verdes»; manifestou-se contra o PSD e o CDS absteve-se.

Todos os partidos fizeram, na ocasião, declarações de voto. Amândio de Azevedo, ex-ministro do Trabalho e deputado do PSD explicou a negativa do partido do Governo. Na sua opinião a nova lei nada acrescenta de novo, limitando-se a alargar os benefícios.

E logo acrescentou a ameaça: As alterações introduzidas no capítulo da protecção social, traduzindo-se inequivocamente em aumento de encargos no ano económico em curso, são totalmente ineficazes, na mais favorável das interpretações do n.º 2 do artigo 170 da Constituição, até à aprovação do Orçamento de 1987.

Diz o n.º 2 do referido artigo da Constituição que não podem ser apresentados projectos de lei que envolvam no ano económico em curso, aumento de despesas ou diminuição de receitas do Estado previstas no Orçamento.

É claro que este argumento é falacioso e demonstra à evidência a intenção do Governo Cavaco Silva em não resolver o gravíssimo problema dos salários em atraso. Ou seja, o primeiro-ministro pretende adiar por mais um ano esta situação, favorecendo assim parte do patronato que não paga — não porque se encontra numa situação económica difícil — pois deste modo obtém lucros ainda maiores, ao mesmo tempo que proliferando a massa trabalhadora com salários em atraso mais barato se torna o custo da mão-de-obra, desejo que os investidores pretendem ver realizado até às últimas consequências.

Mas este argumento também não colhe pois de certeza que o Governo Cavaco Silva vai apresentar no fim de 1986 um Orçamento Suplementar, ou

para justificar diminuição de receitas aos capitalistas ou então para justificar aumentos de despesas precisamente para favorecer as camadas mais beneficiadas.

Há ainda, não esqueçamos, as receitas de várias dezenas de milhões de contos do Fundo de Abastecimento, que apesar de os combustíveis terem



Amândio de Azevedo: foi ministro do Trabalho e os salários em atraso dispararam; agora ameaça não cumprir a lei

diminuído de preço, não foram gravemente afectadas. As receitas deste Fundo continuam a não serem controladas a não ser pelo primeiro-ministro e o seu ministro das Finanças. Haja vontade, pois, de resolver o problema e a lei poderá ser prontamente aplicada, com vantagens para os que dela verdadeiramente necessitam — os trabalhadores com salários em atraso.

Entretanto, ao terminar a sua declaração de voto, Amândio de Azevedo, acrescentou:

Por nos parecer de elementar justiça, queremos reconhecer publicamente o sentido de responsabilidade de que deu provas,

em geral, o PRD, na situação difícil de autor de um projecto de lei, mostrando-se sensível aos argumentos que demonstravam o desacerto de muitas soluções contidas neste e noutros projectos da oposição, algumas das quais de indiscutível gravidade.

Foi pena que não tivesse podido fazer mais um ligeiro esforço de convergência com o PSD, o que teria permitido, de facto, a aprovação de um diploma que melhorasse, efectivamente, a situação dos trabalhadores com salários em atraso.

CDS: uma de esquerda

O CDS absteve-se mas, na declaração de voto, «deu» uma de esquerda. Narana Colssoró começou assim:

A lei que acaba de ser aprovada representa sem dúvida o cumprimento de uma das tarefas mais importantes e mais significativas confiadas constitucionalmente à Assembleia da República. Com efeito, a situação dos trabalhadores que trabalham e não recebem pontualmente o seu salário é uma das injustiças mais gritantes que não têm paralelo em nenhum país da Europa e representa um dos sinais alarmantes do nosso atraso económico e social.

Tecendo depois alguns considerandos sobre o que deve ser no entender do seu partido uma correcta política de desenvolvimento económico, acrescentou: Mas temos a satisfação de ter dado um passo importante para atenuar as consequências mais graves dos trabalhadores, vítimas deste flagelo social.

E ainda: Nem todos concordaram com todas as soluções propostas, nem o texto foi globalmente aprovado por unanimidade, mas esta circunstância não retira à lei dos salários em atraso a sua exemplaridade de como a Assembleia da República pode acorrer aos mais instantes problemas da sociedade portuguesa, numa eloquente manifestação da solidariedade social.

Mas, feito o balanço dos aspectos positivos e negativos que enumerou, Narana Colssoró disse que por isso mesmo não podiam nem votar a favor, nem contra esta lei. E assim se ficaram pela abstenção. De referir, contudo, que os aspectos negativos que o CDS pretende ver na lei, são precisamente os positivos para os trabalhadores com salários em atraso. Concepções!

MDP: um passo positivo

Por seu turno, Corregedor da Fonseca, deputado do MDP/CDE, assinalaria na declaração de voto do seu parti-

do, que o texto final votado representa um passo positivo, nas diferentes medidas que consigna, relativamente ao combate aos salários em atraso — desde a atribuição de privilégio creditório aos créditos emergentes do contrato de trabalho e a inibição

anualmente eram transferidas do Fundo de Desemprego para financiamento de outras rubricas, de que os encargos resultantes das medidas consagradas no presente diploma têm perfeito cabimento e em nada dificultarão a acção do actual Governo.

Sem surpresas — recordou — verificámos que o PSD, amarrado aos ditames do Governo, tudo tentou para que a Assembleia da República se limitasse às falsas soluções do decreto governamental n.º-A/86, discutindo o que discutido estava, pressionando e ameaçando, na procura de comprometer irremediavelmente os consensos verificados na Comissão de Trabalho.

E destacou a seguir os aspectos positivos e os negativos do diploma agora aprovado:

Nos seus aspectos positivos haverá que reter nomeadamente a averiguação para declaração da empresa na situação de atraso no pagamento de salários com a intervenção da Inspeção Geral de Trabalho e Inspeção Geral de Finanças que embora timidamente pode permitir a adopção de medidas conducentes à viabilização da empresa e à revelação da existência de fraudes por parte da entidade patronal.

Uma outra inovação — prosseguiu Jerónimo de Sousa — de alcance significativo é sem dúvida o sistema de privilégios creditórios dando preferência aos créditos dos trabalhadores. As inibições de actos de disposição do património, as sanções penais aos prevaricadores da lei bem como a protecção no acesso à segurança social, na suspensão dos processos de execuções fiscais e de despejo que recaiam sobre trabalhadores com salários em atraso são normas que podem em primeiro lugar travar a impunidade daqueles que à custa do salário dos trabalhadores nem sequer respeitavam as regras do sistema capitalista e em segundo lugar porque dão ao trabalhador um mínimo de segurança e de justiça social.

Como aspecto mais negativo — acrescentou Jerónimo de Sousa — e que na especialidade mereceu a reprovação do PCP surge o facto de na lei estar previsto que o recebimento do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego seja sempre condicionado à suspensão da prestação de trabalho o que poderá determinar pontualmente a desertificação das empresas e consequentemente novas e acrescidas dificuldades quanto à sua viabilização e laboração. Lamentamos que também no capítulo da intervenção da Inspeção Geral de Finanças e consequentemente no poder decisório dos Ministérios das Finanças, Trabalho e Tutela se tenha diluído, por pressão do PSD, a responsabilidade governamental quanto à viabilização das empresas.

A lei foi votada na véspera do 1.º de Maio. Ao fim de 100 anos, depois do «massacre de Chicago», em Portugal, recentemente integrado na CEE, milhares de trabalhadores ainda laboram todos os dias sem receberem salários.

O que são os privilégios creditórios

Privilégios creditórios é, à primeira vista, um palavão que convém ser explicado. Isto porque na lei dos salários em atraso, agora aprovada, se consagram esses privilégios aos trabalhadores nessa situação.

Mas expliquemos: privilégios creditórios significa que os trabalhadores são os primeiros credores, ao contrário do que sucedia anteriormente.

Anteriormente, no caso de falência da empresa que não pagava salários a Segurança Social recebia as dívidas, a banca recuperava os empréstimos e os juros, os fornecedores arrecadavam os lucros.

E se sobrava algum dinheiro da falência era então distribuído pelos trabalhadores. Com a nova lei essa situação foi alterada e quem trabalhou é o primeiro a receber. Aqui está um dos aspectos negativos na óptica do Governo Cavaco Silva e do seu partido.

para as entidades patronais de diversos actos que visam impedir uma conduta abusiva, até à suspensão da execução de sentenças em acções de despejo, embora com salvaguarda dos direitos dos senhorios e à manutenção dos benefícios da segurança social, estabelecem-se diversas medidas de fundo que representam indiscutíveis garantias para os trabalhadores com salários em atraso.

PS: a ameaça parte dos que não resolveram a situação

A declaração de voto do Partido Socialista foi lida pelo deputado Vítor Hugo Sequeira que, depois de tecer as considerações que levaram ao voto favorável do seu partido, acrescentou:

As críticas depreciativas sustentadas quanto a uma eventual falta de rigor técnico-jurídico do diploma elaborado, bem como, a ameaça política de exercer através do accionamento de mecanismos determinadores da inconstitucionalidade do diploma, partem dos que inviabilizaram atempadamente uma solução e a serem assumidos como comportamento político de facto, são a negação dos valores humanistas de que se proclamam defensores.

Estamos convictos, porque conhecemos os números do Orçamento de Estado, como também não ignoramos as verbas que

PRD: não há injustiça para os desempregados

Ana Gonçalves, do PRD, na declaração de voto do seu partido focou um outro aspecto. Disse a deputada: Tem este texto sido acusado de introduzir factor de injusta desigualdade no tratamento dado aos trabalhadores com salários em atraso, face aos trabalhadores desempregados. Não é verdade, limitámo-nos a tratar de maneira diferente situações que são diferentes, equivalê-las seria sim introduzir uma distorção.

O trabalhador desempregado enfrenta uma situação grave, contudo não tem a expectativa de um salário a que obviamente não tem direito por não lhe corresponder uma prestação de trabalho, para além de poder procurar livremente outra situação e dispor do seu tempo para trabalhar.

O trabalhador com salários em atraso não sabe como vai evoluir a sua posição, não dispõe do seu tempo para outros trabalhos e continua a produzir, gerando benefícios para a entidade empregadora sem qualquer contrapartida.

PCP: a viabilização das empresas não ficou garantida

Foi o deputado Jerónimo de Sousa quem leu a declaração de voto do PCP:

Oposição portuguesa critica a Turquia no Conselho da Europa

Por iniciativa do PCP, foram apresentadas no Conselho da Europa cinco propostas de emenda ao relatório sobre a situação na Turquia, assinadas também pelo PS e pelo PRD.

Estas emendas, que exigem o fim da repressão na Turquia, a legalização de todos os partidos políticos e a proposta de discussão de um novo relatório sobre a liberdade naquele país, vieram também a ser assinadas pelos socialistas espanhóis, franceses

e belgas e pelo grupo comunista do Conselho da Europa.

Os deputados portugueses dos três partidos da oposição fizeram severas críticas à situação na Turquia, que procura realizar em Julho deste ano uma sessão do Conselho da Europa em Ankara.

O debate sobre a situação na Turquia faz parte da ordem de trabalhos da sessão da Primavera do parlamento europeu, em Estrasburgo.

Regiões Administrativas

Um projecto de lei oportuno

■ Luís Sá

O projecto de lei n.º 187/IV, apresentado pelo PCP através do Grupo Parlamentar constitui uma iniciativa de inegável oportunidade política.

As regiões Administrativas representam a única instituição democrática prevista na Constituição da República que ainda não foi criada. Dez anos após a entrada em vigor da lei fundamental esse facto reclama a intervenção e as propostas das forças democráticas, sob pena de se eternizarem distorções e desequilíbrios. Enquanto a nível nacional e a nível dos municípios e das freguesias existem órgãos de poder emergentes do sufrágio universal, no nível intermédio de poder (entre os municípios e o «Poder Central») esses órgãos são praticamente inexistentes.

Continua a preponderar o Governador Civil, essa figura criada pelos Cabrais em 1842, e que se transformou num «símbolo da forte intromissão do Governo na vida local» (Sérvulo Correia, Noções de Direito Administrativo, 1982, p. 60). É certo que em 1977 foram instituídas as Assembleias Distritais que integram representantes dos municípios. Mas na prática tiveram um papel muito apagado, devido à grande ocupação dos eleitos municipais (dos três representantes de cada município só um exerce funções a tempo inteiro) e do facto de o Presidente da Assembleia Distrital e o seu órgão executivo ser o Governador Civil, muitas vezes interessado no não funcionamento das assembleias distritais.

Desconcentração
contra
descentralização

A inexistência de um nível de administração entre o nível central e o nível municipal levou, por outro lado, ao reforço dos mais diferentes serviços periféricos da Administração Central. A par do Governador Civil, esses serviços transformaram-se num factor de pressão, ingerência e de centralismo administrativo. Serviços como as Comissões Regionais de Segurança Social e a Comissão Regional de Saneamento Básico do Algarve são exemplos de actividades desconcentradas da Administração Central que poderiam ser descentralizadas, isto é, transferidas para órgãos representativos das populações, designadamente por serem por estas eleitos. Merece, porém, uma referência muito particular a actividade das Comissões de Coordenação Regional. Criadas em 1979 como herdeiras das Comissões de Planeamento Regional de Marcelo Caetano, têm vindo a desempenhar uma actividade de ingerência crescente na actividade autárquica. A pretexto da adesão à CEE e do acesso aos fundos comunitários, viram recentemente muito reforçado o seu papel, promovendo acções ditas de planeamento regional, seleccionando projectos financiáveis, condicionando aspectos da acção municipal. A sua criação e reforço representa aliás a implementação de uma «estratégia» explicitamente afirmada no Livro Branco sobre a Regionalização, elaborado pelo Governo AD tendo como Ministro da Administração Interna Ângelo Correia: em vez de criar Regiões como órgãos descentralizados, avançar com serviços desconcentrados a nível regional, que satisfaçam necessidades de carácter técnico e permitam diferir indefinidamente a instituição das Regiões Administrativas nos termos em que estão constitucionalmente previstas.

Com razão se tem dito que «a desconcentração administrativa pode ser o pior inimigo da descentralização e da regionalização». Pelo contrário, a instituição das Regiões Administrativas, em cujas Assembleias Regionais, além de membros eleitos directamente, participam membros designados pelos municípios, pode vir a favorecer a autonomia municipal, impedindo as constantes ingerências dos serviços desconcentrados da Administração Central.

Por outro lado, a instituição das Regiões não será um contributo decisivo para o desenvolvimento económico regional. Como se sabe, o sistema económico global e a execução de grandes projectos de desenvolvimento que não podem caber às Regiões são determinantes. Mas a existência de Regiões com órgãos eleitos e a transferência de determinadas atribuições, acompanhadas de recursos financeiros significativos (como propõe o PCP), irá contribuir para mobilizar a população e os chamados «agentes económicos» para o desenvolvimento, quer por acção directa, quer intervindo junto dos órgãos centrais de poder.

Finalmente, continua a ser necessária uma profunda Reforma Administrativa em Portugal. Para além da adopção de métodos modernos de organização e gestão, essa reforma terá que obedecer a uma orientação básica, para ser democrática e conforme com a Constituição: conduzir a uma aproximação dos serviços públicos em relação às populações, ao reforço da participação popular nas decisões e deliberações e à melhoria da eficiência e eficácia. Ora estes objectivos só podem ser conseguidos de acordo com o princípio da descentralização, que aliás a Constituição impõe como princípio fundamental da estruturação do Estado Democrático. A constituição fundamental no sentido da descentralização e da Reforma Administrativa, além das que dizem respeito aos municípios e freguesias, é a instituição das

Regiões Administrativas. A Administração Central, liberta de tarefas de ingerência e controlo ou que podem ser descentralizadas poderá finalmente orientar-se para as tarefas que lhe devem caber e não executa minimamente: planeamento global, normativa, investigação e desenvolvimento, etc.

Uma contribuição
séria

Estas preocupações não são novas para o PCP. Já em 1977 apresentou o projecto de criação de regiões. A verdade, porém, é que a prática veio a revelar dificuldades importantes neste processo.

Por um lado, a regionalização transformou-se para os governos de direito num pretexto para procurar diminuir os recursos e as atribuições municipais. Os documentos do Governo AD sobre esta matéria apontavam claramente para esta perspectiva. Ficou assim claro que há boas e más regionalizações e que por detrás de um acordo aparente sobre as vantagens da regionalização se pode ocultar uma profunda divergência de concepções.

Por outro lado, a ausência de um consenso sobre a área de algumas regiões também não favoreceu o alargamento de reivindicações em torno da instituição das regiões.

Retirando as lições da experiência, o projecto do PCP adianta duas ideias essenciais. Em primeiro lugar, que «as atribuições conferidas às regiões administrativas são exercidas sem limitação das atribuições e poderes próprios dos municípios» (artigo 8.º); em segundo lugar, o projecto propõe que a configuração concreta das Regiões Administrativas resulte ela própria de um processo descentralizado e intensamente participado, isto é, que as Regiões sejam construídas de «baixo

para cima» e não por critérios tecnocráticos ou por razões políticas de inspiração centralista e eleitoralista.

O processo de instituição proposto é um processo realista, democrático e escrupulosamente conforme com a Constituição.

Numa primeira fase as assembleias municipais são ouvidas sobre o projecto de lei, em particular sobre o mecanismo de instituição das Regiões proposto. Este mecanismo, parte da actual divisão distrital, instituindo num primeiro momento 18 Regiões. Trata-se, no entanto, de um mero ponto de partida. Na verdade, após a aprovação da lei, as assembleias municipais deverão pronunciar-se sobre a instituição concreta da Região. Se se pronunciarem a favor da Região com área correspondente ao actual distrito, essa vontade será acatada e passar-se-á ao processo de instituição que culminará com a eleição directa da Assembleia Regional. Mas as Assembleias Municipais podem igualmente pronunciar-se a favor da fusão de regiões (artigo 14.º).

O processo assim criado parte de uma realidade: o distrito existe desde 1835. Assente numa divisão não «natural» do País e sem tradições na época, o tempo atenuou «o que de arbitrário possa ter havido no seu estabelecimento» (Orlando Ribeiro). Haverá áreas, como o do actual distrito de Faro, em que é de presumir que a divisão distrital seja a correspondente à área da futura Região do Algarve.

Essa é uma vantagem do projecto: permitir a instituição mais rápida das regiões cuja área não é objecto de controvérsia com rigoroso respeito pela Constituição e sem a necessidade de a rever. Nas outras, a decisão é remetida para as assembleias municipais e para o debate que estas certamente promoverão para, com base na opinião dos principais interessados, as populações, o processo poder avançar com segurança e respeito pela sua vontade.

Proposta
aberta

O PCP classifica o seu projecto de «sinal de partida» e afirma que «não considera que as soluções propostas sejam fechadas e definitivas» (v. preâmbulo).

A simples apresentação do projecto de lei vem, no entanto, romper com vários vícios que se criaram no conturbado processo das Regiões Administrativas.

Em primeiro lugar rompe com o silêncio e o «deixa andar», atrás do qual se desenvolve o reforço da desconcentração e as ameaças aos poderes dos municípios. É o que caracteriza a acção do Governo Cavaco Silva. Recorde-se que este Governo não dedicou uma palavra no programa do Governo às Regiões Administrativas e à sua instituição; mas reforçou as Comissões de Coordenação Regional e elaborou Planos de Desenvolvimento Regional à margem das instituições constitucionalmente competentes que condicionam a actividade municipal e a vida das populações.

Em segundo lugar, o projecto do PCP rompe com o vício tecnocrático de debater as áreas regionais como se o País fosse um mapa limpo de gente viva, com querer, opiniões e vontade. Mais do que saber se deve haver regiões «naturais», «homogéneas», «polarizadas», etc., procura-se que o nível intermédio entre o município e a Administração Central corresponda às aspirações populares. Essa é a melhor garantia da própria eficácia e eficiência técnica dos futuros órgãos regionais e respectivos serviços.

Por último importa assinalar que o projecto de Lei Quadro das Regiões Administrativas não foi apresentado isoladamente. Seguiu-se à apresentação do projecto de lei sobre finanças locais e delimitação de responsabilidades em matéria de investimentos, em torno do qual se vai travar nos próximos meses a ba-

talha fundamental em defesa e pelo reforço do Poder Local. Foi acompanhado de projectos de lei de revisão da lei de atribuições das autarquias e de competências e composição dos seus órgãos; de revisão do regime de tutela administrativa, de modo a alargar a autonomia das autarquias e de competência e composição dos seus órgãos; de revisão do regime de tutela administrativa, de modo a alargar a autonomia das autarquias e conferir aos tribunais competência exclusiva para aplicar sanções nos casos previstos; e de reforço da acção das freguesias, permitindo que membros das respectivas Juntas possam, em certas condições, exercer o seu mandato a tempo inteiro. Foi já anunciado, por outro lado, um projecto sobre empresas públicas regionais, municipais e intermunicipais.

Os projectos de lei propostos à Assembleia da República são um conjunto coerente. Em 1977 o PCP apresentou um conjunto de projectos que tiveram uma influência decisiva na configuração que veio a tomar o Poder Local. Agora o PCP apresentou projectos que corrigem as medidas anti-autárquicas tomadas por vários governos nos últimos anos e propõem medidas que representariam um novo e importante avanço no caminho da instituição completa do novo sistema de administração local, parte integrante e fundamental no regime democrático-constitucional.

A luta das populações e dos democratas eleitos para os órgãos autárquicos foi determinante no passado para construir o Poder Local e travar aspectos da ofensiva que contra ele foi desencadeada. Será igualmente determinante no futuro. Os projectos de lei do PCP, nas suas linhas essenciais, condensam e sistematizam os objectivos centrais dessa luta. Divulgá-los e debatê-los é uma importante contribuição para defender e completar a construção do Poder Local democrático.

1.º Maio evocado na AR
Continuar hoje a luta de há cem anos

Durante a semana passada, na Assembleia da República, o 1.º de Maio foi recordado no seu centésimo aniversário pelo deputado comunista António Mota.

Começou por citar o texto aprovado num congresso de 60 organizações operárias que se realizou em 20 de Agosto de 1886, na cidade norte-americana de Baltimore:

A primeira e maior necessidade do presente a fim de libertarmos os trabalhadores deste país da escravidão capitalista é a promulgação de uma lei segundo a qual o dia do trabalho deve compor-se de oito horas em todos os estados americanos e nós não abandonamos até ao triunfo este alvo glorioso.

Referindo-se depois à situação portuguesa acrescentou: **O operariado português comemorou o 1.º de Maio em 1890 por iniciativa da Associação de Trabalhadores da Região Portuguesa, reclamando junto das autoridades portuguesas o estabelecimento do dia de oito horas e promovendo romagens às campas dos operários desaparecidos.**

Desde essa data nunca mais os trabalhadores portugueses deixaram de comemorar o 1.º de Maio, dia da solidariedade internacional do proletariado.

Recordou seguidamente as lutas travadas durante o período fascista, com destaque para as comemorações do 1.º de Maio de 1962, nomeadamente no Alentejo e Ribatejo

Reportando-se ao passado recente de liberdade destacou contudo que nem sempre têm sido pacíficas as comemorações do 1.º de Maio no País de Abril, ensombradas pelo sangue de dois operários mortos e vários feridos pelas forças repressivas foram as comemorações de 1982 no Porto.

As lutas recentes dos trabalhadores pela melhoria das suas condições de vida e contra o tecto salarial que o Governo pretende impor foi tema igualmente abordado para afirmar ao terminar que **continuando hoje a luta de cem anos** os trabalhadores não esquecem os objectivos da sua luta que é a liquidação da exploração do homem pelo homem.

Incêndios florestais

Começou na quarta-feira da semana passada a discussão de dois diplomas (respectivamente do Governo e do PS) regulamentando penas para os causadores de fogos florestais.

Entretanto, o debate prosseguiu durante o dia de ontem. João Abrantes, deputado do PCP, que anteriormente interveio sobre a matéria, fez ver que o Governo tem como única solução para os incêndios o agravamento das penas, por vezes de uma forma descabida, contudo sobre prevenção e defesa da floresta não diz uma palavra.

Nacional

José Sarney na Assembleia

«Vinte e Cinco de Abril é data carregada de grandeza»

O Presidente da República Federativa do Brasil, José Sarney, em visita oficial a Portugal e que na terça-feira passada foi recebido na Assembleia da República, não esqueceu — certamente por aqui se encontram — os novos países africanos de língua oficial portuguesa. E foi preciso nas declarações que sobre a questão fez.

Primeiro no banquete que lhe foi oferecido pelo Presidente da República, Mário Soares, no Palácio da Ajuda, onde manifestou a sua convicção de que enquanto não cessarem as agressões a Angola e as ingerências externas no apoio às forças irregulares que operam no país, enquanto não se processar a independência inadiável da Namíbia, enquanto não se eliminar de vez o doloroso estigma do «apartheid» da África Austral, essa imensa região permanecerá à mercê de grave instabilidade, capaz de levar a confrontação e a corrida armamentista ao Atlântico Sul.

E não se pense que foi um parágrafo de ocasião no discurso proferido. Na verdade, no dia seguinte, durante o almoço que lhe foi oferecido por Cavaco Silva, no Palácio de Sintra, o Presidente do Brasil voltaria ao assunto, ao considerar indispensável que a comunidade internacional exija de todos os países o rigoroso respeito ao princípio da não ingerência, acrescentando ser esta a condição para que Angola encontre por si mesma, sem ingerências externas, o caminho para a sua auto-realização.

Tendo chegado ao Plenário da Assembleia da República pelas 15 e 30, depois de ter sido recebido pelo presidente Fernando do Amaral, José Sarney assistiu à sessão solene de boas-vindas.

Foram oradores representantes de todos os Grupos Parlamentares e ainda o presidente da AR, encerrando a sessão com o discurso do Presidente convidado.

Anteriormente, o Parlamento aprovava por unanimidade e aclamação o Projecto de Resolução n.º 19/IV, que prevê a constituição de uma Comissão com o objectivo de promover o diálogo e a cooperação entre Portugal e o Brasil e respectivas instituições parlamentares.

Cooperar é preciso

Pela bancada comunista saudou o Presidente José Sarney o camarada Carlos Brito, um dos poucos oradores a não citar a figura de Pêro Vaz de Caminha, nem a carta que escrevera a D. Manuel por ocasião da descoberta do Brasil. Começou por dizer:

A sua visita representa de forma palpável para os portugueses a boa nova de que a democracia venceu no Brasil.

Depois de referir os notáveis resultados alcançados num tão curto período, amplamente merecedores dos maiores sucessos e venturas no futuro, Carlos Brito acrescentou:

Acompanhamos com o

maior interesse e simpatia os esforços que visam suscitar e assegurar a participação popular no ataque a agudas dificuldades económicas e sociais e a grande dignidade social com que se procura regularizar o problema da dívida, a situação de dependências económicas herdadas do passado, bem como as imposições externas inadmissíveis que lhe estão associadas.

Somos solidários — prosseguiu — com esta vontade de renovação que percorre a grande Nação Brasileira e que se exprime naturalmente nas suas relações com o mundo.

Abordando depois um tema que o Presidente do Brasil não esquecera na sua visita a Portugal, Carlos Brito adiantou:

Quando representantes dos Estados de Portugal e do Brasil se encontram, não lhes pode ser indiferente a situação dos outros países onde a língua portuguesa é língua oficial, particularmente, quando, como actualmente acontece, alguns deles são vítimas de inadmissíveis atentados à sua soberania.

Defendendo a activa e firme solidariedade por parte de Portugal para com os países africanos de língua oficial portuguesa vítima de agressões externas, apreçamos muito positivamente as palavras que têm sido proferidas pelo Presidente Sarney de veemente repúdio pela agressão externa contra a República Popular de Angola e de frontal condenação dos apoios externos que são concedidos às forças que operam contra este país irmão.

Esta solidariedade — continuou ainda Carlos Brito — deve ser, a nosso ver, também um campo de cooperação e não é seguramente um domínio de menor importância para a futura projecção no mundo das nossas cultura e língua comuns.

Abordando depois a cooperação económica diria o líder da bancada comunista:

A cooperação económica e comercial é possível e é indispensável. A nosso ver ela representa mesmo para Portugal uma forma importante de contrariar o afunilamento das nossas relações económicas externas para que a lógica da integração na CEE tenderá a acentuar.

A cooperação cultural, artística, científica e técnica é uma vocação e um apelo dos dois lados do Atlântico que só obstáculos políticos, muito mais intratáveis que o imenso oceano, têm contrariado e impedido de se concretizarem. Mas neste domínio — acrescentou Carlos Brito — é a nosso ver fundamental que não se transforme a língua comum num



O presidente José Sarney, acompanhado do Presidente da Assembleia da República, assina o livro de honra do parlamento português

terreno de conflitos mais ou menos ortográficos, mas que se trabalhe para que ela seja um veículo cada vez mais desimpedido para o nosso real entendimento e compreensão.

A terminar deixou um alerta: Não haja ilusões, no entanto: a cooperação, em qualquer dos domínios considerados, comporta custos, exige investimentos e reclama sobretudo uma vontade política atenta e permanentemente actuante.

Falo de um Brasil que está mais bonito

Somos, os brasileiros, orgulhosamente portugueses — assim se expressou o Presidente José Sarney logo no início do seu discurso, que suscitou por diversas vezes aplausos de toda a sala.

Recordando que poucos estados mantêm, na História, fronteiras tão antigas e tão sólidas o Presidente brasileiro acrescentou:

Se saúdo vossa História com emoção, é porque esta é nossa própria porção de glória na crónica do mundo. Todos somos o que fomos, embora nos cumpra acrescentar, em nossa própria geração, factos a legar ao amanhã.

E na alusão à Revolução portuguesa declarou:

Vivels num tempo que se guardará na memória nacional. Vinte e cinco de Abril de 1974 é data carregada de grandeza, que se fez com cravos e ao som da doce poesia da «Grândola, Vila Morena».

E mais adiante: Falo em nome de um Brasil em que os ventos da liberdade sacodem todas as forças vivas da Nação, em todos os cantos, em todos os espíritos.

De um Brasil independente. Que não é caudatário das grandes potências, nem prisioneiro dos pequenos conflitos.

Falo de um Brasil que está mais bonito, com os olhos mais brilhantes porque tem esperança. De um Brasil respeitado, restaurado em seus valores democráticos, uma terra

dedicada ao trabalho, livre da especulação, do ganho fácil, da cliranda financeira que vlnha transformando o país no paraíso dos papéis, com a exploração do povo, submetido à constante desvalorização dos seus salários pela inflação devastadora que premiava o capital e punia os assalariados com a correcção monetária.

Mais à frente e depois de referir que o Brasil não abdica da sua missão no Atlântico Sul e o deseja preservar como uma zona de paz, desnuclearizada, José Sarney afirmou que o seu país não tem, não teve e não terá posições hegemónicas, mas não abdica da defesa dos seus interesses e entre estes estão, sem dúvida, também os das comunidades de língua portuguesa. Nós nos proclamamos com muito orgulho um país mestiço. Nossas vinculações com a África são históricas e fazem parte da nacionalidade.

E destacou logo a seguir: Como Presidente, pela primeira vez saio do continente americano. Visito Portugal. Não podla ser outro o meu destino.

E referindo-se ao futuro: Venho a Portugal e desejo propor, como uma vontade política, uma nova dinâmica em nossas relações.

Saliendo ser seu desejo que nesta nova etapa Portugal esteja junto com o Brasil de um modo mais estreito e intenso, recordou que o pior caminho não será o do Brasil e não há porque seja o da comunidade de língua portuguesa.

Alertando para as dificuldades que certamente surgirão, interrogou: Mas quem pode dizer que em algum tempo o povo português foi vencido por dificuldades? Temos imenso caminho a percorrer, mas não vamos esmorecer. Em nossa alma temos o lastro da obstinação que Portugal levava nas naus descobridoras e que foi legado ao nosso espírito. Navegar no tempo é como marinhar em águas desconhecidas. Para isso bastam-nos as estrelas e a coragem.

Acidentes ferroviários De quem é a culpa?

A propósito do trágico acidente ferroviário ocorrido na passada segunda-feira junto à estação de Póvoa de Santa Iria, o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira emitiu um comunicado onde, depois de manifestar o pesar da edilidade e a sua solidariedade para com todos os sinistrados, reafirma a exigência de «que sejam tomadas as medidas de à muito justificadas para que os transportes pela via férrea entre Vila Franca de Xira e Lisboa sirvam melhor as populações locais e garantam a segurança de quem viaja», tal como está consignado no Programa Eleitoral da APU.

O presidente desta autarquia reafirma o «extraordinário espírito de solidariedade» manifestado pelas associações de bombeiros do concelho e por todas as outras que prontamente se deslocaram ao local do acidente, assim como o de todo o pessoal de serviço nas unidades hospitalares e de trabalhadores de empresas da zona.

No seu comunicado, o presidente da Câmara de Vila Franca de Xira salienta que uma vez mais se impõe «a melhoria da rede ferroviária com a quadruplicação da via e que o terminal de Sacavém seja transferido para Alverca, com a correspondente separação entre comboios suburbanos e os restantes».

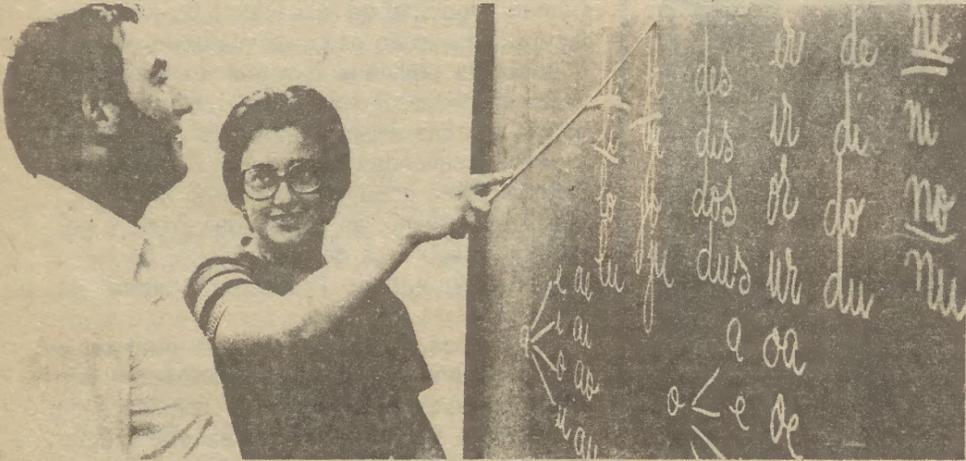
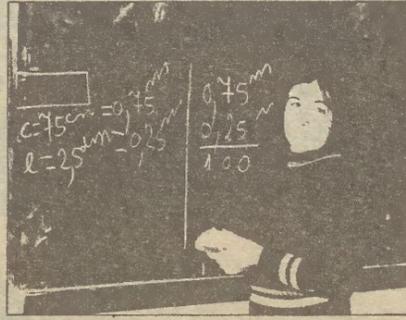
Também a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses tomou uma posição sobre o assunto, não sem antes lamentar as «trágicas consequências» do acidente e de expressar as «mais sentidas condolências às famílias das vítimas mortais».

Saliendo não estar na posse dos elementos que lhe permitam esclarecer as causas do acidente, a Federação afirma no entanto que «o que desde já se pode dizer sem receio de desmentido é que o abandono a que o caminho de ferro tem sido votado em Portugal nos últimos 60 anos, conduziu a uma degradação das condições de segurança que, só por si, multiplica a probabilidade da ocorrência de acidentes com a gravidade do que se verificou».

Com efeito, o sistema de segurança da rede é praticamente o mesmo desde há meio século, sendo que a intensidade de tráfego aumentou qualquer coisa como 14 vezes. Estas condições tornam «inevitáveis as falhas humanas» com que se pretende «escamotear o fundo do problema».

Assim, os trabalhadores ferroviários sublinham que o que «é preciso é fazer os investimentos que não têm sido feitos e que teriam poupado ao País tragédias como a ocorrida hoje e que ainda há poucos meses se registou em Alcaface. Mesmo sem levar em conta a perda de vidas humanas, que obviamente não podem ser avaliadas economicamente, o custo destes acidentes é em muito superior aos investimentos que desde já deveriam ter sido feitos na modernização do sistema de segurança, sinalização e controlo da circulação ferroviária, sistema esse que é o mais obsoleto da Europa, uma vez que foi montado no princípio do século».

Nacional



Decorre até sábado, em Lisboa

2.º Congresso Nacional dos Professores

Está a decorrer desde ontem na Estufa Fria em Lisboa, com a participação de cerca de 1500 delegados, o 2.º Congresso Nacional dos Professores, promovido pela FENPROF.

Os trabalhos prosseguem, sob o lema «reforçar a unidade, democratizar a escola», até ao próximo sábado.

Eleitos nas escolas de todo o continente, regiões autónomas e na emigração (Europa), os participantes neste Congresso debatem e votam as orientações para o trabalho da sua Federação Nacional — a FENPROF, e, naturalmente, as propostas para a Lei de Bases do Sistema Educativo e o desenvolvimento da Educação. Nesta temática, a formação de professores é um dos assuntos de primeiro plano.

Recorde-se que num debate realizado recentemente por iniciativa do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), acção integrada na actividade preparatória do Congresso que agora está a decorrer, foi recordada a posição da FENPROF sobre aquela matéria.

A Federação defende, como foi dito no debate, a dinamização de um sistema de formação de professores assente no princípio da unidade de formação e na base de um grau superior de qualificação científica e pedagógica para todos os professores e educadores. Esta formação, acrescenta a FENPROF, deve tender para, num futuro não muito afastado, ser do mesmo nível tanto para os educadores de infância e professores do ensino primário como para os professores do ensino preparatório e secundário, na base do grau académico da licenciatura.

Profundas reformas

Articulando-se com os propósitos de discussão pública sobre a matéria, proposta pela Assembleia da República, num prazo

que terminou no passado dia 5, no debate promovido pelo SPGL, um dos sindicatos que constituem a FENPROF, foi também salientado que a Federação tem rejeitado firmemente todos os projectos que visam diminuir a formação académica dos professores do ensino preparatório — e, em alguns casos, do ensino secundário.

dário unificado — actualmente portadores, na sua maioria, de uma licenciatura.

Embora reconhecendo a necessidade de profundas reformas na formação inicial dos professores destes sectores de ensino, a FENPROF considera que tais projectos significam um enorme retrocesso face ao seu objectivo estratégico de uma formação para todos os professores na base do grau académico da licenciatura — objectivo esse que corresponde

às tendências actuais nos países desenvolvidos no domínio da formação dos professores.

Tais projectos assentam numa política de embaratecimento dos custos da formação dos professores, nivelando por baixo a formação de alguns e tendo, se aplicados, sérias repercussões nas carreiras docentes, que os professores em exercício nunca aceitarão, esclarece a Federação.

Um direito e um dever

Defendendo para as Escolas Superiores de Educação (ESE's) planos de estudo flexíveis e abertos, de forma a que os educadores de infância e os professores do ensino primário ai formados tenham condições para

A FENPROF defende a dinamização de um sistema de formação de professores assente no princípio da unidade de formação e na base de um grau superior de qualificação científica e pedagógica para todos os professores e educadores.

um fácil prosseguimento de estudos, a FENPROF defende que a formação inicial dos professores dos ensinos preparatório e secundário deve conter já a componente de formação pedagógica, que implica a criação de Departamentos de Educação nas Faculdades, institutos e outras instituições do ensino artístico e tecnológico.

A Lei de Bases deve consignar a formação contínua como um direito e um dever dos professores, salienta a Federação.

PCP



**um novo Centro de Trabalho do PCP
na cidade do Porto**

Bonfim e Aldoar vencem emulação de Abril

- Recolhidos 3300 contos
- Necessários 10 mil objectos para a tómbola da Festa do Avante!

Bonfim e Aldoar são as organizações vencedoras da emulação do mês de Abril na campanha dos 10 mil contos para o novo Centro de Trabalho na cidade do Porto.

A organização do Bonfim, no escalão «A» (organizações com mais de 300 militantes), tinha sido já vencedora nos meses de Fevereiro e Março e a organização de Aldoar, no escalão «B» (organizações com menos de 300 militantes), vai pela primeira vez à frente. A organização dos Gráficos foi a vencedora em Fevereiro e Março.

Para que as outras organizações possam sentir também o legítimo orgulho de levar a bandeira da campanha há que trabalhar e seguir o exemplo dos vencedores.

Entretanto, no passado dia 3 de Maio, às 15.30 h, abriu uma nova e importante fase da vida do novo Centro de Trabalho: foi inaugurado o local de convívio do CT, estando assim criadas as condições para o desenvolvimento do convívio entre camaradas e amigos.

Tarefas

3300 contos é a quantia recolhida até ao momento nesta campanha dos 10 mil contos.

Há que intensificar o trabalho. A passagem dos cartões de compromisso a um número muito maior de camaradas e amigos e a realização de um grande e variado conjunto de abordagens

são duas tarefas essenciais do momento presente.

Numa outra tarefa é preciso pensar desde já: a recolha de objectos para a tómbola gigante que a comissão coordenadora da campanha vai levar, entre outras iniciativas, à Festa do «Avante!». É preciso recolher mais de 10 mil objectos. Mãos à obra!

DORP reúne dia 14

A situação política actual e as direcções fundamentais do reforço orgânico do Partido são os temas em agenda para a próxima reunião da Direcção Regional do Porto (DORP) do Partido Comunista Português.

A reunião decorrerá no próximo dia 14 (quarta-feira) a partir das 17 horas, nas instalações do Centro de Trabalho da Boavista.

Camaradas Falecidos

Luís Campos

Com 56 anos, faleceu após prolongada doença o nosso camarada Luís Campos, trabalhador da Fábrica de Louças de Sacavém, no concelho de Loures. Na nota enviada à nossa redacção pela organização de Sacavém salienta-se que Luís Campos «participou em todas as fases da luta que se desenrolaram dentro da fábrica, tendo sido membro da Comissão de Trabalhadores».

Vitalina Machado

Natural de Albufeira, residente no Barreiro há mais de 60 anos, faleceu recentemente a camarada Vitalina Machado. Du-

rante o fascismo prestou uma preciosa ajuda aos camaradas perseguidos pela polícia política.

Joaquim Natal

Democrata consequente, antifascista de longa data, faleceu em Mirandela com 67 anos o nosso camarada Joaquim Natal, cidadão prestigiado naquele concelho transmontano. Preso várias vezes pela polícia política do fascismo, Joaquim Natal era membro do Partido desde os tempos da juventude. Pertencia à Comissão Concelhia local do PCP desde 1974. Pertencia também à direcção do núcleo de Mirandela da Associação de Amizade Portugal-RDA. Já no princípio deste ano fora eleito para os corpos gerentes da Associação

de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandenses. Activista político e dirigente associativo, Joaquim Natal demonstrava uma sensibilidade especial para a importância da imprensa democrática e progressista, tendo-se associado a tarefas de colaboração e difusão de «o diário» e também do «Avante!». Aliás, chegou a deslocar-se à URSS num colectivo de camaradas difusores do nosso jornal. O militante comunista, que faleceu no passado dia 24, deixa viúva e três filhos.

Especialmente aos familiares, companheiros e amigos dos comunistas desaparecidos, a redacção do «Avante!» manifesta o seu profundo pesar e apresenta sentidas condolências.

PCP

Marcada para 14 de Junho

Em preparação a 1.ª Assembleia dos comunistas do distrito de Viseu



Através de numerosas reuniões, encontros, plenários e outras iniciativas, os comunistas do distrito de Viseu prosseguem com empenhamento a actividade preparatória da sua 1.ª Assembleia de âmbito distrital, marcada para o próximo dia 14 de Junho, sob o lema «reforçar o PCP, defender a democracia, pelo progresso do distrito».

No quadro desta intensa preparação há que salientar desde já a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Mortágua, a realizar a 8 de Junho. Aí estarão em debate questões da vida do Partido nesse concelho (um dos 24 que constitui o distrito de

Viseu), aspectos da situação social e económica, tarefas e lutas dos comunistas e da população.

Já para os próximos dias estão marcadas reuniões em Tondela (dia 10, 21 horas), Santiago de Besteiros/Tondela (dia 11, 10.30 horas), Lourinha de Baixo/Mortágua (dia 11, 20 horas), Mortágua, no Centro de Trabalho (dia 17, 21 horas) e em Vale de Remígio/Mortágua, no CT da Gândara (dia 18, 10.30 h).

Nas próximas edições do «Avante!» divulgaremos mais pormenores sobre esta 1.ª Assembleia da Organização Distrital dos comunistas de Viseu.

Concelhia do PCP toma posição

Como se vê em Oliveira de Azeméis «o governo não governa bem»

«Os propagandistas do Governo Cavaco Silva dizem que a governação nunca foi tão boa como agora. Resta saber ao serviço de quem. Ao serviço dos trabalhadores e do povo não é certamente», salienta a Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis, do Partido Comunista Português.

Aquele organismo do Partido no distrito de Aveiro reuniu recentemente para análise da situação política e social e para definir medidas concretas «visando o reforço da organização concelhia do PCP» nas várias frentes de trabalho e nas cerca de duas dezenas de freguesias que constituem este concelho aveirense.

Em nota divulgada à população, com os aspectos essenciais das conclusões da reunião, a Comissão Concelhia de Oliveira

de Azeméis sublinha que «a acção do Governo é contrária aos ideais de Abril», chamando a atenção para os graves problemas que afectam os 75 trabalhadores da empresa «Zina», com salários em atraso e outras dívidas, ou, por exemplo, os trabalhadores do Centro Vidreiro, alvo de feroz repressão e exploração.

A confirmar que, de facto, o governo governa mal estão também os problemas dos agricultores, «cheios de promessas das maravilhas da CEE», mas a verem a sua situação constantemente agravada, com o aumento dos factores de produção e sem garantias de qualquer espécie sobre escoamento e política de preços justos para a sua produção.

A Concelhia do PCP lembra ainda a situação da juventude,

com crescentes incertezas quanto ao futuro, nomeadamente quanto ao ensino, ao emprego e à habitação.

E se, por um lado, «o Governo Cavaco Silva não governa bem porque tem uma política contrária aos ideais do 25 de Abril», por outro, «a grande participação popular nas comemorações do 25 de Abril em Oliveira de Azeméis é, sem dúvida alguma, reveladora de que os ideais do 25 de Abril continuam cada vez mais vivos no coração do povo».

Plenário no M.ª da Caparica

Por iniciativa da comissão local do Partido, vai realizar-se amanhã (sexta-feira) um plenário da organização do Monte da Caparica onde estarão em foco aspectos do trabalho orgânico do Partido (actividades imediatas a desenvolver) e da situação políti-

ca e social. Marcado para as 21 e 30 horas, no Centro de Trabalho local, este plenário contará com a participação do camarada João Bernardino, membro da DORS e do Comité Central do Partido.

Festa da Amizade a 4, 5 e 6 de Julho Apelo aos comerciantes

● «PA» já está à venda

Pregos, sacos de cimento, arame zincado, trinchas, pincéis, brochas, rolos e respectivos tabuleiros, baldes de plástico, tintas, tijolos, fios, lâmpadas projectoras, tomadas, fichas, dados de junção, arrancadores de calhas, suportes para lâmpadas projectoras, cadeados e correntes de cadeado são algumas das coisas que vão fazer muita falta à Comissão Concelhia de Almada do PCP, para implantar a próxima edição da Festa da Amizade,

marcada para os dias 4, 5 e 6 de Julho, no Laranjeiro.

Recordando que «a contribuição dos senhores comerciantes tem sido de significativa importância para o engrandecimento da Festa da Amizade», iniciativa que «anualmente tem vindo a crescer em qualidade e interesse», a Comissão Concelhia dirige mais uma vez um apelo à contribuição solidária dos comerciantes de Almada, especificando alguns dos materiais que

«nos irão fazer mais falta».

A Festa da Amizade decorrerá sob o lema «Em unidade, por Abril e pela Paz» e promete três dias de extraordinário convívio para os seus milhares de visitantes.

De salientar, entretanto, que já está à venda, por apenas 250 «amizades», o conhecido ingresso para toda a Festa: o Porta Aberta (PA). Em todos os Centros de Trabalho do concelho é possível adquiri-lo.

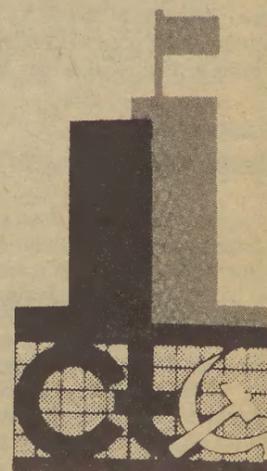
Domingo, no Barreiro Um convívio diferente no Pinhal do Duque

No quadro da campanha distrital de recolha de fundos para a construção do CT da DORS, o próximo domingo promete uma

atraente jornada de convívio no Barreiro, promovida pelas comissões de freguesia do PCP de Santo André e Coina.

A iniciativa decorrerá no Pinhal do Duque, em Santo António, e do seu programa para todo o dia destacamos o convívio da manhã, o almoço de confraternização, um jogo de futebol, animação musical e, cerca das 16 horas, intervenção de Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Partido.

Aceite o convite.



A 11.ª Festa do Avante!, marcada para 5, 6 e 7 de Setembro no Alto da Ajuda, em Lisboa, já é assunto de primeiro plano nas preocupações e nos projectos das organizações do Partido em todo o País. Em edição anterior sublinhámos o exemplo da Organização Regional de Setúbal (ORS). Hoje destacamos a tómbola gigante que virá do Porto para a Festa, com nada menos do que 10 mil objectos. Trata-se de uma acção integrada na campanha dos 10 mil contos que decorre no Porto para pagamento dos encargos com o novo Centro de Trabalho do Partido na capital do Norte.

Internacional

Tóquio, cimeira de ricos

Tóquio foi centro da reunião dos «sete grandes» do mundo capitalista. Os chefes de Estado dos Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá, Alemanha Federal e Japão, e o presidente da Comissão Executiva da CEE, estiveram na capital japonesa, entre um aparatoso serviço de segurança. Não propriamente para debater questões candentes como a difícil realidade económica e o complexo relacionamento entre si. Menos ainda — agora tão pouco em termos demagógicos — para apreciar problemas tão graves no plano internacional, como o fosso crescente e a dívida impagável do vasto mundo subdesenvolvido, vítima da política neocolonialista dos chefes de governos representantes do grande capital presentes em Tóquio. Do que saiu da Cimeira ressalta apenas o bom entendimento — uma vez mais sob a batuta de Washington — quanto à melhor forma de ditar leis ao mundo.

Os problemas sem resposta

Dezenas de milhares de litros de leite estão a ser derramados por agricultores nas ruas e canais do Norte da Holanda. A notícia — divulgada há dias — já nem surpreende. É rotina de um sistema socioeconómico que de há muito perdeu a capacidade de resposta aos problemas que engendra. Uma «rotina» particularmente chocante, num pequeno planeta em que milhões morrem de fome e a grande massa de crianças dos países em vias de desenvolvimento não tem o leite indispensável.

Em termos económicos é um exemplo de um crescimento anti-social. Que engendra muitos outros problemas, muitas outras guerras — comerciais e mesmo militares (sendo que as comerciais também matam, por vezes, pelos terríveis custos sociais).

Um exemplo a que se somam muitos outros. E temos o petróleo. E temos o dólar. E temos ainda a batalha CEE-EUA, a pretexto da integração de Portugal e de Espanha na Comunidade Económica.

Dois pequenos apontamentos.

O secretário norte-americano do tesouro rejeitou, ainda antes do início da cimeira, o pedido japonês de intervenção nos mercados de divisas para evitar uma nova baixa do dólar face ao iene. O problema não seria sequer tratado em Tóquio. E porquê? Numa anterior fase, os Estados Unidos aumentaram artificialmente o dólar, em consonância com outras medidas (elevadas taxas de juro) para compensar o défice orçamental e financiar os programas do Pentágono. Mas a quebra nas exportações elevou o défice da balança comercial para 150 mil milhões de

dólares em 1985. Neste momento Washington aposta num dólar baixo, o que deu um impulso às exportações norte-americanas para a Europa Ocidental e Japão. Para os pequenos exportadores japoneses, por exemplo, tal política salda-se na ruína. A prazo é de prever o agravamento dos problemas económicos também nos EUA. Mas isso é simplesmente mais um exemplo do carácter caduco do sistema. Aqui limitamo-nos a sublinhar as regras do jogo do capital. A lei do mais forte. Que se pretende também manter ao nível das relações internacionais.

Só que ao arripio da evolução inexorável da história.

Os preços do petróleo tornaram-se tema corrente de conversas e de aceso debate político. Também no nosso país.

O processo que levou à quebra continuada dos preços do petróleo foi desencadeado pelos monopólios dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, nomeadamente tendo em vista desarticular a OPEP. Resultado: os rendimentos anuais dos países da OPEP caíram dos 253 milhares de milhões para 130 milhares de milhões de dólares, o que põe em causa — nalguns destes países — numerosos projectos de desenvolvimento económico.

Neste momento, Washington já exige a estabilização dos preços do petróleo, em nome da «segurança nacional» dos EUA. A verdade é que a recessão está a atingir também a sua indústria petrolífera. Prevê-se que a ex-



Discernir o futuro é uma impossibilidade para o «clube dos ricos». Por isso a fuga à realidade e a aposta na força

tracção poderá ser reduzida em mais de 10%. O petróleo do Alasca começa a tornar-se pouco rentável.

Na Europa capitalista, a baixa de preços do petróleo abriu portas à queda do governo da Noruega (ao tentar avançar com um impopular programa de austeridade). A Noruega é produtor de petróleo.

Uma mão-cheia de problemas que não figuram nas decisões finais da cimeira dos ricos. Mais arreadas ainda questões centrais como a da paz e de uma nova ordem económica internacional.

O acidente de Tchernobyl

«Houve uma avaria na central atómica de Tchernobyl, a 130 quilómetros a norte de Kiev.» São as palavras iniciais do comunicado do Conselho de Ministros da URSS sobre o acidente, em que se informa com precisão: «A avaria, de acordo com dados preliminares, ocorreu num compartimento do quarto bloco energético, destruindo parcialmente o edifício em que se encontra o reactor, danificando o próprio reactor e provocando uma fuga de substâncias radioactivas. Os três restantes blocos energéticos estão parados e em bom estado. Houve duas mortes.

«Foram já tomadas medidas urgentes para eliminar as consequências da avaria. O nível de radiação na central e na zona ao seu redor está estabilizado. Os sinistrados estão a receber a assistência médica. Foram evacuados os habitantes da vila dos trabalhadores da central e de três povoados contíguos.»

Nos dias que se seguiram ao desastre de Tchernobyl (e ainda hoje), foi desencadeada uma verdadeira guerra propagandística contra a União Soviética. As rigorosas informações provenientes de Moscovo e Kiev têm vindo a ser pura e simplesmente negadas. A palavra foi dada à CIA! Que entretanto divulgava pelo mundo capitalista «notícias» profundamente alarmistas, afirmando basear-se em dados dos seus satélites-espiões (arvoados assim à categoria de meio autorizado de informação).

Falou-se de milhares de mortos. Tentou-se mesmo gerar um certo pânico agitando com o espantoso de eventuais efeitos radioactivos sobre as populações da Europa capitalista.

Utilizou-se mesmo o acidente na Ucrânia para limitar mais ainda as relações comerciais e humanas (nomeadamente no que respeita ao turismo).

Podemos, sem qualquer exagero, falar de guerra propagandística contra a União Soviética. E a guerra propagandística é neste momento uma componente importante da agressiva política imperialista. De que a Líbia é um exemplo actualíssimo. E de que o monopólio da informação a nível internacional é o instrumento privilegiado que não por acaso o imperialismo defende com tanto empenho.

A CIA contou objectivamente com a convívência de governos e meios de informação da Europa capitalista (e cumpre-nos destacar o alinhamento de Imprensa, TV e Rádio em Portugal, nesta campanha provocatória).

Só que não pôde apagar as imagens do 1.º de Maio em Kiev. E viu-se confrontada com as posições e declarações assumidas por trabalhadores científicos em todo o mundo. Não escamoteando a gravidade do acidente. Mas reduzindo-o às suas reais proporções: em síntese, as divulgadas pela breve informação do Conselho de Ministros soviético.

Cientistas americanos classificaram de «francamente ridículas» as calúnias postas a circular pela CIA. Um especialista francês — para citarmos um exemplo concreto — avançou com um significativo paralelismo. De acordo com a sua apreciação, a fuga de radioactividade pode ser quantificada em: 100 mil a um milhão de curies em iodo e de 5 mil a 10 mil curies em césum. Acrescenta: «a título de comparação, os ensaios nucleares militares, nos anos 60, lançaram na atmosfera quantidades de matéria radioactiva, sem medida comum, da ordem dos mil milhões de curies de iodo».

Não é difícil compreender o porquê da campanha da Casa Branca.

A aposta no domínio da força

«A administração Reagan exacerbou bruscamente, nos últimos dias, as tensões internacionais nas três frentes-chave: no Mediterrâneo, uma armada numerosa provocou um conflito armado com a Líbia; na América Central, helicópteros do Exército dos EUA prepararam-se para transportar tropas hondurenhas até à fronteira nicaraguense; e, no deserto de Nevada, Washington levou a cabo um teste nuclear a fim de acabar com a ameaça (!) de um gesto unilateral soviético no sentido do desarmamento». Assim sintetiza o jornal de Nova York, «Guardian», o que foi a grande provocação da Casa Branca de há poucas semanas, enroupada de «luta antiterrorista». Nestes dias tema de acertos em Tóquio.

Terrorismo. Quem está em causa?

Tóquio vem confirmar a «solidariedade atlântica» (mesmo que entremeada de reservas prévias) em torno da política belicista de Reagan. Na plena consciência de que é Washington de facto o centro do terrorismo internacional, na sua expressão mais perigosa: o terrorismo de Estado. A guerra propagandística com que se pretende impor à opinião pública mundial a ligação — «justificadora» de actos agressivos — entre os actos terroristas e a Líbia, naturalmente não atinge os seus promotores.

Em vésperas da cimeira de Tóquio, o secretário de Estado norte-americano, Shultz, afirmou: «as palavras não são o mais importante. Em última análise são as nossas acções que são avaliadas». Esta afirmação precedia ameaças provocatórias. Mas nem por isso é menos verdadeira. E há factos que importa relembrar.

• Em 1981, Washington expulsou os diplomatas líbios e cortou relações diplomáticas com a Líbia. Em Março do mesmo ano, a 6.ª esquadra dos EUA abateu dois aviões líbios sobre o golfo de Sirte, na mesma zona em que em Março deste ano empreenderia a agressão à Líbia. Em Novembro de 82, realizaram-se manobras navais no sul do Mediterrâneo, em que se ensaiou um «simulacro de ataque» contra a Líbia. De Janeiro a Março de 86 o Pentágono realizou cinco séries dessas manobras, com crescente envergadura — um total de 18 desde 81. A 7 de Janeiro deste ano foi anunciado o boicote económico contra a Líbia.

Estamos perante um longo processo. Já para o início do ano de 71 havia sido programada uma operação terrorista da CIA com o objectivo de inverter o processo revolucionário desencadeado na Líbia em Setembro de 69. O que está em causa é a prática do **terrorismo de Estado contra a luta de libertação dos**

povos, uma política independente dos novos Estados.

• Por recomendação do Comité Interdepartamental dos EUA, que junta representantes do Departamento de Estado, da CIA, do Pentágono e do Conselho de Segurança Nacional, foi decidido fornecer **misséis Stinger** aos **bandos terroristas** que operam contra os povos de Angola e do Afeganistão. Os Stinger são misséis muito aperfeiçoados e até à data eram unicamente fornecidos aos aliados próximos de Washington.

Nuclear

Um único submarino britânico, portador de misséis Trident-2, é capaz de destruir, na parte europeia da URSS, todas as cidades com mais de cem mil habitantes.

É um dado — a que poderíamos agregar um sem-número de outros. E que só por si nos fala do profundo cinismo de se ir debater para Tóquio a segurança das centrais nucleares (sem escamotear os problemas que lhe estão ligados) — com base nas famosas «informações» da CIA? — quando sistematicamente se diz não a todas as propostas no sentido de pôr fim ao armamento nuclear.

Um cinismo tanto maior quanto se sabe que uma falha (como a de Tchernobyl, por exemplo), pode — e de forma crescente — conduzir a humanidade ao holocausto nuclear.

Um cinismo tanto maior quanto há planos para destruir cidades e populações que hoje se diz pretender proteger. Concretamente, o plano norte-americano «SIOP-5d» (actualmente em vigor, nos gabinetes do Pentágono, onde já outros planos estão a ser estudados), prevê a destruição, com armas nucleares, de 40 000 objectivos na União Soviética e países do Tratado de Varsóvia, em alguns países neutros da Europa, e mesmo no território de aliados da NATO.

Onde está aqui a segurança?

O XXVII Congresso do PCUS propôs lançar as bases de um **sistema global de segurança internacional**. O projecto prevê um importante conjunto de medidas que nomeadamente engloba: a renúncia das potências nucleares ao recurso à guerra nas relações entre si e com terceiros; liquidação total das armas nucleares e químicas; interdição da corrida aos armamentos no Espaço; dissolução das alianças militares; resolução política dos conflitos regionais; combate ao terrorismo internacional; resolução dos problemas globais que condicionam o futuro da civilização humana; ampliação da cooperação em todos os domínios.

Estas questões não estiveram na mesa das conversações em Tóquio. O que interessa de facto aos povos é arreadado das decisões do capital. Uma fuga que no fundo significa não querer encarar a actual realidade mundial.

Internacional

Cimeira dos «Cinco» estreita laços de unidade e apela à paz em África

A adopção de novas medidas de cooperação económica, o fortalecimento da unidade e a consolidação de posições comuns face aos graves problemas que afectam o continente africano e em particular a África Austral, entre outras, constituem o saldo positivo da sexta Cimeira dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, realizada a semana passada em Luanda.

Dos documentos aprovados durante o encontro salienta-se a Declaração de Luanda sobre a África Austral, que condena expressamente a **culpabilidade e conivência de certos círculos políticos, económicos, financeiros e militares de alguns países, particularmente em Portugal, nas acções de propaganda, terrorismo e agressão contra a República Popular de Angola e a República Popular de Moçambique.**

Na Declaração dos «Cinco» (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) reafirma-se que na África Austral não existe qualquer conflito entre os povos, e que o verdadeiro conflito regional é o que opõe os povos ao *apartheid*, ao colonialismo na Namíbia e ao regime belicista de Pretória.

Para que a África Austral seja uma zona de paz e prosperidade, onde a cooperação entre os povos da região e entre esta e o resto do mundo, sem discriminação, seja uma realidade, é necessário antes do mais pôr fim ao *apartheid*, considerado pelos «Cinco» como a **única causa da violência e da guerra na região.**

No que respeita à Namíbia, os dirigentes dos cinco países declararam aguardar, com expectativa, a implementação autêntica, a partir de 1 de Agosto do corrente ano, da declaração sul-africana sobre a independência do território, com base na Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, ao mesmo tempo que apelaram para o governo norte-americano para que desempenhe um papel positivo na luta pela paz, a estabilidade e o progresso na região.

É necessário para isso — sublinha a Declaração — **condição prévia, que o governo americano reveja a sua atitude de apoio ao terrorismo organizado e se decida a apoiar incondicionalmente o direito do povo da Namíbia à**

autodeterminação e independência.

O documento critica ainda o apoio dos EUA aos bandos fanáticos na desestabilização do governo angolano, afirmando que **essas acções, longe de promoverem a paz e a estabilidade na África Austral, encorajam o terrorismo organizado e intensificam a violência na região, pondo em causa a qualidade de mediano dos EUA na região.**

A situação de Timor-Leste é outro dos temas referido no documento final, apelando os «Cinco» ao Estado português para **assumir plenamente as suas responsabilidades históricas, morais e jurídicas e entabular conversações com a Fretilin, de molde a que, conjuntamente com o secretário-geral da ONU, prossigam os esforços para encontrar uma solução justa e definitiva para o problema timorense.**

As resoluções tomadas pelos chefes de Estado sobre a cooperação multilateral entre os cinco países e as acções a serem implementadas ao nível político-diplomático e das trocas comerciais, constam do comunicado final da cimeira.

Como sublinhou no encerramento dos trabalhos o Presidente angolano José Eduardo dos Santos — escolhido para presidir

à coordenação do grupo até ao encontro do próximo ano, no Maputo — a cooperação entre os «Cinco» desenvolve-se **à medida das possibilidades, tanto no plano bilateral como no plano multilateral, graças ao tradicional espírito de unidade, solidariedade militante e fraternidade existentes, o que permite que a instituição comum vá desempenhando um papel cada vez mais importante na vida e na maneira de encarar os problemas, não obstante o facto da localização geográfica dos respectivos países em contextos sub-regionais diferentes.**

No entanto, salientou, **uma premissa sagrada e que não deve ser violada é a independência de espírito e de movimentos na concepção e execução das nossas acções, combatendo-se as influências negativas externas e as tentativas de ingerência que decerto não faltarão, pois temos o nobre objectivo de servir os interesses dos nossos cinco povos e Estados, consolidar as suas independências, reforçar a sua luta pela emancipação económica, contribuir com criatividade e alto sentido de responsabilidade para a solução pacífica dos problemas regionais e internacionais que preocupam a Humanidade.**

Conferência sobre a Namíbia

Dar início a uma nova campanha para alertar a opinião pública internacional para o problema da Namíbia foi o objectivo que presidiu à Segunda Conferência Internacional sobre a Namíbia reunida de 5 a 7 do corrente na capital belga.

O evento, da iniciativa de diversas organizações, entre as quais a SWAPO e o Comité Belga contra o colonialismo e o *apartheid*, pôs em destaque a responsabilidade que cabe ao regime racista de Pretória, aos EUA e aos seus aliados europeus da Nato na manutenção dos obstáculos que impedem a aplicação das resoluções da ONU referentes à independência da Namíbia. O PCP fez-se representar pelo camarada Martins Coelho, membro do CC e da DORL do PCP.

Entretanto, em Pretória, a situação política continua a deteriorar-se, com manifestações cada vez mais evidentes da precariedade do regime racista, cuja acção repressiva se intensifica com a perda de terreno político; em Alexandra, no final de Abril, pelo menos mais 18 pessoas foram assassinadas por polícias à paisana, enquanto na sede da ONU, em Nova Iorque, era difundido um relatório sobre a violação dos direitos sindicais, em que se descrevem as condições desumanas de trabalho naquele país. Por outro lado, o ministro sul-africano da Lei e da Ordem, Louis le Grange, reconheceu no parlamento o aumento da influência das ideias do ANC e do PC sul-africano sobre a comunidade branca, admitindo desta forma os resultados de sondagens à opinião pública que revelam ser a maioria da população branca favorável a conversações com o ANC sobre o futuro do país.

Albertina Sisulu, da Frente Democrática Unida, exortou entretanto todas as mulheres da África do Sul a efectuarem uma marcha sobre Pretória para exigir o estabelecimento da paz no país, bem como à união de todas as forças que se opõem à segregação racial. A dirigente da UDF falava num comício em Joanesburgo, cuja assistência era maioritariamente branca.

América Central afasta EUA

Os cinco países da América Central decidiram realizar uma cimeira em 24 e 25 deste mês para analisar os problemas regionais e procurar vias para a paz na zona, sem qualquer intervenção externa. Ou seja, sem a presença dos Estados Unidos.

A decisão, classificada pelo vice-presidente da Guatemala de «histórica» e pelo vice-presidente da Nicarágua de «significativa importância», constitui uma manifesta recusa da ingerência norte-americana nos problemas da América Central e uma firme manifestação da capacidade dos respectivos países na resolução dos seus próprios problemas.

A cimeira, que terá lugar em Esquipulas, na Guatemala, abordará temas como a paz, a democracia, a segurança e a estabilidade na região, para além de outras questões referentes à criação do Parlamento Centro-Americano, órgão que se pretende venha a ser um instrumento da solução dos problemas políticos, económicos e sociais que afectam todos os países da América Central.

A cimeira examinará ainda a evolução do processo de Contadora — cuja acta de paz será assinada pela Nicarágua logo que os EUA cessem as manobras de agressão contra aquele país — e ainda as vias para a dinamização da cooperação económica regional, o estreitamento dos contactos comerciais e a solução do problema das dívidas externas.

A decisão dos cinco é tanto mais importante quando ocorre numa altura em que aumenta a tensão provocada pelos EUA na América Latina através da realização de manobras militares no mar das Caraíbas («Ocean Venture-86») e do anúncio da segunda fase dos exercícios conjuntos com as Honduras «Cabananas-86», dedicadas a «operações especiais» e a «operações anti-guerrilha». A Nicarágua já denunciou que estão em preparação tentativas de invasão a partir das Honduras, tanto por terra como por mar. Em Tegucigalpa, entretanto, organizações progressistas divulgaram um documento protestando contra a utilização do seu país pelos EUA para agressões à Nicarágua. O documento exige que sejam desmanteladas as bases militares norte-americanas no país e evacuados das Honduras todos os efectivos militares dos EUA e os bandos armados financiados e dirigidos pela CIA.

Tratado de Lomé 3 entrou em vigor

Entrou em vigor no princípio do mês o terceiro tratado económico entre o grupo económico da Europa ocidental, CEE e 66 países em vias de desenvolvimento da África, Caraíbas e Pacífico (os chamados Estados ACP).

O Tratado, que regula as relações económicas e financeiras entre aqueles países até 1990, foi assinado em Lomé em finais de 1984 e é considerado como um compromisso que revela a alteração da correlação de forças a nível internacional. De acordo com especialistas, as negociações efectuadas antes da assinatura do tratado reafirmaram que os países imperialistas não podem continuar indefinidamente a impor as suas condições aos países em desenvolvimento. Integra-se neste espírito a rejeição pelos estados ACP da pretensão dos países da CEE de fixar amplas garantias de protecção aos seus investimentos, bem como a pretensão da CEE de um «amplo diálogo político» entendido como tentativa de estrangulamento das decisões soberanas dos estados ACP e de ingerência nos seus assuntos internos.

África Relançamento económico em debate

A crítica situação económica de África vai voltar a estar em foco de 27 a 30 deste mês, no decorrer da Sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU convocada expressamente para o efeito.

Passada que foi a campanha desencadeada o ano passado em favor das vítimas da seca em África, com as imagens lancinantes da miséria e da fome que percorreram o mundo, dir-se-ia que os países industrializados — satisfeitos os problemas de consciência imediatos — passaram a considerar que as chuvas entretanto caídas naquela parte do mundo, as posteriores sementeiras efectuadas e as respectivas colheitas, resolveram a situação de penúria crónica africana. Significativo disso é o desinteresse com que têm sido acolhidos insistentes pedidos de auxílio para os países que correm o risco de ver repetir-se as dramáticas carências de 1985, como é o caso do Sudão, da Etiópia ou de Moçambique.

Dá a natural expectativa que rodeia a próxima Sessão da ONU que, de acordo com declarações do presidente do respectivo Comité Preparatório, não deve ter o carácter de uma conferência de anúncios de contribuições nem dar lugar a um debate retórico, já que o que se pretende é um empenhamento mútuo tendo por objectivo fazer aumentar a produção em África, cabendo à comunidade internacional ajudar o continente que é de longe o mais pobre do mundo a levar a cabo os seus planos de desenvolvimento.

Um contributo importante na definição desses planos pode ser dado pela Organização de Unidade Africana (OUA), que numa reunião realizada em Adis Abeba avançou na elaboração de um plano concreto para a aplicação do seu Programa prioritário quinquenal de relançamento económico (1986/1990), adoptado em Julho último durante a 21.ª Cimeira da organização.

O Programa da OUA identifica os principais sectores de interesse dos governos africanos, em particular o da alimentação e da agricultura, o endividamento e as questões que se lhe relacionam — a fuga de recursos e de receitas da exportação — bem como

outros aspectos relacionados com a geografia física e humana. O Programa prioritário contempla ainda a necessidade de levar a cabo reformas políticas e económicas indispensáveis para tornar eficazes os programas de desenvolvimento.

De salientar que o Programa reflecte as orientações do Plano de acção aprovado em Lagos, em 1981, que põe a tónica nos princípios da auto-suficiência e do desenvolvimento autónomo aos níveis nacional, regional e continental, em particular no que respeita aos sectores da agricultura e da indústria.

Também as Nações Unidas deverão apresentar um documento-base sobre as principais características da situação económica africana, com particular realce para as chamadas questões-chave, como a agricultura, os recursos humanos, as infra-estruturas, as finanças e a coordenação da assistência externa e das ajudas de urgência. Do mesmo modo, o relatório deste ano sobre a África subsariana, da responsabilidade da Comissão do desenvolvimento do Banco Mundial, deverá fornecer elementos para a análise das dificuldades económicas e financeiras do continente.

Não será pois à falta de projectos e de dados que a Sessão extraordinária da ONU deixará

de apresentar resultados para fazer face aos problemas de África. O que não significa que os debates sejam pacíficos e o consenso fácil, dadas as enormes divergências existentes em particular quanto às formas de concretizar os projectos de desenvolvimento. Sintomático disso, por exemplo, o facto do pedido da OUA para a realização da Sessão extraordinária ter sido acompanhado dum proposta de reunião internacional sobre a questão da dívida externa, que até à data não recolheu o necessário consenso para se concretizar.

É evidente que o tema não deixará de ser abordado, sendo da maior importância a posição que sobre o assunto for tomada pelos próprios países africanos. Como afirmava o presidente da OUA, Abou Diouf, **a ocasião deve ser aproveitada para nos debruçarmos em conjunto sobre os nossos problemas, e não separadamente.**

Sejam quais forem as decisões tomadas, a Sessão não poderá esquecer no entanto que ainda este ano 17 milhões de africanos necessitam de assistência de urgência estimada em cerca de 900 milhões de dólares. Para estes, os debates de cooperação a longo prazo não farão sentido enquanto a sua sobrevivência não for assegurada.

Internacional

Saudação ao 8.º Congresso do Partido Comunista Alemão

Por ocasião da realização do 8.º Congresso do Partido Comunista Alemão, o Comité Central do Partido Comunista Português enviou à reunião máxima dos comunistas da RFA a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos Camaradas
O 8.º Congresso do Partido Comunista Alemão realiza-se num momento marcado pelo agravamento da situação internacional devido à política militarista do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reacionários da NATO. O Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosamente esta reunião magna dos comunistas da República Federal Alemã e, por intermédio dos seus delegados, todos os comunistas e os trabalhadores do vosso país.

Saudando o centenário do nascimento do camarada Ernest Thälman, destacado dirigente do Partido Comunista Alemão e do movimento comunista internacional, o PCP valoriza a vossa luta em defesa dos interesses da classe operária contra as tentativas do grande capital de resolver a crise da Alemanha através da limitação dos direitos democráticos e da liquidação de regalias sociais alcançados pelos trabalhadores após longas e duras lu-

tas de classe, assim como a luta do PCA pela defesa da paz, designadamente contra a instalação dos novos mísseis norte-americanos na RFA, contra a militarização do cosmos e pelo desarmamento.

Queridos Camaradas
A recente e bárbara agressão da Administração dos EUA à Líbia e a ameaça por parte dos seus autores da sua eventual repetição a este país, ao Irão e à

As propostas de carácter construtivo e realista feitas pelos países socialistas, de entre as quais salientamos a proposta da URSS apresentada pelo camarada Gorbachev, secretário-geral do PCUS, de liquidar todas as armas nucleares até ao ano 2000, são uma demonstração eloquente dessa política em defesa da paz.

Para os comunistas portugueses o perigoso agravamento da situação internacional exige do

Portugal, em todas as acções em prol da paz e contra a política belicista do imperialismo, o PCP considera que a luta pela defesa do regime democrático e as conquistas de Abril constitui a maior contribuição à luta mais geral dos povos pelo progresso social e pela defesa da paz.

Neste sentido os últimos acontecimentos que tiveram lugar em Portugal abriram perspectivas mais favoráveis para a materialização da unidade das forças democráticas que elegeram o actual Presidente da República e que derrotaram o candidato da direita revanchista e fascizante apoiado pelo Governo e pelos partidos da direita.

O PCP luta por uma viragem democrática na vida nacional que ponha termo à criminosa ofensiva contra as conquistas da Revolução de Abril e o agravamento dos problemas económicos, financeiros e sociais do País.

Para os comunistas portugueses o reforço e o desenvolvimento do movimento popular de massas é condição absolutamente indispensável para a alternativa democrática ao actual governo minoritário do PSD cuja política no essencial visa a restauração do poder dos monopólios e submeter Portugal ao imperialismo.

A recente integração de Portu-

gal na CEE integra-se nesse objectivo mais geral.

O PCP lutando em defesa dos interesses nacionais e da democracia portuguesa denuncia o carácter desastroso para a economia nacional dessa integração e aponta a necessidade de no plano imediato renegociar a adesão e mais tarde a saída da CEE.

Apesar das difíceis e complexas batalhas que se perfilam no horizonte político português, o PCP confia na luta da classe operária e das massas populares e actuará com determinação em defesa do regime democrático saído da Revolução de Abril e de todas as suas conquistas.

Queridos Camaradas

Fazendo votos para que os trabalhos do 8.º Congresso do PCA decorram com êxito manifestamos a nossa vontade de continuar a agir para que entre os nossos dois partidos se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação na base dos princípios do marxismo-leninismo, e do internacionalismo proletário.

Viva o 8.º Congresso do Partido Comunista Alemão!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Alemão!

Viva o Internacionalismo Proletário!

A convite do Comité Central do Partido Comunista Alemão, deslocou-se a Hamburgo, na RFA, para participar no 8.º Congresso do PCA, que decorreu de 1 a 5 de Maio, o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português.

Síria, assim como medidas de outro tipo contra a Líbia inserem-se na política mais global do imperialismo de pôr em causa a paz mundial e são a afirmação da política de confronto, extraordinariamente perigosa para a paz mundial.

Em evidente contraste com a política belicista da Administração dos EUA os países socialistas orientam a sua política no sentido do desanuviamento, da paz e da coexistência pacífica.

movimento comunista internacional a busca de caminhos e vias com vistas a reforçar a sua unidade e coesão. O PCP considera que essa coesão corresponde às necessidades prementes da luta revolucionária e influenciará positivamente o reforço da solidariedade e cooperação entre as forças anti-imperialistas e amantes da paz à escala mundial.

Queridos Camaradas
Participando activamente, em

Acto de hostilidade

A SIP do PCP divulgou no princípio desta semana a seguinte Nota:

1. A decisão do Governo PSD de determinar a expulsão de vários elementos da representação diplomática da Líbia em Portugal constitui um injustificado acto de hostilidade para com aquele país e surge manifestamente inspirado por pressões do imperialismo norte-americano em tudo contrárias ao interesse nacional.

2. É por demais significativo o facto de, no mesmo dia em que foi revelada aquela decisão governamental, o ministro dos Negócios Estrangeiros, em entrevista dada a um semanário de extrema-direita, inquirido sobre as provas de um alegado envolvimento líbio em atentados terroristas, tenha reconhecido que «Portugal não as tem» embora lhe pareça que «há países que têm essas provas».

3. Trata-se de uma escandalosa confissão de que o Governo português adopta uma medida de considerável gravidade no plano das suas relações bilaterais com outro país, não em função de elementos sólidos e credíveis de informação e análise autónoma, mas em função da atitude de outros países, em relação aos quais também não tem, aliás, a certeza de que tenham tais provas.

4. Finalmente, importa acentuar que para justificar este

acto de hostilidade contra a Líbia, não pode o Governo alegar a circunstância de decisões similares terem sido assumidas pelos países da CEE.

Com efeito, nada no Tratado de Roma obriga a qualquer coordenação entre os países mem-

bro da CEE quanto à política externa e, em qualquer caso, é absolutamente inadmissível que o Governo português sacrifique declaradamente a capacidade e o direito de Portugal definir soberanamente a sua política externa.



Encontro PCP/PCF

No dia 3 de Maio, realizou-se em Lisboa, no Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro em que participaram Maxime Gremetz, membro do Bureau Político e secretário do Comité Central do Partido Comunista Francês, e Claude Dericke, membro da Secção de Política Exterior do PCF, e Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP e Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional.

Durante o encontro procedeu-se a uma ampla troca de informações e opiniões acerca da situação nos respectivos países, a actividade dos dois partidos e outras questões de interesse comum.

O encontro decorreu em ambiente de amizade e solidariedade recíproca. Foi acordado desenvolver a cooperação entre os dois partidos.

«Quando, em 22 de Junho de 1941, num pérfido ataque de surpresa e mobilizando todos os recursos acumulados durante anos com fins agressivos, os exércitos hitlerianos invadiram a URSS e alcançaram grandes êxitos territoriais, só os comunistas de todo o mundo mantiveram a fé inabalável na vitória. Logo em 3 de Julho de 1941, o camarada Estaline afirmou com serenidade e segurança: «o exército fascista alemão de Hitler pode ser esmagado e será esmagado».

«Em fins de 1942, a sorte da guerra deu a volta decisiva na imorredoura vitória de Estalinegrado. De então para cá nunca mais os fascistas reganharam a iniciativa. Ofensiva atrás de ofensiva, a URSS foi libertada, exércitos hitlerianos foram derrotados, os aliados da Alemanha postos um a um fora de combate. E, menos de quatro anos passados sobre a invasão da URSS, em Berlim ouvem-se já os canhões soviéticos vingadores que se aproximam (...).»

(«Para Berlim!» — «Avante!», VI série, n.º 71, 1.ª quinzena de Fevereiro de 1945)

Avante!

(...) O dia da tomada de Berlim deve ser uma jornada de luta antifascista. Berlim poderá ser tomada dentro de poucas semanas ou de poucos meses. Mas, desde já, o povo português se deve preparar para fazer um grande protesto, em massa, contra o governo fascista de Salazar, e grandes manifestações de apoio e saudação às Nações Unidas.

«Que, quando Berlim cair sob as armas dos exércitos de libertação, paralise o trabalho em toda a parte.»

(«Quando a Bandeira da Vitória For içada em Berlim...» — «Avante!», VI série, n.º 74, 1.ª quinzena de Abril de 1945)

Avante!

(...) A derrota da Alemanha hitleriana, o suicídio (?) de Hitler, o fuzilamento de Mussolini e dos seus ministros fascistas, o triunfo de regimes democráticos por toda a Europa, estão causando calafrios ao hitleriano Salazar e à sua camarilha fascista. Mas Salazar e a sua camarilha não desarmam. O nazi Salazar tem ainda a coragem de mandar pôr as bandeiras a meia haste e içar estandartes nazis, por morte do monstruoso assassino Hitler. Fiel aos seus mestres Hitler e Mussolini, Salazar quer permanecer no poder até ao fim. Salazar, ombro a ombro com o nazi Franco, procura que o fascismo derrotado nos campos de batalha da Europa subsista na Península Ibérica. Tendo conduzido Portugal à expulsão da comunidade das nações, os fascistas salazaristas, continuando a sua obra de traição, procuram cada vez mais fazer ombro a ombro com o fascismo espanhol (...).

(«A Alemanha Derrotada» — «Avante!», VI série, n.º 76, 1.ª quinzena de Maio de 1945)

Avante!

«No passado dia 9 de Maio, os povos de todo o mundo festejaram o 10.º aniversário da terminação da 2.ª Guerra Mundial.

«Passados dez anos, os povos de todo o mundo verificam que se avolumam os perigos de guerra preparada pelos círculos agressivos dos Estados Unidos, os quais romperam os acordos e compromissos assinados na base da carta da ONU e quando da terminação da guerra.

«(...) A seu lado, os americanos têm o fascismo salazarista, os mesmos traidores nacionais que sempre apoiaram os hitlerianos e o fascismo espanhol.

«(...) A URSS e os povos do campo da Democracia e do Socialismo insistem e dão provas concretas a favor da paz e da diminuição da tensão internacional (...).»

(«O 10.º Aniversário da Terminação da Guerra Avante Contra a Guerra Atómica» — «Avante!», VI série, n.º 199, Maio de 1955)

à VENDA

FICHA TÉCNICA
DIRECTOR: PAULO AREIAS
Colaboradores: José Amaro, Francisco Pereira, Paulo Cardoso, João Pinheiro, Francisco Pinto, Jorge Simões, Carlos José, Diogo José, Paulo José, António Sérgio, Jorge Alves, Rogério, Francisco Manuel, Paulo

COORDENAÇÃO E REDACÇÃO: SEMA PORTUGALIA
NÚMERO ESPECIAL
PREÇO: 2000

juventude

VIVA O 1.º DE MAIO

PAZ! LUTEMOS POR ELA

RESUMO:
AIP / DEPRESSA QUE SE FAZ TARDE!
ACTIVIDADES DA JEP
AGRESSÃO À LÍBIA
MUNDIAL MEXICO 86

MUNDIAL DE FUTEBOL 86

Em Foco

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 645

8 de Maio de 1986

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Da vida nova, importância e alcance das transformações históricas que acompanharam a Reforma Agrária em todas as áreas da vida no Alentejo e Ribatejo já alguma coisa, embora insuficiente, se disse.

Da luta heróica do proletariado rural pela defesa e prosseguimento desta conquista que abalou decisivamente as estruturas económicas e sociais da região, do seu esforço permanente para aumentar a produção, introduzir novas culturas e técnicas, melhorar a gestão e organização das suas UCPS/Cooperativas, em suma, modernizar e promover o desenvolvimento da agricultura nos campos do Sul, alguma coisa tem chegado à opinião pública, pese embora a cortina de silêncio imposta pela maioria dos meios de comunicação social.

Da sistemática política de saque e destruição executada anos a fio por governos de direita apostados exclusivamente em reconstituir o latifúndio e liquidar a Reforma



falam em cortar finalmente as amarras do subdesenvolvimento e do atraso, este mesmo Executivo aplica meticulosamente um plano orientado para a asfixia e estrangulamento da pequena e média lavoura, uma política agrícola que no que diz respeito aos campos do Sul se traduz no roubo de terras que estão a produzir para as entregar a agrários que as deixam abandonadas, uma política que despreza decisões do poder judicial, está fortemente comprometida com actos de corrupção e compadrio e, para cúmulo — sabe-se lá à conta de que interesses — permite pura e simplesmente que autênticos crimes de sabotagem como sejam o arranque de oliveiras e sobreiros continuem a ser praticados sob a mais total impunidade.

Vejamos com algum pormenor o que se passa acompanhando uma breve reportagem por terras de Montemor-o-Novo, onde se fala do arranque de cerca de 35 hectares de olival que levou mais de cem anos a fazer-se, do arranque de centenas de sobreiros com outros

ONDE A TERRA JÁ FOI PÃO

Agrária, também alguns dados, poucos, são do domínio público. Mas o que provavelmente estará longe do conhecimento do povo português é que no preciso momento em que os governantes sob o pretexto da adesão à CEE

tantos anos em cima, de terras que já foram de pão mas onde hoje o mato atinge a altura de um homem e de outras pequenas histórias com que se tem vindo a tecer a recuperação capitalista e latifundista nesta região alentejana.



Em terra de agrário tudo é permitido?

■ João Chasqueira

Estamos no lugar do Ferro da Agulha, freguesia de N.ª Senhora do Bispo, concelho de Montemor-o-Novo, pequena localidade onde habita pouco mais de uma centena de pessoas. Um lavadouro público e um parque infantil recentemente inaugurados e um centro cultural em fase de acabamento — tudo obras da responsabilidade da Junta de Freguesia e da Câmara APU — situados no pequeno largo de terra batida onde nos encontramos, constituem sinais visíveis da vida nova que ali floresceu a exemplo do que se passou por todo o Alentejo, na sequência do 25 de Abril e, posteriormente, com o início da Reforma Agrária.





Só no distrito de Évora contam-se por mais de 200 as herdades abandonadas e subaproveitadas, das quais 95 possuem barragens e charcos. Na foto, a barragem da propriedade «Batepé Novo», situada na zona de S. Geraldo, freguesia de N. Senhora do Bispo, concelho de Montemor-o-Novo, abandonada há vários anos, com água que daria para regar 30 hectares de terra.

«Isto no princípio era uma alegria. As pessoas tinham outro modo de viver, melhor alimentação, melhor vida. Havia trabalho e salário certo com o qual era possível uma vida mais desafogada». As palavras são da Engrácia Maria Pinto, da UCP «José Adelino dos Santos», tal como as suas companheiras a viver o pesadelo do desemprego. «No princípio — recorda ainda — todas as pessoas tinham o seu bocadito de horta nas terras da Cooperativa com o qual garantiam para todo o ano as batatas, as hortaliças, o feijão, etc.».

Um roubo e uma injustiça

Na freguesia existem quatro UCPs/Cooperativas — a «Germano Vidigal», a «25 de Abril», a «Andrade e Silva» e a «José Adelino dos Santos» —, todas elas hoje esbulhadas das melhores terras de tal modo que, números redondos, a área total ocupada actualmente rondará um terço da inicialmente na posse dos trabalhadores, proporção idêntica à do número de cooperantes, agora por volta dos cem quando já foram mais de três centenas e meia.

Rumar para outras regiões retomando uma corrente migratória que se julgava há uma década atrás definitivamente encerrada, reiniciar a vida

noutros sectores de actividade longe da casa e dos seus, ou ficar no desemprego sem alternativas, tais foram as opções que se colocaram aos que se viram na contingência de abandonar as suas cooperativas por força da fúria destruidora de sucessivos governos de direita (recorde-se que nos últimos nove anos, de acordo com o balanço da 9.ª Conferência da Reforma Agrária, foram roubadas às UCPs/Cooperativas 700 mil hectares das melhores terras, destruídas 220 UCPs e 52 mil postos de trabalho, saqueadas 244 mil cabeças de gado, 12200 máquinas e alfaias e centenas de instalações).

«Já que tiram as terras, embora seja um roubo e uma injustiça, ao menos que nos dessem trabalho», diz a Rosa Santos, reclamação corroborada pelas companheiras presentes.

«Pois é, só que eles não trabalham nem deixam trabalhar. A maior parte das terras estão subaproveitadas. Metem um ganadeiro e um tractorista, semeiam forragem para o gado e pronto», esclarece

Maria Rosa Marmeleiro, da «25 de Abril», com trabalho apenas no período do regadio, no Verão, e por altura da apanha da azeitona.

Basta fazer as contas

As críticas e queixas vão subindo de tom e todas as tentativas para ir directamente à questão do olival ficaram suspensas por um «já lá iremos» que, agora, antes disso, «ainda há muitas outras coisas para denunciar». Com efeito era quase impossível abordar o assunto sem ouvir as reclamações e lamentos de quem se viu desapossado das terras que garantiam o pão, momento a partir do qual «começaram a aparecer dificuldades de toda a ordem».

«Basta fazer contas, não é? Ora diga lá como é que se pode aguentar uma casa com seis pessoas a receber apenas um subsídio de desemprego de 12 mil escudos?» interrogava-nos a Maria Alexandra que naturalmente ficou sem resposta pela razão simples de que era também isso o que nós pretendíamos saber.

«E já viu a vida desta criança (estava ao colo da avó) com o pai e a mãe no desemprego!» As afirmações saltam apaixonadas, rápidas, quase ao mesmo tempo, de todo o lado.

«Nalgum lado tem de faltar. Quando não é na farmácia é no leite e às vezes é nos dois sítios».

«Como é que eu posso viver com o meu marido também no desemprego e com dois filhos? O que ainda vale é o subsídio mas também está quase a acabar. E depois?»

Nas interrogações, nos rostos, nos gestos, estão vivas a mágoa e uma profunda revolta por tanta injustiça e arbitrio. Injustiça cujas origens radicam numa política que, por exemplo, chega ao ponto de fazer orelhas moucas às decisões dos tribunais (ver caixa) como acontece com dois acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo datados de 1985 (dos 326 já proferidos) que mandam devolver naquela freguesia as herdades de Beneficim à UCP «José Adelino dos Santos» e a Vidigal à UCP «25 de Abril» mas que, até ao momento, continuam a aguardar cumprimento por parte do Ministério da Agricultura.

tempo antigo

Nem todas as mulheres estão ligadas às cooperativas mas num aspecto a sua situação é idêntica: o desemprego, flagelo que no caso das mulhe-

res da Reforma Agrária tem obviamente a ver com o facto das UCPs, desapossadas de grande parte das melhores terras, enfrentarem problemas de viabilização que obrigam a dispensar pessoal.

«Está-se a voltar ao tempo antigo. As pessoas voltam a servir, a ser criadas. É o que eles querem...» diz a Jordelina Engrácia que nunca chegou a entrar para nenhuma unidade de produção porque, tal como a Rosa Santos, trabalhava numa fábrica de carnes na vila de Montemor-o-Novo, isto até ao dia em que o pa-



Alertados pelo Sindicato Agrícola de Évora para o crime que constitui o arranque de centenas de oliveiras e sobreiros que levaram dezenas de anos a fazer-se, os Serviços Regionais do MAP do Governo Cavaco Silva ainda nada disseram até ao momento. É esta a verdadeira face de um Governo que nos quer impingir a imagem da «eficácia».



trão pegou nas malas e arrancou para o estrangeiro deixando atrás de si uma catrefa de desempregados e uma dívida de cerca de oitenta contos a cada um.

Os exemplos deste espírito e capacidade empresarial quer na indústria quer na agricultura poderiam aliás multiplicar-se. Registe-se mais um: «Olhe, ali, está a ver, aquela é a propriedade da Infanta. Foi tirada à nossa cooperativa vai para sete anos e desde então nada lá foi feito até há coisa de três semanas, altura em que meteram três mulheres. Mas sabe para quê? Para fazer um pequeno jardim à volta de casa. Até parece que estão a gozar com a gente. Em vez de porém a terra a dar pão põem-na a dar flores».

Era chegada a hora de falar e ver

o olival. A imagem que temos pela frente fala por si. Faz «cortar o coração», como ouvimos. São centenas de boas oliveiras, na sua esmagadora maioria árvores com muitas dezenas de anos, a serem arrancadas por poderosas máquinas numa extensão que ronda os 35 hectares.

Lucro rápido

Situados na herdade de «Carregais» e «Atalhos» e na «Nabais» estes dois olivais foram recentemente adquiridos por um negociante de gado de nome Carlos Silva, aliás a única coisa que dele se conhece na região. Segundo nos disseram poderiam ocupar 30 mulheres e dez homens durante três meses por ano (não incluindo o trabalho de limpeza das árvores) e dar qualquer coisa como cerca de 90 toneladas de azeitona o que

DEVOLUÇÕES

Prazo de 90 dias prescrito pelo STA

Ilegalmente entregues em 15 de Julho de 1980 às agrárias Maria Guiomar e Maria da Conceição Cortes de Moura foram agora devolvidas aos trabalhadores, juntamente com máquinas e gado, as herdades Freixial, Alcobaça, Pereiras e Alcalde. A decisão do Supremo Tribunal Administrativo obriga o Ministério da Agricultura e Pescas a devolver aquelas propriedades no prazo de 90 dias às UCPs 15 de Outubro, de Estremoz, e Albufeira do Monte Branco, de Terrugem, Elvas.

O STA estabeleceu aquele prazo de 90 dias porque, segundo o Secretariado das UCPs/Cooperativas do Distrito de Évora, o Ministério PSD de Álvaro Barreto insiste em desobedecer às decisões dos tribunais, recusando-se «sistematicamente a devolver a terra, gado e máquinas às UCPs/Cooperativas ilegalmente desapossadas».

O Secretariado, ao acusar o Ministério de «torner a aplicação dos acórdãos», usando de «má-fé», assinala que o Supremo Tribunal Administrativo já emitiu «mais de 326 desses acórdãos dando razão aos recursos interpostos pelos trabalhadores».

Decisão única

O prazo de 90 dias agora atribuído para a concretização daquelas devoluções é uma «decisão única» do STA, sublinha o Secretariado de Évora, que acusa mais uma vez o Ministério PSD e o Governo de se oporem às decisões dos tribunais.

Num comunicado emitido em Évora no dia 30, o Secretariado das UCPs/Cooperativas recorda que o prazo de 90 dias agora fixado pelo Tribunal vem no seguimento de um primeiro acórdão proferido pelo STA em 8 de Março de 1984 e ao qual o Ministério «se vinha a furtrar, com argumentos e expedientes diversos», como aliás tem feito relativamente «aos mais de 326 acórdãos existentes». ■

AGRICULTURA

O Governo não se importa com o que se importa

guia durante a breve visita ao concelho.

Com efeito, enquanto o olival requer uma prestação de serviços que se prendem com a manutenção e com a apanha da azeitona, a solução de apenas «meter» gado elimina quaisquer dores de cabeça, reduz despesas e, porventura, permite obter lucro rápido.

Empenhar o futuro

O caso dos sobreiros situados na herdade dos **Morganhos**, freguesia de S. Cristóvão, constitui outro caso exemplar da lógica que preside à actividade dos agrários e de certos empresários e negociantes, clientela eleitoral do actual Executivo que este, pese embora as declarações viradas para o desenvolvimento e para a eficácia, continua descarada e habilmente a servir.

Tirada à Cooperativa Pedro Soares em 1981 para ser entregue a Carlos Manuel Ferreira Miranda, esta propriedade de 555 hectares constituída esmagadoramente por montado de sobre está a ser dizimada pelas motosserras.

Como nos dizia Custódio Ramalho um desbaste incide sobre as árvores mais velhas e, por exemplo, onde há cem árvores tiram-se 20. «Aqui é ao contrário: em cada cem tiram 80, derrubam as novas e deixam ficar as velhas».

Razões? Se no caso das oliveiras o objectivo do lucro tem um horizonte mais vasto neste caso está-se em presença de um acto de sabotagem puro e simples na mira de um lucro imediato daqueles que, obviamente, empenham o futuro.

Tirada que foi há dois anos a cortiça (o que significa que teria de aguardar mais sete anos até nova tiragem), o agrário não esteve com meias medidas e vai de levar tudo a eito numa operação que lhe renderá já o valor da madeira (lenha) e da camada de cortiça branca. Ou seja, o agrário prefere dar cabo das árvores e receber apenas um décimo do futuro valor da cortiça, mas agora, a ter de aguardar sete anos pelo rendimento do sobreiro.

Em face desta política que permite por exemplo só no distrito de Évora a existência de 200 herdades abandonadas e subaproveitadas e de 95 barragens e charcos não são de estranhar, pois, os sete mil desempregados dos quais 80 por cento são mulheres e o agravamento constante dos problemas de natureza social em toda a região.

Pese embora as declarações em contrário, sustidas por uma fabulosa máquina de propaganda, esta é que é a verdadeira imagem da acção governativa de Cavaco Silva. Um Governo que agrava o desemprego, permite os salários em atraso, tenta impor tectos salariais, estipula pensões de miséria, procura restringir os direitos e liberdades dos cidadãos.

Um Governo que se afirma seguro mas que neste 1.º de Maio teve oportunidade de conhecer qual a opinião dos trabalhadores a seu respeito ■

Porque dizer a verdade, com conhecimento de causa, incomoda, é que a intervenção do deputado comunista Rogério de Brito, no período de antes da Ordem do Dia, na sessão plenária da passada sexta-feira causou engulhos ao deputado do PSD, Vasco Miguel, e não só. Em foco as importações agrícolas deste Governo. Os números são elucidativos da política que se pretende neste sector. Damos a palavra a Rogério de Brito:

Num país como o nosso, em que o peso das importações agrícolas já atingiu os cerca dos 60 a 70% do PAB, representando mais de 25% do défice da nossa Balança Comercial; em que as nossas exportações agrícolas pecuárias e silvícolas não cobrem sequer 50% do total das importações do sector, é inconcebível que o Governo enverede por uma política de importações de produtos agrícolas em que somos auto-suficientes ou francamente excedentários!

Vem esta questão a propósito da abertura de inscrições para a distribuição pelos agentes importadores de contingentes fixados para o período de 1 de Março a 30 de Junho (ou seja para os próximos quatro meses) relativos a produtos como — vinhos, hortícolas, frutas e carnes.

Vinho e hortícolas

Mas vejamos as coisas no concreto:

— para o referido período, o Governo autoriza a importação de 50 mil hl de vinho. Tal volume de importação, mesmo que fosse para todo o ano, mais que quadruplica o volume de importação máxima atingido em 1977 (14 mil hl), para não

falarmos em anos como 1978 e 1982 em que as importações se ficaram pelos 360 a 780 hl;

— no que respeita aos hortícolas, disponíveis ao longo de todo o ano e proporcionando um volume de produção que excede em cerca de 40% as necessidades internas correspondentes a uma das mais elevadas capitações da Europa, o volume médio anual de importações (excluindo o feijão verde, o tomate, o pimento, o alho e a cebola) situa-se, desde 1975, entre 15 a 20 toneladas. Agora, o Governo autoriza a importação, só de couve-flor, de 278 toneladas.

Tomate, batata e fruta

Em relação ao tomate, desde 1975 que a média anual de importações se situava na casa das 5 toneladas, sendo de salientar que desde 1976, com excepção de 1979 em que se importaram 10 toneladas, os volumes de importação anual foram nulos ou insignificantes. Pois bem, o Governo autoriza agora a importação de 3751 toneladas, e só para os próximos quatro meses!

Em relação à batata é outro escândalo! Importa-se batata quando os produtores reclamam o escoamento da produção nacional. Importa-se batata a 18\$50/kg e não se escoam a batata dos nossos agricultores, a quem nem sequer se querem pagar 12\$00/kg.

Em relação às frutas, e no caso concreto das maçãs, peras e pêssegos, desde 1974 que os volumes de importação anual eram nulos ou insignificantes. Agora o Governo autoriza a importação, só para os próximos quatro meses, de 5451 toneladas.

Mas o leite não baixa

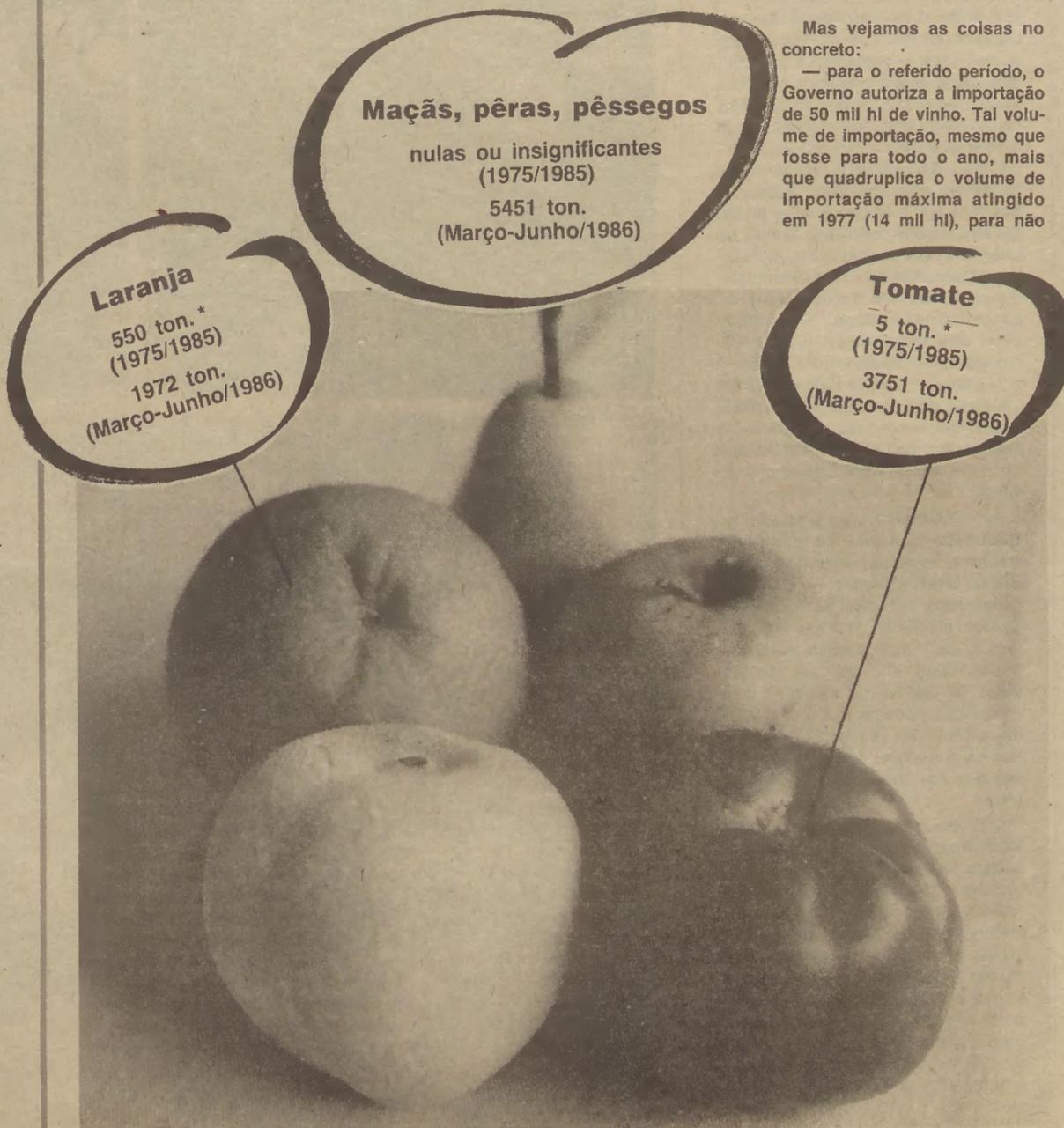
Quanto à laranja, contra uma importação média anual inferior a 550 toneladas, o Governo autoriza para os próximos 4 meses a importação de 1972 toneladas, que serão introduzidas no mercado num período em que a produção interna continua a satisfazer o regular abastecimento.

Não resisto a recordar neste momento a afirmação do sr. Primeiro-Ministro perante o País, de que o Governo não poderia baixar o preço do leite em 4\$00/l, dada a redução dos impostos sobre a gasolina imposta por esta Assembleia; é que, srs. Deputados, apetece perguntar para quantos milhões de litros de leite davam estas importações desnecessárias?!

Importações para Março-Junho/86

Ano	Quantidade
Vinho	
1977	14 000 hl.
1978	360 hl.
1982	780 hl.
1986 (Março/Junho)	50 000 hl.
Legumes	
1975/1985	15/20 ton. *
1986 (Março/Junho)	278 ton. (só couve-flor)

* (Excluindo o feijão verde, o tomate, o pimento, o alho e a cebola)



* Média anual de importações

XI Congresso do PSUA

Da nossa enviada especial
Ivone Dias Lourenço



Antes de tentar trocar por (alguns) miúdos o que é o socialismo na RDA e para cada cidadão da RDA com recurso exclusivo à observação directa e à conversa com dezenas de berlinenses, embora em oito escassos dias — antes disso, vale talvez a pena voltar um pouco atrás e relacioná-lo com o Plano Quinquenal e restantes propostas aprovados no XI Congresso do PSUA, referente par algumas das questões adiante levantadas.

No seu todo, o Congresso é a sistematização crítica do passado e do presente para partir para o novo, com recurso a conceitos em matéria de economia que muitas vezes não sabemos «traduzir», e a palavras que vivem quase só no ecrã do nosso televisor quando se fala das «exigências da integração na CEE» ou dos prodigiosos satélites (da NASA...) que passeiam pelo espaço. Palavras com sabor a catástrofe: para a maioria de nós fica a pergunta «mas onde é que eu vou caber?» e mesmo «será que nisto vão caber os meus filhos?».

Para o povo alemão é a grande tranquilidade! De facto, **desafio**. A

do trabalho, do qual depende que a nossa economia corresponda às necessidades do Homem, às exigências do desenvolvimento nacional, à capacidade de a nossa economia poder afirmar-se no mundo. Deste modo, criam-se também novos pressupostos para modificar a posição dos trabalhadores face ao processo produtivo, para lhes conferir tarefas criadoras mais interessantes, para melhorar cada vez mais as suas condições de trabalho — tal como compete a uma empresa socialista.»

Referência ainda à nova fase da interligação orgânica entre a ciência e a produção, cujo centro é formado pelos complexos industriais, e a cooperação destes, nesta tarefa, com as instituições científicas e o sistema de ensino, «principal fonte do potencial intelectual do país».

2.º — Acelerar o aumento da produtividade do trabalho. O grande número de complexos industriais onde a taxa anual de crescimento atingiu e ultrapassou 10%, permite fixar nessa percentagem o aumento da produtividade geral para o próximo quinquénio. Como sempre, com menor dispêndio de trabalho vivo, mais produtos de melhor qualidade e menos gastos.

3.º — Garantir o crescimento da produção com um menor gasto específico em matérias-primas e materiais, e bem como em fontes de energia. Trata-se, em suma, de acelerar o crescimento do rendimento nacional, reduzindo a quota-parte do consumo na produção. Recorrendo ainda uma vez a novas soluções tecnológicas, recuperando subprodutos e produtos residuais, sobretudo dando um maior grau de tratamento às matérias-primas: «com cada quilograma de material tem que se obter um resultado cada vez maior. Este é o princípio».

4.º — Alcançar uma produção de qualidade contínua na economia nacional que corresponda a padrões Internacionais — qualidade determinada pelo nível técnico-científico dos produtos, pelo seu valor de uso, o seu funcionamento adequado, o seu «design». E isto, quer tais produtos se destinem a suprir as crescentes necessidades internas, quer os da exportação. Especial promoção merece «qualquer iniciativa de massas que vise uma produção isenta de erros».

O 5.º ponto refere-se à necessidade de **incrementar a racionalização socialista** (mais uma vez a computarização, «que leva à multiplicação da produtividade do trabalho de centenas de milhares de trabalhadores») e o 6.º a de **elegar a eficiência do trabalho**, mormente pela melhor utilização dos fundos fixos, generalizando o trabalho por turnos. O 7.º refere-se ainda aos fundos fixos: trata-se de **canalizar para a sua modernização a parte essencial dos investimentos**, utilizando os edifícios existentes.

8.º — Desenvolver de forma cada vez mais dinâmica a produção de

O que é planificar hoje no socialismo avançado?

bens de consumo. A produção de bens de consumo com alta qualidade e em quantidade suficiente tem que ser cada vez mais vector de toda a economia nacional da RDA. Os complexos industriais são chamados a tomar a responsabilidade principal que lhes cabe nesta directiva.

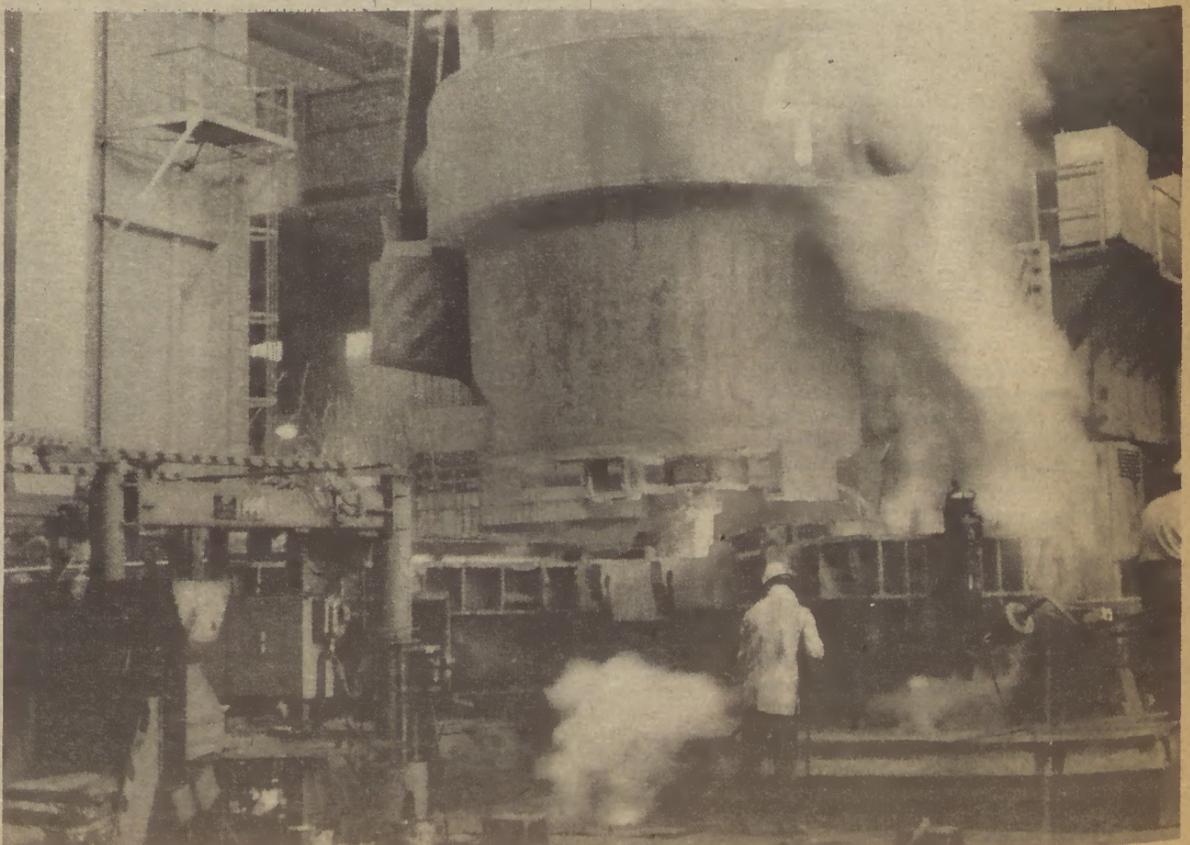
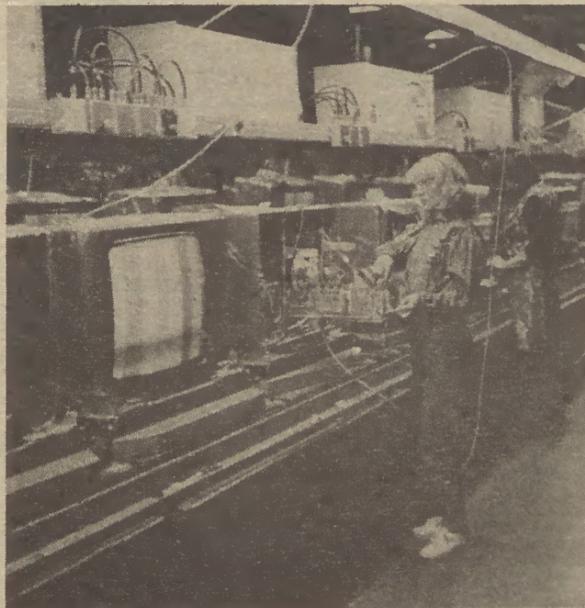
9.º — Aumentar de forma contínua e dinâmica os rendimentos, por forma a permitir o melhoramento do nível de vida material e cultural de todo o povo. Relevo é dado também ao desenvolvimento do sistema de ensino ou à organização dos tempos livres. Porque *uma economia cuja força assenta em medida crescente na ca-*

pacidade dos Homens para dominarem tecnologias sofisticadas, só prosperará se toda a vida social se desenvolver num ambiente geral de criatividade.

Se foi possível chegar ao fim deste «resumo do resumo», que não é rigoroso, mas é com certeza chato, aproveitemos para sublinhar que nada disto é «de papel»: os alemães da RDA, no Congresso ou na rua, discutem-no com grande soma de pormenores. E mais: lançam-se a levá-lo à prática, como se tem provado com o cumprimento de anteriores planos quinquenais e, nos últimos meses, com o movimento de emulação socialista que permitiu ultrapassar largamente os objectivos e metas de há cinco anos — ou iniciar, muito antes da data fixada, este novo quinquenato...

Um número, como exemplo: cerca de 40% do aumento do rendimento nacional resultou da diminuição dos gastos de produção. Assim afirmam eles e provam que *a introdução das modernas tecnologias não passa ao lado do Homem trabalhador, mas sim em harmonia com ele.*

Por isso, com coragem e tranquilidade, inscrevem como metas aumentar em cinco anos o rendimento nacio-



possibilidade e a alegria de abrir novos caminhos. Feito por todos e para todos. Porque, por mais exaustiva — e aparentemente árida — que seja a referência à produção e aplicação de novas tecnologias, à ligação imprescindível entre a produção e a ciência, **tudo tem pessoas dentro.**

Como ponto de partida tentemos «resumir» o resumo que Erick Honecker apresenta, páginas tantas, no próprio relatório do CC, da **estratégia económica do Partido com vista ao ano 2000.**

Tal estratégia tem por objectivos

1.º — Interligar ainda mais eficazmente as vantagens do socialismo com as conquistas da revolução técnico-científica (...)

Neste 1.º ponto, que é um ponto-chave, faz-se longa referência no resumo ao facto de que «a potencialidade de uma economia nacional é cada vez mais determinada pela microelectrónica, a moderna tecnologia de cálculos e de projectos, de construção e de comando da produção»; ainda o facto de que, em estreita interacção com estes factores, se propagam outras tecnologias-chave: sistemas flexíveis de fabrico automático, novos processos de tratamento e novos materiais, a biotecnologia, a energia nuclear, a tecnologia laser. «São enormes desafios — acrescenta-se —, mas ao mesmo tempo oportunidades para renovar rapidamente a produção, aumentar a sua qualidade, reduzir custos em medida nunca antes possível. É neste campo que se decide o ritmo de crescimento da produtividade

«Também no socialismo os casamentos não se fazem no céu, mas sim na terra»

O amor

Eles não queriam que isto fosse uma entrevista — e não foi! A certa altura, Portugal e a RDA cruzavam-se de tal maneira sobre o vinho, os queijos e a carne assada postos sobre a mesa, o nosso maravilhoso-mar e o nosso maravilhoso-sol que lhes apetecia e o socialismo tão avançado que a gente muito invejava vinham a propósito de tudo. Enfim, era tudo muito confortável e amigável mas mais parecia um daqueles debates de certos políticos na TV, quando cada resposta nada tem a ver com cada pergunta... Dessa conversa ora «exaltada» ora «fiada», respiga-se o possível. E o essencial, como verão, acaba por dizer respeito... ao Amor!

Eram cinco alemãs em três casais — a Barbara e o Michael, a Sabine e o seu companheiro (que tinha um nome muito arrevezado), e a Irene — reunidos graças à preciosa «ponte» que foram os nossos camaradas portugueses que trabalham ou estudam em Berlim.

Todos muito jovens. Elas, falando português ou espanhol — o que evidentemente fez parecer os seus companheiros muito sossegados...

Estranhos casais, diríamos nós. Qualquer delas trabalha em sectores da Informação, a Barbara e a Sabine licenciadas em Línguas estrangeiras, e a Irene, além disso, socióloga.

O Michael é marceneiro: — Ainda fiz um ano para estomatologista. Mas vi que não dava, não atingiria nunca os níveis de qualificação exigidos. Gostava já desta profissão que agora tenho, desde o 7.º ano do ensino básico que a gente faz práticas em vários tipos de empresas, mas a opção às vezes só mais tarde se torna clara... O Centro de Orientação Profissional confirmou a «vocação», fiz o meu curso técnico de dois

anos, e hoje acho que sou um bom profissional num complexo de fabricação de mobílias.

O companheiro de Sabine é camionista. Muito bem pago porque esta é uma das profissões mais duras.

Dos cinco, todos foram ou são ainda da FDJ, mas só um é membro do PSUA, e compreende-se que naquele momento, Congresso a decorrer, não houvesse mais comunistas presentes: lá como cá, o Congresso faz-se de delegados mas também de milhares de outros camaradas, mobilizados para milhares de tarefas. Nos tempos livres. Porque nem escolas, nem empresas, nem lojas fecharam...

Casar ou não casar será questão?

Das coisas lidas, das conversas tidas antes com outros alemães e da preciosa «fonte», que não só «ponte», que foram os portugueses, tinham nascido inúmeras perguntas das que normalmente não têm respostas nos livros. E uma delas, face à informação segundo a qual se generaliza entre os jovens o casamento não formalizado, «porque não se casam?».

Afinal, um daqueles casais «casara-se» com papéis e tudo; um outro não (sendo que qualquer deles considerava neste momento a sua relação sólida). E à pergunta «porquê?» respondem Sabine e Barbara, protagonistas de diferentes situações, da mesma maneira:

— Porque é a maneira mais normal de construir uma ligação!

E aí vem à conversa a questão dos incentivos aos jovens casais: antes, 5 mil marcos de crédito «para montar casa», a partir deste mês 7 mil. Por exemplo.

(Convém notar que, ao contrário do que acontece com outros países socialistas, a conversão que possamos fazer da moeda da RDA, traduzindo salários, preços ou subsídios, dá uma ideia muito exacta das coincidências e diferenças, neste caso, entre os nossos dois países. Um marco RFA corresponde exactamente a um marco RDA — isto é, mais ou menos 65\$00. Se um aprendiz numa fábrica ganha 800 marcos, um marceneiro 1500 e um camionista 2000, significa isto que ganham 51500\$00, 98500\$00 ou 130000\$00. Uma refeição na cantina da empresa custa 1 a 2 marcos e um pouco menos na escola, um disco 12 marcos, 1 livro (em média) de 2,5 a 6 marcos. Os géneros comprados nos supermercados são muito baratos (a carne, por exemplo, entre 1/3 e 1/4 do preço em Portugal) — pelo que é altamente vantajoso ir de Berlim-Oeste abastecer-se na mercearia ou no talho de Berlim-Leste... Se se for ao restaurante pagar-se-á por uma boa refeição 10 ou 15 marcos — mas quem não pode de vez em quando?)

Os nossos jovens interlocutores não consideram porém «decisivo» o crédito aos jovens casais: no 11.º e no 12.º anos, quer estudem para ingres-

sar na universidade quer façam um curso técnico (que é de 2 ou 3 anos), começam a receber «um pequeno subsídio» de 200 marcos. E no fim dessa etapa, uns e outros têm um salário que ronda os 800 marcos e — esta, sim, «questão essencial» dizem eles (e a gente acredita...) — direito a casa própria (se estudam, com mais um ou dois estudantes), para o que os jovens têm prioridade.

A conquista da independência

Isto significa que aos 15 ou 16 anos um jovem pode sair de casa dos pais, ter a sua própria casa, e um salário ou subsídio de estudante que dá perfeitamente para viver. Paga pela casa, água, gás e etc. de 30 a 40 marcos, uma ninharia por transportes, não gasta um tostão com saúde ou ensino, e (enquanto não cresce muito...) tem roupas mais baratas porque são subsidiadas pelo Estado...

Com tal base de vida, educação sexual desde os primeiros anos de escola, e liberdade — todas, e também sexual (um contraceptivo não custa senão ir ao médico, que se limita a verificar a não-inconveniência para a saúde de o receitar) — as jovens alemãs encetam o seu próprio percurso, também amoroso, muito cedo.

É comum dizer-se que os alemães da RDA são mais frios e distantes. Naquela noite se viu como são apaixonados também quando defendem os seus pontos de vista. E um dos motivos de controvérsia foi justamente a família. Que nós, portugueses (diziam os portugueses...) «somos muito mais afectivos, somos muito mais agarrados à família», e eles que «afectividade não é isso!».

Só a calmíssima Irene, notando embora que eles são alemães e nós latinos e portugueses, «e aí está a maravilhosa diferença que faz o encanto do encontro das gentes de todo o mundo!» — e ri para desdramatizar — consegue pôr alguma ordem e argumentos incontroversos na discussão:

— Será talvez bom pensar que somos cidadãos deste país, membros desta sociedade. Que os nossos pais não dependem de nós, que nós não dependemos deles, que os nossos filhos não dependem dos avós. A isto também chamo liberdade...

Quem casa e quer casa

Voltando à casa, notemos a diferença — aqui sim — de condições que separa o «casal Sabine» e o «casal Barbara». Enquanto a Sabine e o Michael têm direito a uma casa com duas divisões, a Barbara e o seu companheiro, que não se casaram, vivem no apartamento de um deles — apartamento de solteiro, com uma só divisão, cozinha e casa de banho. Se tiverem filhos, mas por via da protec-

ção «automática» à mãe solteira, a situação modifica-se.

Nota-se o incómodo mas não há controvérsia:

— Se se fosse conferir uma habitação para dois a todos os que iniciam uma «experiência amorosa» era a grande balda: ninguém se entendia, o princípio da casa para todos ficava logo em causa quando um deles quisesse «desalojar-se» ou «desalojar», ou a construção civil não dava vazão e o Estado tinha que nomear um ministro só para se ocupar de quites e desquites!

Sendo embora, notam, que as relações amorosas entre os jovens são por regra estáveis e duradouras. Mas os divórcios aproximam-se demasiado do número de casamentos — tínhamos ligo algures.

— É a «pancada dos 30», dizem eles. Também cá...

«O ano do bebé»

Mais grave, acham eles, é a questão do número de filhos.

Poucos: neste momento, só 1,8 por casal...

Por isso o Estado vai aplicar, por proposta do XI Congresso, uma nova série de incentivos no apoio às famílias. E um dos que no próprio momento em que foi anunciado por Erich Honecker passou a ser motivo de conversa em toda a RDA é o «ano do bebé». Significa que, além do abono de família (50 marcos para o primeiro filho, 100 para o segundo, 150 a partir do terceiro), «as mães passam a ter um ano-pago, logo após o nascimento do primeiro filho», direito que já existia em relação ao terceiro filho.

Nós, ficamos siderados: um ano em casa, com salário por inteiro?!

Orá bem: as nossas jovens amigas, nenhuma delas mãe (e talvez também por isso...), consideram a medida no mínimo controversa. É «a questão do Congresso».

E os prejuízos para a produção e o trabalho em geral, num país onde 93% das mulheres são população activa — um país onde, portanto, não há praticamente «domésticas»? E porquê, quando na RDA há lugar em creches para todas as crianças e pô-las lá só depende da vontade dos pais?

Mas o grande problema está na formulação feita pelo Congresso: porquê pagar à mãe o Ano do Bebé, quando o filho é de dois, e anteriormente isso era tido em conta nos subsídios e dispensas?

— Não vamos ser nós, as mulheres, a ficar em casa!

A discussão continua seguramente por toda a RDA. E possivelmente não vai bastar argumentar como o fez timidamente o companheiro de Barbara:

— É pena. Mas (para já...) é na barriga das mães que os bebés se «montam». E isso, por mais que os pais homens se esforcem, continua, cá fora e sem dúvida, no «primeiro ano do bebé»... Se vocês conseguissem resolver esta questão... ■

nal em 24-26%; a produtividade do trabalho em 49-51%; a produção de mercadorias em 22-24%; a produção de gado de abate em 2 milhões e seiscentas mil toneladas; construir em 5 anos 1 milhão de habitações.

Tudo isto diminuindo o consumo específico de matérias-primas em 4%/ano, e o de energia em 3,3%. As matérias-primas recuperáveis devem cobrir 15% da procura nacional de matérias-primas.

Por outro lado os ingressos líquidos em dinheiro da população devem aumentar 21-22%, o salário real per capita 20-23% — mas os preços dos bens de consumo, das rendas, tarifas e serviços devem manter-se estáveis, e o ensino, a saúde, a assistência à mãe e à criança, aos veteranos do trabalho e aos idosos, as infra-estruturas culturais e os centros de férias têm que melhorar, e para isso lhes é destinada larga fatia do Orçamento do Estado.

E tudo assim se fará.
Haja paz. ■

Nada se perde tudo se transforma

(O título também podia ser «No aproveitar é que está o ganho», «Bago a bago enche a galinha o papo» ou qualquer uma das frases feitas pela sabedoria secular dos povos)

Uma das coisas mais emocionantes e ao mesmo tempo mais divertidas na RDA é aquilo a que eles chamam «a recuperação de matérias secundárias».

Que não é simplesmente poupar — poupar por exemplo em 7,5% o consumo de aço laminado na metalomecânica, quando a esta são colocadas metas de aumento da produção da ordem dos 20, dos 40, ou mesmo 90% no que respeita a produtos «com elevado grau de tratamento»...

Também não é somente aproveitar — conseguir por exemplo que a lenhite, principal matéria-prima, carvão fossil parente (mais) pobre da hulha, esteja na base da produção de energia, da indústria química, da indústria farmacêutica, da têxtil, num «milagre» que as novas tecnologias tornam imparável. Como dizia um brasileiro, «da lenhite eles vão acabá tirando leite pró bebe...»

É recuperar. Aquilo que a gente deita fora.

O lixo comum, em primeiro lugar, que não é tirado para uma qualquer bôba mas transformado em energia, com subprodutos largamente aplicados por exemplo na adubação.

Mas é também o papel (de jornal ou outro, velho) o papel metalizado, o vidro, os plásticos — e até as caricas.

Nos supermercados existe uma grande rede para recolha destes materiais, e em cada bairro, centros, com o mesmo fim, aonde, em «jornadas» organizadas nos jardins-infantis ou escolas, principalmente as crianças se deslocam, trazendo os tais «materiais secundários» de suas casas e recebendo em troca o respectivo pagamento, a utilizar em livros, material didáctico ou guloseimas para todos. Estão institucionalizados como «tarefas e receitas das crianças».

Mas, de tudo, o mais divertido são «os contentores do porquinho», orna-dos com um porquinho bem disposto que existem em cada prédio e são recolhidos cada noite por um carro de lixo especial. Neles, cada família põe só o que sabe pode servir para rações: cascas de batatá e restos de putros legumes, restos de cozinha, de comida.

Estes contentores são tão respeitados na RDA como o não deitar lixo para o chão nas ruas. São parte importante da solução nacional — «natural» — dos problemas ecológicos, e ajudam a fazer daquela terra um paraíso para qualquer «verde» que se preze.

A nossa Verde iria gostar... ■

A SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA

Todos os anos o Fundo das Nações Unidas para a Infância, Unicef, divulga um relatório sobre a situação mundial da infância, matéria vasta e complexa que exigiria sem dúvida uma atenção muito maior do que normalmente lhe é dada pelos meios de comunicação social. Com efeito, mais do que os números aterradores utilizados de forma sensacionalista — como os 15 milhões de crianças que continuam a morrer anualmente em todo o mundo — importa dedicar a este tipo de estudos o interesse que merece a divulgação de experiências que nos mais diversos países estão sendo levadas a cabo com o objectivo de garantir às crianças o direito à vida e à saúde, bem como a indispensável reflexão sobre as causas económicas e políticas que estão na origem das degradantes condições de vida de uma importante parcela da humanidade.

No que se refere a este último aspecto, cabe referir que o relatório da Unicef sobre a situação mundial da infância é particularmente cauteloso, quicá para se precaver de acusações de «excessiva politização» como as que foram feitas pelos EUA e Grã-Bretanha em relação à Unesco, por exemplo. No entanto, e embora a tônica seja posta nas medidas que podem ser levadas a cabo com um baixo custo para salvar milhões de vidas, não deixa de referir como os efeitos da recessão económica continuam a causar impacto nas comunidades mais pobres do mundo, tal como os efeitos da injusta ordem económica internacional em vigor e da sempre crescente corrida aos armamentos.

Estes factores, de resto, estão na base da mais flagrante aberração de que o relatório da Unicef nos dá conta e que parece ser apanágio dos tempos que correm. Por um lado, nin-

guém contesta que a protecção dispensada ao desenvolvimento físico e mental das crianças é um investimento em capital humano; por outro lado, continua a investir-se mais em armamento do que em saúde.

É interessante registar que o próprio Banco Mundial, no seu relatório anual sobre o desenvolvimento mundial, chegou à conclusão de que a saúde, a educação e o bem-estar da maioria das pessoas dos países industrializados são resultado e causa da prosperidade nacional. Iguualmente, pessoas não habilitadas e doentes contribuem muito pouco para o crescimento económico de um país.

A conclusão é óbvia: as verbas dispendidas com aqueles sectores não deveriam ser entendidas como gastos, mas sim como investimentos. No entanto, como refere o relatório da Unicef, a realidade dos últi-

— um processo em declínio à porta do ano 2000?

mos anos revela que a lógica de investir nas crianças obteve pouco sucesso diante dos ventos de proa da recessão económica. Um estudo, de 1984, sobre o Impacto da Recessão sobre as Crianças documenta os cortes, nas despesas governamentais, em serviços como saúde e educação, no início dos anos 80. O relatório especial sobre a África, elaborado em 1985, descreve como o ajuste à recessão tem significado que a carga mais pesada passou, uma vez mais, para os ombros daqueles menos capacitados a sustentá-la — as famílias mais pobres e as suas crianças.

Ainda segundo os dados do Banco Mundial, 43 países com as mais altas taxas de mortalidade infantil (mais de 100 óbitos por 1000 nados vivos) investem actualmente três vezes mais em armamentos do que em saúde. Ao mesmo tempo, a ajuda proveniente dos países industrializados desceu de 0,51% do conjunto dos seus PNB, em 1960, para 0,37%, em 1982, sendo que desse reduzido montante menos de um décimo é destinado à saúde.

Actualmente, os países industrializados investem 20 vezes mais em armamentos do que em ajuda para o desenvolvimento; por seu lado, os países em desenvolvimento gastam duas vezes mais com armas do que com a saúde infantil. Ao todo, os gastos mundiais com armamentos excedem as rendas combinadas da metade mais pobre da humanidade.

Embora não chegue a nomear o principal responsável por esta situação — o imperialismo —, o relatório da Unicef não deixa no entanto de sublinhar que com a recessão económica e a queda do preço da mão-de-obra do trabalhador e das matérias-primas do mundo em desenvolvimento, com o crescimento das dívidas e das taxas de juro, com a queda dos níveis de cooperação internacional, com os crescentes gastos em armamentos e com a distorção do desenvolvimento para benefício de alguns poucos, os investimentos em «capital humano», e particularmente na protecção das crianças, encontram-se em franco processo de declínio em muitas das nações mais pobres do mundo. ■



“Nenhuma madonna e criança tem maior significado do que aquela foto do carinho de uma mãe com o filho que logo teria de esquecer...”

“Boca entreaberta, esboça um sorriso espectral; nos olhos, dança o fantasma do orgulho materno, enquanto magros dedos penteiam os cabelos enferrujados, remanescentes na pequena cabeça; depois — olhos a cantarolar — começa cuidadosamente a dividi-los.

“Fosse outra a sua vida, o gesto ser-lhe-ia, certamente, acto rotineiro, sem maior significado, repetido, todos os dias, talvez antes do café da manhã e da saída para a escola; agora, o realizava com a gravidade de quem deposita flores num pequeno túmulo.”

(Chinua Achebe, escritor africano)

Para meditar

A resposta internacional às prementes necessidades de África representa um marco de desenvolvimento, nos tempos actuais, no grau maior de consciência e preocupação mundiais. Mas, para fazer face à magnitude e à premência do problema, será necessário, nos anos restantes deste século, que aquela consciência e aquela preocupação se traduzam em novas dimensões de acção.

Em primeiro lugar, a preocupação com a pobreza e com a justiça precisam traduzir-se em acções idênticas, quer as calamidades sejam clamorosas ou silenciosas. Isto porque, da mesma forma que o sofrimento visível da África foi considerado inaceitável por muitos cidadãos, em 1985, os sofrimentos desnecessários e invisíveis de um grande número de crianças das comunidades pobres de todo o mundo em desenvolvimento deve ser também inaceitável, tanto para o público como para os governos, se se pretende um progresso em direcção a um mundo mais autenticamente civilizado e pacífico.

Em segundo lugar, é necessário que se viabilizem acções políticas e económicas pelos governos. A generosidade de milhões de indivíduos do mundo inteiro, em resposta à calamidade africana, alcançou talvez a casa dos 300 milhões de dólares. O total solicitado pelos governos, como ajuda externa para a África, em 1985, atingiu um total de aproximadamente 3 bilhões de dólares. Em contrapartida, o total pago pela África ao mundo industrializado, por dívida e juros de dívida, em 1985, ultrapassou a casa dos 7 bilhões de dólares. Tais cifras não devem diminuir a importância da doação proveniente da generosidade dos particulares, mas demonstram, de maneira simplesmente brutal, que a acção política e económica — tanto dos governos dos países industrializados quanto dos em desenvolvimento — constitui uma condição prévia indispensável para qualquer solução realista do problema. ■

(in relatório Unicef/Situação mundial da infância 1986)
Sublinhados da responsabilidade da Redacção.

IMUNIZAÇÃO UNIVERSAL ATÉ 1990

A meta da ONU de imunizar todas as crianças do mundo até 1990 parecia inalcançável. Mas, este ano, o UNICEF relata que a demanda pelas vacinas triplicou e que aproximadamente 40 nações — nas quais se encontram dois terços das crianças do mundo — estão acelerando seus programas de imunização para alcançar a meta até 1990.

VIDAS SALVAS
As vacinas salvam este ano cerca de um milhão de vidas. Contudo, mais de três milhões ainda morrem cada ano por falta de imunização.

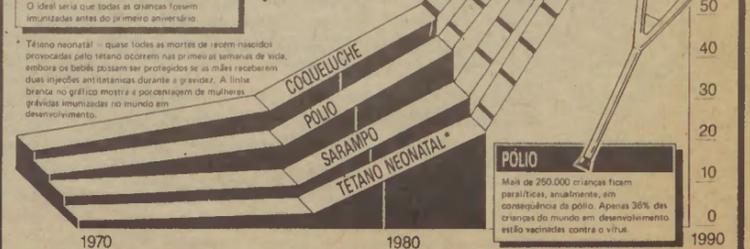
OS PRINCIPAIS ASSASSINOS

Sarampo — mais de 2 milhões de mortes.
Tétano — aproximadamente 800.000 mortes.
Coqueluche — aproximadamente 800.000 mortes.
O ideal seria que todas as crianças fossem imunizadas antes do primeiro aniversário.

Tétano neonatal — quase todas as mortes de recém-nascidos provocadas pelo tétano ocorrem nas primeiras semanas de vida. Embora os bebês possam ser protegidos se as mães receberem duas injeções antitetânicas durante a gravidez. A linha branca no gráfico mostra a percentagem de mulheres grávidas imunizadas no mundo em desenvolvimento.

Porcentagem de menores de um ano imunizados no mundo em desenvolvimento

O gráfico apresenta a percentagem de crianças do mundo em desenvolvimento já imunizadas contra os principais doentes — a linha tracejada mostra a aceleração necessária para a meta de imunização universal até 1990.





Anualmente, mais de três milhões de crianças morrem e outros três milhões ficam incapacitados, em consequência de doenças preveníveis pela vacinação. O custo para imunizar todas as crianças do mundo não deve ultrapassar 500 milhões de dólares anuais — menos do que o mundo gasta, em apenas seis horas, em armamentos

3 exemplos do que é possível fazer

Apesar da recessão económica e dos gravíssimos problemas que continuam a colocar-se à comunidade internacional na luta pela melhoria da qualidade de vida e de saúde de milhões de crianças, alguns progressos têm sido alcançados em vários países do mundo, graças à aplicação de técnicas simples e de baixo custo.

A vacinação de crianças, à escala mundial, durante 1985, foi quase três vezes superior à registada em 1983. O número anual de mortes de menores de cinco anos que se vem reduzindo pela vacinação é já estimado em cerca de um milhão por ano. Por outro lado, a divulgação da Terapia de Terapia de Reidratação Oral (TRO) — técnica simples para prevenção e tratamento da desidratação diarreica que, anualmente, provoca a morte de 4 milhões de crianças — permitiu já que mais de um milhão de crianças fossem salvas no último ano.

Embora se esteja longe de conseguir uma situação satisfatória no campo da saúde, que passa pela resolução de questões como o analfabetismo, o saneamento básico, a protecção da maternidade, a justa regulamentação de trabalho, o direito à habitação, se a actual tendência dos países em desenvolvimento no que respeita à vacinação e à TRO se mantiver, há razões para confiar que todas as crianças estejam imunizadas até 1990.

O Secretário-Geral da ONU tomou a propósito uma iniciativa inédita, escrevendo aos presidentes e primeiros-ministros das 159 nações integrantes das Nações Unidas para que se empenhassem no cumprimento daquela meta, que foi aprovada em 1977 pela Assembleia Mundial de Saúde e que constitui um dos elementos-chave do objectivo global de «Saúde para Todos no Ano 2000», proposto pela Organização Mundial de Saúde.

Segundo informa o relatório da Unicef, pelo menos 40 nações, com aproximadamente dois terços do mundo em desenvolvimento, estão empenhadas nesta batalha.

Trata-se, refere a Unicef, de uma

revolução que se tornou viável através de métodos simples e pouco dispendiosos, que actuam de maneira poderosa sobre a saúde infantil; métodos como a TRO e a imunização, aleitamento materno e práticas adequadas de desmame, correcta suplementação de vitamina A e acompanhamento do crescimento infantil, prevenção do baixo peso ao nascer e maior espaçamento entre partos.

Dos exemplos contidos naquele relatório escolhemos três casos elucidativos dos progressos que podem ser alcançados em diferentes condições políticas, económicas e sociais. Sem prejuízo dos restantes, a que esperamos poder voltar mais tarde.

Crianças para a guerra em El Salvador

O ano passado, a guerra parou durante três dias em El Salvador para permitir que um quarto de milhão de crianças com menos de cinco anos fosse vacinado contra a pólio, difteria, tétano, sarampo e coqueluche, responsáveis pela morte de cerca de 20 000 crianças por ano.

Os «dias de tranquilidade», como foi chamada aquela pausa na guerra que dura há mais de cinco anos, possíveis devido ao acordo entre o governo pró-americano de Napoleon Duarte e a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, negociado através da Igreja Católica, permitiu imunizar um terço do total das crianças do país, abrindo perspectivas para outras iniciativas futuras, bem como para a necessária consciencialização da população para a importância da vacinação.

Com efeito, como refere o relatório da Unicef, a guerra constitui apenas um dos obstáculos. Com 58% de analfabetos na população rural, consciencializar os pais sobre a importância da campanha demonstrou ser a tarefa principal.

A guerrilha da imunização em Burquina Faso

Burquina Faso, ex-Alto Volta, é um país paupérrimo que sofre há 15 anos os efeitos de uma seca devastadora. Possui uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do mundo — 150 mortes em cada 1000 nascimentos. Mais de um terço das crianças estão cronicamente desnutridas; a percentagem de óbitos por meningite ultrapassa os 11%; o sarampo é responsável pela metade das mortes de crianças entre um e quatro anos.

Perante semelhante quadro o novo governo progressista do país, dirigido pelo presidente Sankara, levou a cabo uma campanha de imunização cujos resultados espantaram os especialistas mais optimistas: Nos finais de 1984, durante três semanas, foram vacinadas mais de um milhão de crianças contra o sarampo, a febre amarela e a meningite (em 1981, de meio milhão de crianças, os serviços de saúde haviam conseguido imunizar apenas 25 000 com menos de dois anos).

A tarefa principal para o êxito da campanha — a mobilização das populações — foi levada a cabo pelos Comités para a Defesa da Revolução (CDR), que foram de porta em porta explicar às famílias os benefícios da vacinação; afixaram-se cartazes nas escolas, nos tribunais, nos logradouros públicos; nas aldeias encenaram-se peças cujo tema era a imunização. A rádio emitiu comunicados em todas as línguas locais apelando ao comparecimento nos postos de vacinação.

Os resultados foram espectaculares: numa população com cerca de 7 milhões de habitantes, conseguiu-se imunizar 62% das crianças com menos de 15 anos contra a febre amarela e 64% contra a meningite. A percentagem de menores de seis anos

protegida contra o sarampo passou de 7% para 60%.

O governo revolucionário tem hoje planos para introduzir cuidados primários de saúde nas suas trinta províncias. Se tal se concretizar, todos os menores de 5 anos estarão imunizados até 1990.

Uma brigada contra a morte na Nicarágua

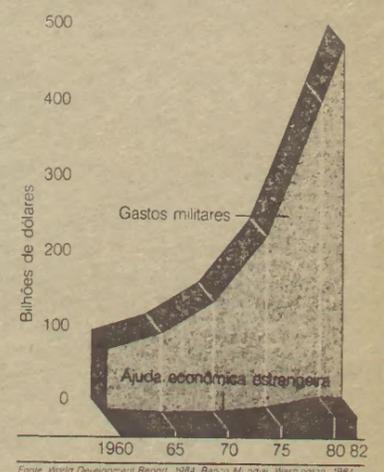
Até ao derrube da ditadura somozista, em 1979, a Nicarágua era um dos países da América Latina com um dos mais elevados índices de mortalidade infantil. Após a revolução sandinista a situação alterou-se substancialmente: até 1983 a taxa geral de mortalidade infantil diminuiu 1/3, isto é, passou de 121 para 80 óbitos em cada 1000 nascimentos, o que, segundo o relatório da Unicef representa um dos mais significativos avanços, em termos de sobrevivência infantil, ocorridos no mundo em desenvolvimento.

De salientar, por outro lado, que em apenas quatro anos de revolução o número de postos e centros hospitalares triplicaram na Nicarágua, e que cerca de 80% da população tem agora acesso gratuito aos cuidados básicos de saúde.

Para que isso fosse possível, e tendo em vista a escassez de recursos nacionais, as autoridades apostaram em métodos de acção comunitária. A saúde passou a ser encarada como uma responsabilidade dos grupos populares organizados; através dos Conselhos de Saúde Popular, a população participa activamente na realização dos programas de saúde.

Em 1981, no âmbito das jornadas populares de saúde, cerca de 1 milhão e 900 mil pessoas (70% da população) participaram nas campanhas contra a malária e a dengue, entre as quais 70 mil agentes de saúde, os brigadistas. Todos os anos, ao longo de

Gastos militares e com ajuda externa — Nações industrializadas — 1960-1982



Fonte: World Development Report 1984, Banco Mundial, Washington, 1982

três fins-de-semana, entre Janeiro e Junho, cerca de 20 mil brigadistas são mobilizados para as campanhas anti-pólio e anti-sarampo.

A campanha nacional pelo alfabetismo, em 1980, os esclarecimentos fornecidos através de todos os meios de comunicação, a mobilização popular e a melhoria das condições de vida, designadamente o fornecimento de água tratada, melhoria das condições sanitárias, alargamento da rede de assistência, deram já os seus resultados na Nicarágua.

Desde que a terapia de reidratação oral foi introduzida no país, em 1980, as taxas de mortalidade de crianças com diarreia diminuiu para 42% nos hospitais, passando de primeiro para quinto lugar entre as enfermidades mais letais. Os índices de imunização competem agora com os de alguns países desenvolvidos.

Em 1984, de acordo com as estimativas da Unicef, 97% dos bebés estavam vacinados contra a tuberculose, 60% contra o sarampo e 76% contra a pólio. Nenhum caso de poliomielite foi registado desde 1981. A imunização contra a difteria, coqueluche e o tétano encontra-se em ascensão, embora apenas 33% das crianças estivessem totalmente imunizadas em 1984. Como o tétano neonatal ainda é dominante, decorre desde 1983 uma campanha de carácter nacional visando todas as mulheres em idade de conceber. ■

Por um canudo

Alguns jornalecos têm vindo a publicar um anúncio vagamente pidesco e muito ao estilo dos espreitadores de casas de banho, que convida os fregueses — torcidos da cabeça, note-se — a comprar uma espécie de óculo de longo alcance, com o qual se podem seguir pessoas ao longe (ao abrigo da lei de segurança?) ou avaliar com nitidez as prendas descuidadas da vizinhança no duche.

Até aqui, tudo normal, o anúncio até aparece também em revistinhas «disney», para brincar aos detectives, e em Portugal há por aí muita gente com tendência para mickey. O que espanta é que — parece-nos — alguns jornalistas da nossa praça, se sintam tentados a usar tal inovação tecnológica. Sobretudo quando querem ver, muito ao longe, as massas populares. Aconteceu no 1.º de Maio, com a RTP a espreitar a concentração da Inter. E também aconteceu no 1.º de Maio, na edição do «Expresso», com o escriba a dissertar sobre o mesmo, achando que, desta vez, houve «menos gente», enquanto as fotos mostravam o que o texto «queria» dizer — meia dúzia de gatos na alameda e uma multidãozinha com a UGT... Eles devem ter comprado o óculo. E usaram-no ao contrário. Para ver mais pequeno. E mais longe. Para ver o 1.º de Maio por um canudo.

Couto quer mais...

Torres Couto confirma. A UGT tem sido financiada pelos americanos. Com o descaramento que se conhece ao dirigente amarelo, este, segundo o «Expresso», confirma a ajudinha dos amigos americanos. Mas queixa-se de não ter recebido todo o dinheiro que por aí se diz.

Aquele semanário revela — a partir de «documentos consultados em Washington» — que a «administração Reagan terá canalizado para Portugal quase um milhão de dólares (cerca de 150 mil contos) para apoio a organizações conservadoras ou em oposição ao PCP»...

Uma parte da ajuda calhou à UGT. A outra parte foi para o CDS. Mas o CDS disse que não recebeu. Que quem se amanhou foi a ACDS que, como se vê, é coisa diferente, fundada por indivíduos como Pedro Feist, do CDS, Gomes de Pinho, do CDS, Cavaleiro Brandão, do CDS, e outra gente que não tem nada a ver com o CDS, a não ser... ser do CDS.

Torres Couto, por seu lado, além de confirmar, brinca: que não recebeu tanto, diz; que, se veio tanto dinheiro, algum deve ter ficado pelo caminho, diz; que, «também aí, parece haver salários em atraso e, nesse caso, tenho de reivindicar o resto»...

Pontos Cardeais

Pois...

Na edição de dia 1 de Maio, «O Seculo» de Nogueira Pinto afirma — em prosa da responsabilidade da redacção e inserida na primeira página — que «o "capitalismo selvagem" do século XIX desapareceu, hoje, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. As imagens de exploração retratadas na época ou a atmosfera da Inglaterra vitoriana, contada por Dickens, só fazem parte, no Ocidente, do passado ou do imaginário social. Os trabalhadores — que não são nenhuma raça ou classe à parte, mas todos os que, com a cabeça ou as mãos inventam, criam, constroem, — estão hoje aqui integrados e não discriminados pela sociedade». Assim o digam os milhões de desempregados dos Estados Unidos e da «Europa Ocidental». O digam os operários do Tramagal, do distrito de Setúbal, os operários agrícolas, os jovens à procura do primeiro emprego, os trabalhadores contratados a prazo e os muitos milhares que trabalham e não recebem o seu salário.

Perguntem-lhes, que a resposta será unânime: discriminados? Nós? Ora essa...

Rico «Serviço»...

Um despacho do primeiro-ministro Cavaco Silva, publicado no «Diário da República», determina que o general Pedro Cardoso, recentemente nomeado secretário-geral da Comissão Técnica do Sistema de Informações da República, passou a ter um gabinete de apoio de 18 pessoas. Solicito, o despacho prevê, inclusivamente, o apoio administrativo da secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros enquanto o tal gabinete das 18 pessoas não estiver operacional. Mas o interessante está nas normas (já publicadas) que enquadram os funcionários do S.I.R.: para eles, «o serviço é de carácter permanente e obrigatório, não está sujeito a horários rígidos de trabalho e exige total disponibilidade». Além disso «os membros do Gabinete não podem recusar-se, sem motivo justificado, a comparecer ao serviço ou a nele permanecerem para lá do período normal de trabalho ou a desempenhar qualquer missão, desde que compatível com a sua categoria funcional». Este Serviço de Informações da República promete: criado em nome da «defesa do regime democrático», começa logo por violar os direitos sociais e laborais dos seus funcionários, consignados na Constituição da... República. Será para os habituar e, assim, não terem rebuços quando entrarem... em acção?!...

Jardim

Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira, voltou a afirmar coisas de que ninguém tem culpa, nem se calhar ele próprio. E orou assim: «O grande problema de Portugal é a falta de confiança resultante do sistema constitucional.» Até aqui nada de novo, dado tratar-se de fixação crónica que o acometeu, já lá vão uns bons pares de anos, e com a qual ninguém ainda se preocupou, talvez pelo seu carácter intrinsecamente inofensivo. A novidade a merecer relevo está no encadeamento que desta vez lhe deu, cujo reafirma a necessidade da alteração da Constituição mas... «no interesse do País e não no interesse da direita ou da esquerda, já que nem uma nem outra consegue governar!»

Temos portanto que alterar a Constituição, embora isso não interesse à direita. E devemos alterá-la, apesar de também não interessar à esquerda. Donde se conclui que, não interessando a nenhum dos dois blocos sociopolítico-partidários nacionais, a alteração da Constituição passa a interessar exclusivamente ao País. Certamente sem portugueses, que — é óbvio! — não são para aqui chamados.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Há quem estando no poleiro vá comendo grão a grão (É tão bonito o dinheiro tão bonito, o maganão...) E depois ainda há quem diga de modo paternal batendo na barriga: «É natural...» É natural? Não está má! Pra mim e para o povo inteiro o natural afinal é que, quem está no poleiro, não esteja lá...

II

O Amândio de Azevedo feroz rebimba o malho ministro do «trabalho» foi à TV de cara feia. Credo! O que ele disse, por acaso, da lei sobre os salários em atraso eu, que tudo ouvi, não o repito aqui, E o gesto que me impele a proceder assim não é respeito por ele... mas por mim.

Em qualquer lado e em todos os sentidos homem honrado não tem ouvidos...

Quanto ao governo, esse, se quer cair mais cedo, mande-o mais vezes, mande o Amândio de Azevedo...

III

Foram à televisão cinco deputados, cinco. Discutiram com afinco ouvidos com atenção. Era um do PCP era outro do PS outro do PRD mais outro do CDS e outro era o representante do governo cavacante... A esse tal, eu não queria, palavrinha, estar na pele pois a tudo o que dizia punha todos contra ele! Assim o governo, penso, atinge o maior... consenso!

Fazia-nos lembrar o deputado aquele soldado «esperto»: todo o pelotão levava o passo errado e só ele é que levava o passo certo...

IV

Diz o Cavaco com um sorriso que o veneno encobre que o seu governo é a favor do fraco e do mais pobre... Veio o Primeiro de Maio esclarecer que não vai em cantigas e batotas e que o Cavaco, o que ele tem a fazer é arrumar as botas...



Parem a rotativa. A CIA deu-nos outro exclusivo de um dissidente soviético

Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 645

8 de Maio de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

• ALHANDRA

Quinzena da Paz — Pela Paz, pela Vida», organizado pelo Grupo Dinamizador da Juventude/CM de Vila Franca de Xira. Hoje, convívio no Forte de Alhandra.

• LISBOA

Às 21 horas, por ini-

ciativa da secção de Dinamização Cultural da SIP/DORL, colóquio no Centro de Trabalho Vitória: 41 anos de Paz na Europa. Participam Raimundo Narciso, membro do CC do PCP, e Carlos Grilo, membro suplente.

Integrada no colóquio a projecção de um diaporama feito pelo 40.º aniversário do Fim da II Grande Guerra.

Sexta

• CAPARICA

Plenário da Organização do Monte da Caparica, às 21 e 30, no Centro de Trabalho local do Partido. Na ordem de trabalho, «Reforço da Organização — tarefas imediatas» e «Situação Política e Social». Participa o camarada João Bernardino, do

CC e da DORS.

CC e da DORS.

• TORRES VEDRAS

Debate com o camarada Manuel Gusmão, membro do CC e prof. universitário, sobre o livro de Alvaro Cunhal «O Partido com Paredes de Vidro». Às 21 horas, no Centro de Trabalho.

• ALVERCA

Quinzena da Paz promovida pela Ju-

ventude de Vila Franca de Xira: Café-Concerto «Pela Paz» na Casa da Cultura e da Juventude de Alverca.

Sábado

• LARANJEIRO

No Centro de Trabalho, às 21 e 30, debate: «O trabalho das autarquias e o papel das Comissões de Moradores na resolução dos problemas lo-

cais». Participam os camaradas Carreira, vereador da CM de Almada, e Belo e Vilar, presidentes respectivamente da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia da Cova da Piedade.

• FEIJÓ

Sessão-convívio no Clube Recreativo. Com entrega de cartões, discussão da situação política — com

intervenção da camarada Odete Santos — animação musical e passagem de filmes.

Domingo

• TORRES VEDRAS

Com partida do Centro de Trabalho, excursão de solidariedade à Cooperativa 1.º de Maio — Aviz, promovida pela Comissão Concelhia do PCP.

• CAPARICA

Almoço-convívio no Centro de Trabalho do Monte da Caparica. Entrega dos novos cartões do Partido 86/87.

• BARREIRO

Jornada de convívio promovida pelas Comissões de Freguesia do Partido de Santo António e de Coima, integrada na campanha para o novo CT da

DORS. Das 10 às 18, no Pinhal do Duque (Santo António), com futebol, almoço, música.

Participa e falará sobre a situação política, cerca das 16 horas, o camarada Dias Lourenço.

• VILA FRANCA DE XIRA

Quinzena da Paz: Prova de atletismo Vila Franca-Alverca-Vila Franca, com par-

tida às 10 horas da Av. Pedro Victor.

Segunda

• ALVERCA

Quinzena da Paz: colóquio com o eng. Frederico Carvalho, cientista e membro do SPPC, sobre «A utilização do Espaço para fins bélicos e pacíficos». Às 18 e 30, na Escola Secundária n.º 1 de Alverca.

Pela Paz



Lisboa

Hoje, 21 horas, CT Vitória
Colóquio
com Raimundo Narciso e Carlos Grilo
«41 anos de Paz na Europa»

Alverca

Segunda, dia 12, 18.30
Esc. Sec. N.º 1
Colóquio
com Frederico Carvalho

«A utilização do Espaço
para fins bélicos e pacíficos»

Vila Franca de Xira

Quinzena da Paz

organizada pelo Grupo Dinamizador
da Juventude /Câmara Municipal



— Quand j'étais jeune je voulais tout faire sauter, maintenant j'ai peur que ça saute réellement...

SEMPÉ (1932-) in Michel Ragon, «Les maîtres du dessin satirique»-Pierre Horay Éditeur. Paris, 1972. Legenda: «Quando era novo queria fazer ir tudo pelos ares, agora tenho medo que vá realmente...»

Desporto e tempos livres

Uma prestigiada colecção da **CAMINHO**



PLANEAMENTO DO TREINO E PREPARAÇÃO DO TREINADOR
José Curado
Preço 500\$00

Treinador não é mais aquele que se limita a aplicar a sua experiência de antigo atleta e a organizar e dirigir sessões de treino.

Treinar subentende a preparação necessária que habilite para o desempenho efectivo da função de coordenador da equipa de especialistas, que deve rodear os atletas. Planejar representa uma necessidade premente do desporto português, a única via que nos poderá permitir não continuarmos sujeitos aos acasos e às excepções.



CAMPISMO, FÉRIAS E TURISMO
Joaquim Campino
Preço 500\$00

Entre todas as tentativas de definir campismo, aquela que está de acordo com a universalidade da sua prática é a de que ele é, simultaneamente, desporto e forma de recreação em tempos livres. Desporto na medida em que acampar pressupõe sempre movimento, exercício físico, competição com o meio e uma permanente disponibilidade para a prática desportiva. E recreio na sua feição de lazer, forma de recuperação de energias, modo de passar o tempo e de evasão. Actividade lúdica e entretenimento desde a prática de jogos populares até à leitura de um bom livro. É ainda o contacto directo com a natureza, jogo de observação, contemplação da paisagem e observação dos fenómenos da vida animal e vegetal.



BASQUETEBOL PORTUGUÊS E ALTA COMPETIÇÃO
Jorge Miguel Araújo
Preço 500\$00

Ao contrário da confusão que por aí se nos depara, ser ou não de alta competição, desde treinadores e atletas a dirigentes, não depende simplesmente da participação nas competições de índice competitivo mais elevado que se disputem no nosso país. Sê-lo ou não depende, sim, do modo como nela estejam e nela saibamos contrariar o imprevisto e a falta de planeamento que caracterizou (e caracteriza ainda!) o desporto português em geral e o nosso basquetebol em particular.



FORA O ÁRBITRO!
Teotónio Lima
Preço 500\$00

Não há competição desportiva oficial que dispense uma equipa de arbitragem. É ela que faz respeitar as regras do jogo, é ela que oficializa os resultados. Porque os árbitros são indispensáveis em qualquer competição, há que considerar a sua presença e actividade nos recintos desportivos com o mesmo rigor e objectividade que deles exigimos nos seus julgamentos. É isso o que faz Teotónio Lima neste seu **Fora o Árbitro!**

TV

O Programa

Quinta 8

RTP1

- 11.00 — Artistas Portugueses
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 17.30 — Sumário
- 17.35 — Corrida de Touros
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Europa Verde
- 21.45 — México/86
- 22.15 — Série: «As Aventuras de Sherlock Holmes»
- 23.10 — 24 Horas
- 23.35 — Remate

RTP2

- 16.30 — Tempo dos Mals Pequeninos
- 17.00 — Count Down: Contagem Rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — Legados da Natureza: «A Medicina Grátis»
- 18.20 — Telediário
- 18.30 — A Europa em Foco
- 19.00 — Musical: «Concerto Clássico em Praga»
- 20.00 — Conheça Melhor
- 20.30 — «A Família Valhe»: (Último episódio)
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Encontros com Carlos Guilherme
- 23.30 — Últimas Notícias

Sexta 9

RTP1

- 11.00 — Gente Singular
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Romanceiro
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.15 — Série: «O Ano dos Franceses»



Musical — Quinta-feira, RTP/2

- 22.20 — Mátia: «As Fundadoras» — (1.º episódio)
- 23.20 — 24 Horas
- 23.30 — Remate

RTP2

- 16.30 — Tempo dos Mals Pequeninos
- 17.00 — Count Down: Contagem Rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — A Europa e os Negócios
- 18.20 — Telediário
- 18.30 — Julian Bream: «A Vida no Campo»
- 19.34 — Artesãos de Irlanda: «Os Telhados de Colmo»
- 20.00 — Os Açoreanos: «Memória das Ilhas»
- 20.30 — Adágio
- 21.00 — Viagem pelo Teatro
- 21.25 — Notícias
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Últimas Notícias

Sábado 10

RTP1

- 11.30 — Sumário
- 11.35 — Tempo dos Mals Novos
- 13.00 — Sumário
- 13.10 — Curso de Inglês
- 14.25 — Sport Billy
- 15.00 — Revista de Touros
- 15.30 — Futebol: Final da Taça de Inglaterra
- 17.15 — Os Marretinhas
- 17.30 — Série: «Fama»
- 18.20 — Vamos Musicar
- 19.10 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.50 — Boletim Meteorológico
- 20.55 — Aplauso: «Soul Music»
- 22.00 — Série: «Dinastia»
- 23.30 — Últimas Notícias
- 23.05 — Sábado Especial: «Renúncia»

RTP2

- 16.00 — Troféu
- 20.00 — Folclore
- 20.30 — Animação
- 21.00 — Eurocinema
- 22.30 — Ascensão e Queda do Rei Algodão



23.00 — A Rota da Seda: (1.º episódio)

- 13.00 — Sumário
- 13.10 — TV Rural
- 13.40 — Tempo dos Mals Novos
- 15.00 — Malo, Mês do Coração
- 15.30 — Sessão da Tarde: «Ladrão de Alcova»
- 17.00 — Clube Amigos Disney
- 18.50 — Top Disco
- 19.45 — Como, Quem e Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Viva o Gordo



21.00 — Série: «Cristóvão Colombo»
22.00 — Domingo Desportivo
23.00 — Últimas Notícias

RTP2

- 13.00 — Automobilismo — Fórmula 1: Transmissão directa de Monte Carlo
- 16.00 — Tempo dos Mals Novos
- 16.30 — Europa TV
- 20.00 — Novos Horizontes
- 20.30 — Nós por Cá
- 21.15 — Telefilme: «A Vitória de Jesse Hallan»

Segunda 12

RTP1

- 11.00 — Divulgação — «Portugal Romano»
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»

- 21.15 — Concurso 1, 2, 3 — Tema «A Idade do Jazz»
- 23.15 — Fátima — Transmissão da Cova da Iria
- 23.45 — 24 Horas
- 00.10 — Remate.

RTP2

- 16.30 — Tempo dos Mals Pequeninos
- 17.00 — Count Down — Contagem Rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — Agenda Semanal
- 18.20 — O Mundo Amanhã
- 18.30 — Musical — Recital de guitarra por Julian Bream
- 19.15 — Documentário — «O Palco da História — Potsdam»
- 20.00 — Divulgação — «RTP/Madeira»
- 20.30 — Horizonte 2000
- 21.00 — Actualidade Internacional — «Zoom»
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Espaço Jazz
- 23.15 — Últimas Notícias

Terça 13

RTP1

- 10.00 — Fátima — Transmissão da Cova da Iria
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.10 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Divulgação — «Trânsito»
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.20 — Programa da Direcção de Informação
- 22.25 — Estranhos Poderes
- 22.55 — 24 Horas
- 23.20 — Remate

RTP2

- 16.30 — Tempo dos Mals Pequeninos
- 17.00 — Count Down — Contagem Rock
- 17.40 — Meteo
- 17.45 — Série — «Pierre Fabien»
- 18.20 — O Mundo Amanhã
- 18.35 — A Ciência dos Nossos Dias
- 18.55 — Joan Collins — «Retrato de Corpo Inteiro»
- 19.50 — Documentário — «Papel Feito à Mão»
- 20.00 — Videopólis
- 20.30 — Divulgação — «Falar de Macau»
- 21.00 — Cinema Português — «A Canção de Lisboa», real. Cottinelli Telmo (Portugal/1933)
- 23.00 — Últimas Notícias

Quarta 14

RTP1

- 11.00 — Onde fica Isto? — Terras Escondidas
- 11.30 — Espaço 11/13
- 12.30 — Telenovela — «Vereda Tropical»
- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.05 — Tempo dos Mals Novos
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Telemundo
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.45 — Telenovela — «Corpo a Corpo»
- 21.30 — Noite de Cinema — «Adeus Columbus», real. Larry Peerce
- 23.15 — 24 Horas
- 23.45 — Remate

RTP2

- 16.30 — Europa TV
- 19.30 — Notícias
- 19.35 — Desenhos Animados
- 20.00 — Páre, Escute e Olhe
- 20.30 — A Aventura da Arte Moderna
- 21.30 — Notícias
- 21.35 — Fol Éxito na TV
- 23.00 — Últimas Notícias

Domingo 11

RTP1

- 10.30 — Sumário
- 10.35 — Missa
- 11.30 — 70 vezes 7
- 12.00 — Tempo dos Mals Novos

- 13.15 — Jornal da Tarde
- 13.35 — Ciclo Preparatório TV
- 18.00 — Sumário
- 18.45 — País, País
- 19.15 — Informação Desportiva — «Segunda Volta»
- 19.50 — Boletim Meteorológico para a Agricultura
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.30 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Corpo a Corpo»

Síntese semanal da IMPRENSA

Tchernobyl: uma grande manobra de desinformação

O leitor terá hoje perante si uma sequência de recortes de «O Século», jornal especializado em desinformação anticomunista. Acerca do desastre na central atômica de Tchernobyl, «O Século» foi exemplar (mas não único pois quase toda a imprensa diária embarcou no mesmo barco): explorou a fundo a possibilidade de desinformar o que se lhe oferecia. Por exemplo, ignorando o comunicado oficial do governo soviético que desde o início deu o número de mortos (2) e feridos exacto, «O Século» inventou 2 mil, 3 mil e até 10 mil mortos!

Para que fique registado: «O Século» mentiu, diária e descaradamente, com todos os dentes que tem na redacção.

30 de Abril

«Acidente na União Soviética — Nuclear mata dois mil — Ar português está normal

O desastre da central nuclear de Chernobyl causou pelo menos dois mil mortos, revelou uma residente de Kiev, que acrescentou: «Há muitas mais pessoas hospitalizadas, sofrendo os efeitos das radiações».

Prossegue, entretanto, a retirada de milhares de residentes na área atingida.

Outra pessoa, residente na região, afirma que autocarros idos de Kiev, dois aviões e um helicóptero participaram na retirada de residentes em Prypiat, onde se localiza o reactor.

Os mortos não foram sepultados nos cemitérios normais, mas na aldeia de Pirogov, onde são habitualmente enterrados desperdícios radioactivos.

(...)
Prypiat, a aldeia mártir

A população residente na zona de segurança de um raio de trinta

quilómetros teria sido evacuada a tempo? Os peritos duvidam e o Kremlin não dá elementos que desfaçam a suspeita de que Prypiat se tornou em aldeia mártir.

Em 1980 contava com 30 mil habitantes.

(...)

Dez mil mortos previstos

O acidente está a provocar uma vaga de apreensão nos países vizinhos da URSS, que poderão ser gravemente atingidos pela nuvem de detritos radioactivos originados pelo desastre. A rapidez com que o Kremlin deu a notícia do acidente, bem como o facto de estar a pedir auxílio a vários países estrangeiros, leva os observadores a pensar que o desastre assumiu (ou poderá assumir) proporções muito graves. Um cientista alemão-federal afirmou já que o desastre poderá causar, ao longo da próxima década, cerca de dez mil mortes em consequência de cancro no pulmão entre os residentes num raio de acção de 500 quilómetros em volta da central sinistrada. Moscovo continua entretanto a procurar tranquilizar a opinião pública mundial, nomeadamente a dos países seus vizinhos, asseverando que a situação se encontra sob controlo e que foi este o primeiro acidente do género registado na URSS.»

100 metros em volta da central sinistrada. Moscovo continua entretanto a procurar tranquilizar a opinião pública mundial, nomeadamente a dos países seus vizinhos, asseverando que a situação se encontra sob controlo e que foi este o primeiro acidente do género registado na URSS.»

1 de Maio

«Catástrofe nuclear soviética ameaça Europa. Segundo reactor já está a arder

O núcleo de um segundo reactor da central nuclear russa de Chernobyl já se fundiu — afirmam fontes ocidentais em Moscovo, Bona e Washington.

No sábado, o coração do reactor encetou o processo de fusão e no domingo, enquanto as equipas russas tentavam resolver o problema, foi destruído por uma explosão química. Uma densa coluna de fumo sai da central, que continua a libertar matéria radioactiva.

As mesmas fontes, que se apoiam, designadamente, num filme projectado pela televisão russa, confirmam que o incêndio no primeiro reactor ainda não está extinto: densas colunas de fumo saem da central.

O balanço da catástrofe ascende já a milhares de mortes — 3000 segundo elementos recolhidos em Kiev.

(...)

Cresce a inquietação. Poderá o acidente de Chernobyl ser mais grave ainda?

Enquanto que a URSS mantém um pesado véu de segredo sobre as reais circunstâncias do desastre nuclear, a comunidade mundial interroga-se sobre as consequências. Na Polónia, na Suécia, na Finlândia, na Dinamarca, na Noruega, os níveis de

radioactividade são elevados, e em Washington pensa-se que o pior pode ainda estar para ser revelado.

Os meios de comunicação continuam a ser literalmente inundados por *telexes* e notícias, provenientes dos quatro cantos do globo, e relativos ao desastre da central nuclear soviética de Chernobyl, próxima da histórica cidade de Kiev. Na primeira linha de preocupações está o destino da nuvem radioactiva, formada após a fusão do reactor nuclear: pensou-se no início que ela poderia chegar a zonas da América Latina ou da Europa do Sul, mas crê-se agora que vogará pelas regiões polares, pela Escandinávia, e outra vez pelo norte da URSS.

Pode dizer-se que um difuso pânico se abateu sobre as grandes capitais europeias, e em Washington a Câmara dos Representantes continua a seguir a situação através de uma comissão especial. Enquanto Moscovo pedia auxílio a técnicos escandinavos e os EUA se ofereciam para toda a ajuda possível, especialistas em Bona confirmavam que o acidente se deve ter devido à explosão de reactor, e que o facto adquiriria «máxima gravidade».

(...)

A preocupação mundial é manifestada ainda no facto de a cimeira dos países desenvolvidos, em Tóquio, ter incluído o incidente de Chernobyl na sua agenda, e pelo recrudescer das críticas aos reactores atômicos por parte de políticos e militantes da Alemanha Ocidental e do Japão.

Registaram-se até hoje cerca de 17 acidentes graves em centrais nucleares. Vários dos quais libertaram nuvens de partículas radioactivas. O problema com os reactores soviéticos é que não se conhece exactamente o seu *modus operandi*».

3 de Maio

«A catástrofe nuclear de Chernobyl

O acidente de Chernobyl continua a aumentar a onda de inquietação na Europa Ocidental — e um pouco por todo o mundo surgem protestos, pedidos de

esclarecimento, interrogações e a condenação generalizada do silêncio de Moscovo.

Níveis de radioactividade sobem em quase toda a Europa

Ao contrário do que se passa na Europa, aviões russos na Portela sem controlar radioactividade

(...)

Depois de asseverarem que o aumento da radiação originado pelo acidente de Chernobyl não constitui motivo para alarme, os especialistas europeus criticaram as autoridades soviéticas pela «escassez de informações facultadas sobre a tragédia».

Os peritos da Comissão Europeia confirmaram a existência na CEE de planos de emergência em caso de acidentes semelhantes, mas acrescentaram que o importante «é evitar que esse tipo de acidentes ocorra».

5 de Maio

«Espectro de Chernobyl ainda não foi afastado rigorosas medidas de precaução continuam a ser tomadas em vários países

(...)

O governo soviético convidou o director da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA), Hans Blix, e dois destacados especialistas em energia nuclear e segurança a deslocarem-se a Moscovo — anunciou ontem a agência, cuja sede é em Viena.

O convite foi feito em ligação com o acidente na central nuclear soviética de Chernobyl.

Os três convidados partem hoje para a capital soviética, segundo um comunicado da agência, que defende a utilização de energia nuclear para fins pacíficos.»

6 de Maio

«Até a China treme com acidente de Chernobyl. Segurança nuclear preocupa o mundo

(...)

Congressistas americanos recelam acidente nuclear

O congressista norte-americano Edward Markey revelou ontem que a segurança das centrais do seu país diminui de ano para ano, não sendo de excluir a eventualidade de, no futuro, vir a acontecer um importante acidente nuclear nos EUA.

Markey, representante democrata pelo Estado de Massachusetts, fez a afirmação ao tornar pública uma lista das 10 mais graves violações das regras de segurança nuclear, fornecida pela subcomissão das Regras Nucleares (NRC), que é a subcomissão de Energia da Câmara dos Representantes.

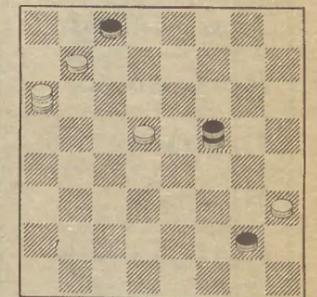
De acordo com o referido relatório, o ano de 85 foi o pior, quanto à falta de segurança, depois do acidente na central de Three Mile Island, em 1979.

Uma outra fonte, a organização antinuclear «Critical Mass Energy Project», animada por Ralph Nader, revelou também que cada central nuclear norte-americana registou, em média, 33 acidentes no ano de 1985, o que constitui um aumento de 13% em relação a 1984.

A mesma organização, que cita um estudo sobre «violação das regras de segurança» comunicado à NCR, afirma que os problemas de segurança nas centrais nucleares dos EUA têm vindo a agravar-se desde 79 e defende a desactivação de todos os reactores nucleares existentes no país.»

Damas

LI — 8 de Maio de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 51
Por Bonifácio Augusto Gomes — Vila Viçosa
«Vida Mundial Ilustrada», 2.III.1944
Pr.: 5-(18)-31
Br.: 9-19-(24)-28



Jogam as brancas e ganham
JOGO N.º 51
Campeonato Nacional — Apuramento
Setúbal, 13 de Abril de 1986
(2.º jogo)
Br.: Jorge Gomes Fernandes
Pr.: Hermínio Medalha da Silva

1. 12-15, 23-20; 2. 10-14, 22-18; 3. 5-10, 28-23; 4. 7-12, 20-16; 5. 3-7, 32-28; 6. 1-5, 21-17; 7. 14-21, 25-18; 8. 10-14, 26-21; 9. 15-19, 29-26; 10. 12-15, 27-22; 11. 6-10, 30-27; 12. 8-12, 24-20; 13. 15-24, 22-8; 14. 9-13, 18-9; 15. 14-19, 23-14; 16. 11-25, 28-23; 17. 10-14, 17-13; 18. 7-11, 16-12; 19. 25-29, 26-21; 20. 29-19, 12-7; 21. 19-32, 13-10; 22. 14-19, 10-11; 23. 11-15, 1-23; 24. 32-25, 7-3; 25. 25-14, 3-17; 26. 14-19, 17-21; 27. 19-10, 21-11; 28. 15-20, 11-21; 29. 10-19, 21-17 Empate.

GOLPE N.º 51
Por Amadeu de Almeida
(Em jogo contra José Pedrosa de Magalhães/Porto, 21.IV.1942)

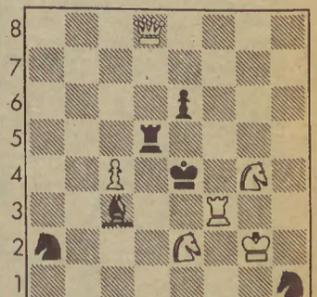
1. 11-14, 22-18; 2. 6-11, 23-20; 3. 12-15, 20-16; 4. 2-6, 28-23; 5. 14-19, 23-14; 6. 10-19, 32-28; 7. 5-10? Perde! J. Pr. G. (Br. 1-3-4-6-7-8-9-10-11-15-19 Pr. 16-18-21-24-25-26-27-28-29-30-31 J. Pr. G.)

SOLUÇÕES
N.º 51 (B.A.G.): 9-13 e 19-22 e 24-2 e 2-31+
Golpe N.º 51 (A. de A.): 7. 18-14; 8. 11-18, 21-5; 9. 1-10, 16-12; 10. 7-16, 24-20; 11. 16-32, 31-28; 12. 32-23, 27-2=D G. Pr.

A. de M. M.

Xadrez

LI — 8 de Maio de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 51
Por R. A. Batchelo
1.º Prémio OUR OWN Composers, «The Problemist», 1964.
Pr. (6): P66-Cs.a2, h1-Bç3-Td5-R64.
Br. (6): Pç4-Cs.62, g4-Tf3-Dd8-Rg2.



Mate em dois lances
JOGO N.º 51

Torneio de Bruxelas/Abril, 1986
Br. J. Timman
Pr. A. Miles
1. d4, Cf6; 2. ç4,66; 3. Cf3,b6; 4. Cç3,Bb4; 5. Bg5,Bb7; 6. 63,h6; 7. Bh4,g5; 8. Bg3,C64; 9. Dç2,Bç3+; 10. bç3,Cç3; 11. fg3,g4; 12. Ch4,Dg5; 13. Dd2,Cc6; 14. Bd3,Tg8; 15. 0-0,R67; 16. Tf4,Ta8; 17. Td1,h5; 18. Df2,Cd8; 19. Tf6,T68; 20. 64,d6; 21. ç5,bç5; 22. Bb5,T6f8; 23. 65,çd4; 24. ç:d4,ç6; 25. Bd3,d:65; 26. Cg6+,Rd7; 27. C:f8+,T:f8; 28. d5,6:d5; 29. Dç5,R68; 30. Tf1f5 e as Pretas abandonam!

SOLUÇÃO DO LI
Chave:
1. Dç7 (ameaça: 2. Df4 mate)
1.,T65; 2. Cf6 mate
1.,B65; 2. Dh7 mate
1.,Tf5; 2. T63 mate

A. de M. M.

a TV

RTP, reactor da reacção

Raramente temos assistido, pela televisão, a uma operação desinformativa de tão grande envergadura e montada com todos os matadores.

Refiro-me ao acidente na central nuclear de Chernobyl.

O alarmismo atingiu proporções de autêntica lavagem ao cérebro. A questão em si mesma transformou-se, praticamente desde o seu início, numa campanha anti-soviética.

Um dos pontos mais significativos da campanha foi a informação de que, no acidente, tinha havido dois mil mortos. Sei que a atoarda fora lançada por outros meios de comunicação e se baseava — pasmem!!! — em declarações de «uma residente em Kiev»...

Ou seja: a responsabilidade era transferida para um anónimo sem outra característica que não fosse... residir em Kiev que por acaso, e ainda por cima, se situa a 150 quilómetros de Chernobyl...

Ora os responsáveis da RTP não podem, não devem ser a tal ponto irresponsáveis. A televisão não deve seguir os processos doutros meios de comunicação exactamente porque ela é... televisão. A grandeza de uma mentira é directamente proporcional à grandeza do meio utilizado. Por tal razão é que, uma forma de deontologia consultodinarimente observada em todas as estações obriga à máxima circunspecção no tratamento de certas matérias.

Pois, meus amigos, a tal história dos dois mil e da «residente em Kiev» foi propalada em diversos noticiários da RTP...

Mas outras fontes foram utilizadas pela televisão portuguesa — particularmente de origem americana e as mais das vezes baseadas nos serviços secretos americanos!

É certo que, mais tarde, essas «informações» acabaram

por ser desmentidas, mas o mal estava feito. Aliás, só os ingénúos pensam que um desmentido, que leva alguns segundos, pode destruir os efeitos de vários dias de desinformação. E as agências da guerra-fria e as centrais da guerra-psicológica (de CIA à cabeça) sabem isso na perfeição.

Os espectadores assistiram, com as reacções mais diversas, ao comportamento *pivot* do telejornal que se mostrava agastado com a atitude calma, lúcida e esclarecedora de um cientista que denunciava o alarmismo propalado. Quero crer que o citado jornalista não agia por qualquer preconceito político: ele estaria também sendo vítima da vertigem desinformativa que o rodeava...

Por várias vezes se mencionou a ausência de notícias provenientes da União Soviética. Neste aspecto, há a considerar duas faces.

Em primeiro lugar, a informação na URSS não se baseia em fúrias de sensacionalismos que contribuem (sabemo-lo por experiência própria) para o descrédito dos meios de comunicação.

Por outro lado, o que no ocidente em geral e na RTP em particular se censurava era que a URSS não confirmasse as «informações» já propaladas! Era inadmissível que a URSS falasse em dois mortos quando todo o mundo «sabia» que eram milhares...

A partir de certa altura a informação soviética provou ser a correcta e a própria televisão se fez eco disso. A sementeira anti-soviética fora diabólica, mas, ao fim, saiu prestigiada a União Soviética, foi a sua informação quem mereceu a confiança de todo o mundo.

A mentira acaba por se voltar contra quem a usa. É dos livros. E da vida.

■ **Ulisses**